



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



1 de 24

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2023 foi um ano de realizações para a Copasa.

Do ponto de vista de seu desempenho econômico-financeiro, a Companhia apresentou um destacado crescimento de 21,5% em sua receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos em relação ao ano anterior, atingindo R\$6,53 bilhões em 2023. Por seu turno, seus custos e despesas cresceram em patamares mais reduzidos, de 12,4%, resultando em uma importante recuperação de margem operacional. O lucro líquido montou a R\$1,4 bilhão (63,6% superior ao apurado em 2022) e o EBITDA Ajustado a R\$2,7 bilhões (35,0% acima do EBITDA de 2022).

Quanto às ações comerciais, em função dos esforços para a elevação do nível de arrecadação e da recuperação de débitos, merece destaque o nível de inadimplência, que novamente apresentou queda, tendo atingido 2,97% em dezembro de 2023, o menor patamar de inadimplência dos últimos 7 (sete) anos.

Em 2023, o índice de cobertura do serviço de água da Copasa continuou acima dos 99%, superior ao preconizado pelo Novo Marco do Saneamento, estando, portanto, a Companhia já universalizada nesse serviço antes do prazo final de 2023. Quanto ao esgoto coletado e tratado, o índice de cobertura global no ano foi de 75%, 2,9 p.p. (pontos percentuais) superior ao indicador apresentado em 2022 (72%). Tal desempenho é decorrente do nível de investimentos que continua crescendo ano após ano, sendo que em 2023 o montante investido totalizou R\$1,63 bilhão. Para o período de 2024 a 2028, estão previstos investimentos no montante de R\$9,8 bilhões, com o intento de manutenção da qualidade e regularidade dos serviços, acompanhamento do crescimento populacional e atingimento dos índices de universalização previstos na regulação dentro do prazo estabelecido, no que se refere aos serviços de esgotamento sanitário.

Objetivando universalizar os serviços de água e esgoto nas zonas rurais e nas de baixo adensamento em suas áreas de concessão, a Copasa lançou o programa Universaliza Minas, no qual, das 100 obras já iniciadas, 46 foram concluídas até janeiro de 2024, beneficiando cerca de 24 mil pessoas.

No tocante à sua Agenda ESG, a Companhia vem continuando as ações no sentido de garantir uma gestão pautada por práticas sustentáveis. De 2023 até o momento, a Companhia instituiu as Políticas de Diversidade e Inclusão e de Sustentabilidade, bem como os Comitês de Sustentabilidade e de Diversidade e Inclusão.

Em reconhecimento a sua estratégia ESG e de seu comprometimento com a temática da sustentabilidade, a Companhia foi incluída na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil, Bolsa Balcão (B3), que entrou em vigor a partir de 02.01.2024.

A Copasa deu continuidade às suas iniciativas visando à redução de perdas de água, inovando com a extensão do contrato de performance para redução das perdas aparentes para as áreas formais, antes restrito às áreas de vulnerabilidade social e com a substancial aplicação de hidrômetros inteligentes.

Para a gestão da energia elétrica, a Companhia iniciou a aquisição, a partir de junho de 2023, de energia do tipo incentivada – a partir de fontes renováveis – no mercado livre para as unidades de alta e média tensão, o que, adicionalmente à energia elétrica do tipo convencional contratada no mercado livre desde 2022, deve atingir, em 2024, 51% da energia total consumida pela Copasa e gerar uma redução de custos prevista de aproximadamente R\$280 milhões em 60 meses. Ademais, a Companhia vem estruturando projeto de implantação de usinas solares fotovoltaicas para compensação remota de energia, visando à redução dos custos e das emissões de gases de efeito estufa.

A Companhia deu seguimento aos seus investimentos em preservação e recuperação de suas micro bacias hidrográficas, através do Programa Pró-Mananciais, cujo valor investido atingiu, em 2023, R\$39,7 milhões, com aproximadamente 35 mil mudas de árvores plantadas e 696,5 mil metros de cercas para proteção das áreas de proteção permanente (APP) construídas.

Na seara da atuação social, a Copasa desenvolve vários projetos para atuação focada no desenvolvimento socioambiental das comunidades em sua área de atuação e no fomento a

projetos culturais, artísticos, esportivos e sociais em todo o estado de Minas Gerais, além de contar com programas nos quais são concedidos descontos expressivos nas tarifas de entidades e hospitais filantrópicos e de prefeituras que estejam adimplentes com suas contas de água e esgoto.

A Companhia tem como valor fundamental a saúde e segurança de seus colaboradores e, nesse sentido, atingiu, em 2023, uma queda de 14% nos acidentes com afastamento e de 73% nos acidentes graves – aqueles com afastamento superior a 15 dias. Ademais, reforçando seu comprometimento com a equidade de gênero e com a diversidade e a inclusão, a Companhia tem avançado em sua meta de ampliar a taxa de ocupação dos cargos de liderança por mulheres, sendo essa taxa de cerca de 36% ao fim de 2023.

Com o fito de aprimorar seus sistemas de governança corporativa, a Copasa instituiu, em 2023, o Comitê de Governança Corporativa, com reporte ao Conselho de Administração e está em constante revisão de seus mecanismos de controle, buscando manter a integridade de seus valores éticos e a consecução de seu compromisso com o *compliance*.

Com o objetivo de alinhar a sua evolução e transformação que vem ocorrendo nos últimos anos, a Companhia desenvolveu sua estratégia de *rebranding* e lançou recentemente sua nova marca. O intuito dessa mudança é se posicionar como um negócio moderno, competitivo e preparado para os desafios do setor de saneamento no Brasil. A atualização da identidade visual e da marca refletem a constante transformação e inovação da Copasa, reforçando seu propósito de gerar valor para a sociedade, prestando serviços de qualidade e excelência para seus clientes.

A Administração da Copasa reitera seu compromisso e parceria com todos os seus acionistas, clientes, sociedade, poder concedente e demais partes interessadas e agradece a todos os seus colaboradores pelos resultados alcançados em 2023.

No presente Relatório, apresentamos o desempenho da Companhia ao longo do ano.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. A Companhia

1.1. Perfil da Companhia

A Copasa é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado de Minas Gerais, sendo que suas ações são negociadas, desde fevereiro de 2006, no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código CSMG3. A Copasa tem como atividade planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

A Companhia possui, em conjunto com a sua subsidiária Copanor, concessões em 75% dos municípios do Estado de Minas Gerais, atendendo a uma população aproximada de 11,8 milhões de habitantes com serviços de abastecimento de água, dos quais 8,6 milhões de habitantes possuem, também, os serviços de esgotamento sanitário.

Em dezembro de 2023, a Copasa (consolidado) possuía 638 concessões para prestação de serviços de água e 309 concessões para prestação de serviços de esgotamento sanitário, conforme tabela a seguir:

Concessões ^{1,2}	12/2023			12/2022		
	Total	Controladora	Copanor	Total	Controladora	Copanor
Água						
Concessões.....	638	589	49	640	591	49
Em Operação.....	633	584	49	632	584	48
Esgoto						
Concessões.....	309	253	56	309	253	56
Em Operação.....	273	231	42	269	228	41

⁽¹⁾ Considera-se apenas 1 (uma) concessão/operação por município, independentemente de haver mais de um contrato, nos casos de atendimento da Copasa e Copanor no mesmo município, ou de se tratar de um contrato que abranja somente distritos e localidades.

⁽²⁾ Inclui as concessões vencidas com 31 municípios e as concessões com 2 (dois) municípios cujos contratos foram declarados judicialmente nulos.

Impende mencionar que, em 2023, foram encerrados os contratos de concessão de água em São José da Barra e São José da Safira, que já se encontravam vencidos e representavam, juntos, 0,04% da receita da Companhia.

As 10 principais concessões vigentes, em 31.12.2023, que representavam, em conjunto, cerca de 49% da receita líquida de água e esgoto da Companhia, bem como os respectivos vencimentos, encontram-se elencadas a seguir:

Município com Concessão Vigentes	Vencimento
Belo Horizonte.....	11/2032
Contagem.....	02/2073
Betim.....	12/2042
Montes Claros.....	07/2048
Divinópolis.....	06/2041
Ribeirão das Neves.....	05/2034
Patos de Minas.....	12/2038
Santa Luzia.....	02/2050
Pouso Alegre.....	08/2046
Varginha.....	06/2047

Em dezembro de 2023, 83% das receitas de água e esgoto da Companhia eram provenientes de concessões cujos prazos de vencimento ocorrem após dezembro de 2031. Encontram-se vencidas as concessões referentes a 31 municípios e judicialmente nulos os contratos de 2 (dois) municípios que representam, conjuntamente, cerca de 4,3% das receitas de água e esgoto.

Atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais, os serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, tanto

nos municípios com concessões vencidas, quanto nos municípios em que foi decretada a nulidade contratual.

1.2. Índices de Cobertura

Em 2023, o índice de cobertura do serviço de água da Copasa, em sua área de abrangência, está acima de 99%, como verificado também em anos anteriores, sendo superior, portanto, ao requerido pelo Novo Marco do Setor de Saneamento, o que demonstra que a Companhia já atingiu a universalização antes do prazo preconizado, de 2023.

Quanto ao esgotamento sanitário, a Companhia apresentou, em 2023, índice de cobertura global para esgoto coletado e tratado de 75%, 2,9 p.p. (pontos percentuais) superior ao indicador apresentado em 2022 (72,1%). O robusto Programa de Investimentos da Copasa para o período de 2024 a 2028, de R\$9,8 bilhões, como detalhado no item 5.2 abaixo, visa, além de realizar os investimentos necessários para manter a qualidade da oferta de água já universalizada, expandir os investimentos focados na ampliação das redes de coleta e tratamento de esgoto, com o fim de atingir a universalização do serviço de esgotamento sanitário estabelecida pelo Novo Marco do Saneamento ou seja, cobertura de 90% da população com coleta e tratamento até 2033.

Os índices de cobertura de água e de esgoto da Companhia são muito superiores aos verificados para a média nacional. Segundo os dados divulgados, em janeiro de 2024, pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, para o ano de referência de 2022, o índice de atendimento global com rede de água, em nível nacional, montou a 84,9% e o percentual de tratamento de esgoto atingiu 52,2%, o que demonstra a superioridade dos indicadores da Copasa.

Importante mencionar que, no ano de 2023, com o objetivo de universalizar os serviços de abastecimento de água e de tratamento de esgoto nas zonas rurais e nas de baixo adensamento nos municípios onde a Companhia atua, a Copasa lançou o programa Universaliza Minas. Em janeiro de 2024, o programa já deu início a mais de 100 obras, que irão garantir o saneamento básico a mais de 50 mil pessoas. Dessas obras, 46 já foram concluídas, resultando no benefício a cerca de 24 mil pessoas. Outros 61 distritos de municípios onde a Companhia detém concessões estão com obras em andamento.

2. Contexto Macroeconômico e Regulatório

No cenário nacional, a economia brasileira apresentou uma evolução positiva no ano de 2023, com índices de inflação, taxa de juros e desemprego decrescentes, câmbio sob controle e sustentação da renda das famílias e exportação do agronegócio recordes.

No aspecto tributário, foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a Reforma Tributária - Emenda Constitucional nº 132/2023, com a substituição de 5 (cinco) tributos – PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI – por 1 (um) IVA Dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, subnacional (de estados e municípios), com início de vigência em janeiro/2026.

No que diz respeito aos tributos sobre o consumo, o setor de saneamento é contribuinte apenas do PIS/COFINS, cuja alíquota nominal é de 9,25%. Considerando a não cumulatividade, a alíquota efetiva para a Copasa, atualmente, é da ordem de 6,64%.

A alíquota dos novos tributos será definida por Lei Complementar. No entanto, em estimativa divulgada pelo Ministério da Fazenda, a alíquota padrão será de 27,5% em 2033, sendo o início da cobrança de alíquotas parciais prevista para 2026 com elevação gradativa até 2033.

O estudo “Os impactos da Reforma Tributária no Setor de Saneamento Básico”, da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – ABCON SINDCON, projeta elevação de 18% na tarifa paga pelo consumidor final, caso a nova legislação tributária não preveja tratamento diferenciado para o setor de saneamento.

Sob o aspecto do clima, o ano de 2023 foi marcado por intensas ondas de calor em grande parte do Brasil e pela ocorrência do fenômeno El Niño, que atua no aquecimento das águas do Oceano Pacífico.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet, o mês de julho de 2023 foi o mês mais quente da história no Brasil desde 1961. Da mesma forma, segundo o programa de monitoramento do clima Copernicus, gerido pela Agência Espacial Europeia, o mês de julho foi o mais quente da história global. Dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), do governo federal, registraram que Belo Horizonte foi a capital brasileira que apresentou maior elevação de suas temperaturas em 2023, com registro de 4,2°C acima da média histórica. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – divulgou atualização de dados que acende um alerta para as mudanças climáticas e mostram impactos preocupantes do aquecimento global em Minas Gerais: o número de municípios mineiros na lista de cidades pertencentes ao semiárido brasileiro mais do que dobrou, saindo de 91 para 217 no último levantamento que havia sido divulgado em 2021.

No âmbito do novo Marco do Saneamento, com a nova atribuição regulatória da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA – de editar Normas de Referência – NR, contendo diretrizes para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, como forma de uniformizar normas do setor, durante o exercício de 2023, as NRs seguintes foram submetidas a consultas públicas:

- inventário e indenização de ativos para água e esgoto;
- padrões e indicadores de qualidade e eficiência e avaliação da eficiência e eficácia para água e esgoto;
- diretrizes para definição do modelo de regulação para água e esgoto;
- modelo organizacional das agências reguladoras infranacionais, transparência e *accountability*;
- procedimentos para mediação e arbitragem;
- matriz de riscos de contratos para água e esgoto;
- diretrizes para metas progressivas de cobertura para água e esgoto e sistema de avaliação; e
- condições gerais de prestação dos serviços de resíduos sólidos urbanos.

Para um desses temas mais relevante, a saber, as regras para indenização de ativos, foi publicada, em 4 de agosto de 2023, a Resolução ANA nº 161/2023, que traz a NR nº 03/2023. Esse normativo aborda a metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em caso de encerramento dos contratos.

Sobre o mesmo tema, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsaem-MG – deu início, também em 2023, ao processo de elaboração e debate de nova resolução sobre indenização de ativos ao fim das concessões e apresentou para discussão a metodologia de cálculo da indenização devida pelo Poder Concedente ao prestador de serviços de água e esgotamento sanitário, em função de investimentos não amortizados pela tarifa da concessão, quando do vencimento ou extinção antecipada do contrato. A minuta de resolução está sendo debatida em consulta pública.

A Arsaem-MG autorizou, em novembro de 2022, reajuste com efeito tarifário médio de 15,70%, aplicado em 01.01.2023, conforme Resolução Arsaem-MG nº 173/2022. Em novembro de 2023, foi autorizado reajuste de 4,21%, vigente a partir de 01.01.2024, conforme Resolução Arsaem-MG nº 185/2023.

Dentre os temas constantes da agenda regulatória divulgada pela Arsaem-MG, merece destaque a 3ª Revisão Tarifária Periódica da Copasa, para aplicação a partir de 01.01.2026.

3. Planejamento Estratégico

Em dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Planejamento Estratégico da Copasa para o ciclo 2022-2026, expressando-o na sua Declaração Estratégica e no Mapa Estratégico, demonstrados a seguir:



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



2 de 24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO ESTRATÉGICA



NOSSO PROPÓSITO

Cuidar da água e gerar valor para as pessoas.

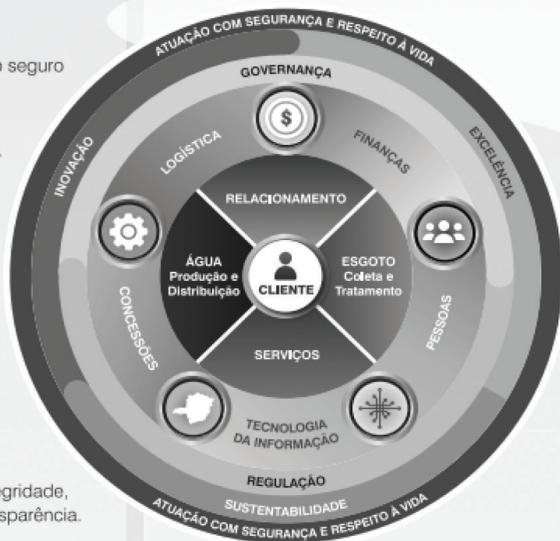
NOSSO COMPROMISSO

- Atuamos com segurança e respeito à vida.
- Somos motivados a atender bem o cliente.
- Buscamos a universalização dos serviços de água e esgoto, com qualidade e de forma sustentável.

NOSSO JEITO

- Zelamos pelo comportamento seguro individual e coletivo.
- Valorizamos as pessoas e desenvolvemos seus talentos.
- Transformamos paixão em serviço de qualidade.
- Atendemos o cliente com respeito e entusiasmo.
- Fazemos acontecer com criatividade e inovação.
- Somos comprometidos com entregas e resultados.
- Respeitamos e incluímos as diversidades.
- Estamos em *Compliance*: integridade, responsabilidade, ética e transparência.

NOSSOS PROCESSOS



NOSSA AMBIÇÃO

Sermos reconhecidos pela qualidade e eficiência dos nossos serviços.

MAPA ESTRATÉGICO

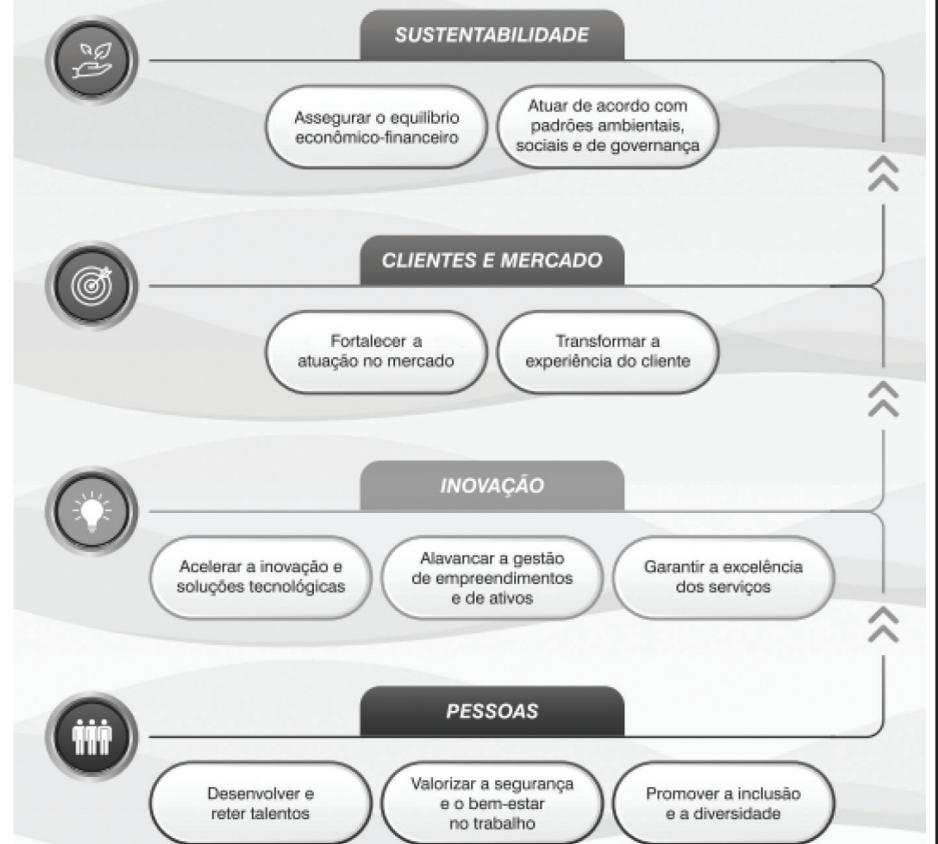


NOSSO PROPÓSITO

Cuidar da água e gerar valor para as pessoas.

NOSSA AMBIÇÃO

Sermos reconhecidos pela qualidade e eficiência dos nossos serviços.



3.1. Programa Estratégico Excelência da Gestão

O Programa Estratégico Excelência da Gestão, implementado desde 2021, ampliou a aplicação do Modelo de Excelência da Gestão – MEG¹ – em toda a Companhia.

3.1.1. Ações adotadas no exercício de 2023

Ao longo do ano, foram significativos os avanços na execução de referido Programa:

- 381 capacitações no MEG, com a inserção dos requisitos ESG;
- execução e acompanhamento dos Planos de Melhoria da Gestão – PMGs;
- lançamento do Seminário Inova, que contou com a inscrição de 31 *cases*, sendo 8 (oito) *cases* reconhecidos como *Cases* de Sucesso da Companhia;
- efetivação das candidaturas de 4 (quatro) Unidades de Negócio (Leste, Norte, Oeste e Sul) no Nível III ESG do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento – PNQS², sendo que todas conquistaram o Troféu Quíron Diamante, nível mais elevado da premiação do PNQS; e
- inscrição de 19 *Cases* de Sucesso no PNQS, sendo que 14 foram selecionados para apresentar no Seminário de *Benchmarking* do PNQS, 3 (três) deles receberam o reconhecimento de finalistas e 1 (um) foi vencedor.

As ações do Programa contribuem para o desenvolvimento e evolução da gestão da Copasa de forma sustentável, alavancando a Companhia para o cumprimento de sua ambição: “sermos reconhecidos pela qualidade e eficiência dos nossos serviços”.

4. Relacionamento com o Cliente

A centralidade do cliente é um valor inegociável na Copasa e, nesse sentido, a Companhia trabalha buscando, além de atender bem aos seus consumidores, maximizar os benefícios dos serviços por ela oferecidos e promover uma melhor experiência e satisfação dos seus clientes.

Isso significa que todos os processos da Companhia, todas as suas Unidades de Negócio e todos os seus colaboradores precisam estar alinhados e focados em oferecer uma experiência que surpreenda positivamente o usuário e que gere excelência no seu atendimento. Dados esses propósitos, a Companhia adotou, ao longo de 2023, ações que buscaram incrementar o seu relacionamento com seus clientes, dentre as quais podemos destacar as citadas nos tópicos a seguir.

4.1. Ações ligadas ao relacionamento com o cliente

Buscando o aprimoramento do relacionamento com os clientes, foi contratada a ampliação do atendimento telefônico e digital, aumentando a quantidade de posições de atendimento. Dessa forma, foi possível ampliar o horário de atendimento humano no whatsapp e no webchat (site), inclusive aos sábados e domingos, proporcionando mais agilidade no atendimento das demandas, com a consequente redução do tempo de espera dos clientes nesses canais.

A Copasa possui, ainda, 688 pontos de atendimento presencial em todo o estado de Minas Gerais, além de sítio eletrônico e aplicativo nas plataformas Apple Store e Play Store. Em 2023, com o objetivo de melhorar a experiência do cliente quanto ao atendimento presencial nesses pontos, foi retirada a obrigatoriedade de agendamento prévio, facilitando o acolhimento das demandas. Foi instituído também o Programa de Revitalização das Agências Presenciais, que objetiva avaliar e melhorar a padronização das agências, tornando o ambiente mais acolhedor, seguro e confortável para os clientes.

Outras melhorias implantadas em 2023 foram a disponibilização de totens de autoatendimento e a contratação de recepcionistas, que realizam o acolhimento e a triagem das demandas e direcionam melhor os clientes. Essas recepcionistas e os totens atendem, de imediato, às solicitações mais comuns, como a emissão de segunda via e a análise do valor da conta. Os totens foram instalados, inicialmente, nas agências de maior movimento na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com previsão de expansão para todo o Estado.

Estão disponíveis para todas as Unidades de Negócios da Companhia e para a Copanor as Agências Móveis, que se apresentam como uma forma de atendimento itinerante aos clientes. A ampliação do número das Agências Móveis permite que a Companhia leve o atendimento para diferentes localidades e bairros, conforme programação previamente divulgada. Essas Agências contam com equipe multidisciplinar para solicitação de serviços, esclarecimento de dúvidas, orientações diversas e realização de campanhas, que buscam estreitar os laços com as comunidades.

A Copasa acompanha a satisfação dos clientes com os seus produtos e serviços por meio de pesquisas realizadas por uma empresa de referência no mercado. Com abordagens relacional e transacional, foram realizadas pesquisas mensais qualitativas com a base de clientes ativos. Essas pesquisas têm por objetivos identificar necessidades e expectativas, verificar a percepção da imagem da Companhia, avaliar o nível de conhecimento dos produtos e serviços prestados e mensurar a satisfação dos clientes nas dimensões do saneamento básico, tornando-se uma importante ferramenta de fornecimento de dados para análises e aperfeiçoamento de processos e procedimentos.

A partir dos resultados verificados mensalmente, que compõem o Indicador Anual de Satisfação do Cliente, a pesquisa quantitativa se constitui em um insumo importante para o Planejamento Estratégico. O referido Indicador teve sua meta anual aprovada pela alta gestão da Companhia e é acompanhado, considerando cada Unidade de Negócio e suas particularidades regionais, avaliando as dimensões água, esgoto, serviços, atendimento e obras. É avaliada, ainda, a percepção dos clientes em relação aos atributos da imagem da Copasa.

Em 2023, o Indicador Anual de Satisfação do Cliente atingiu a marca de 73,7%.

4.2. Ações comerciais no ano de 2023

Ao longo de 2023, a Companhia promoveu ações comerciais voltadas à melhoria dos processos e à aproximação com seus clientes, concedendo benefícios para que esses pudessem regularizar seus débitos e fortalecendo o diálogo, por meio de orientações aos consumidores. Dentre elas, destacam-se:

- **Campanha Negociação de Débitos para Categoria Residencial Social:** a Campanha ocorreu em janeiro de 2023 e consistiu na disponibilização de condições melhores para os clientes da Categoria Residencial Social negociarem seus débitos, proporcionando a negociação dos débitos de mais de 12 mil clientes da Copasa e da Copanor. Essa ação concentrou-se no aumento da arrecadação, na redução da inadimplência e na recuperação de débitos de clientes da categoria Residencial Social, visando, ainda, à criação da cultura de pagamento por meio do Pix. A Companhia disponibilizou para todas as unidades operacionais novos relatórios em Business Intelligence – BI, para atuação de forma estratégica nos melhores alvos para recuperação de receita.
- **Novo Dispositivo de Corte do Fornecimento** Foi implantado novo dispositivo de corte, proporcionando mais facilidade na execução e maior produtividade para as equipes operacionais próprias e terceiras. O prazo para a vistoria de imóvel tamponado foi reduzido de 60 para 15 dias, após a execução do tamponamento, objetivando atuar no combate a perdas por infração.
- **Revisão de Normas de Parcelamento** Em 2023, foi aprimorado o processo de aprovações de parcelamentos, de acordo com as alçadas estabelecidas em normativo interno. A nova Norma de Parcelamento objetiva a recuperação de créditos, referentes às negociações realizadas com prefeituras, hospitais e entidades filantrópicas, trazendo, ainda, outros benefícios, tais como:
 - ✓ redução de processos judiciais, inadimplência e reparcelamento;
 - ✓ melhoria no relacionamento com os clientes em débito;
 - ✓ adequação da negociação ao normativo específico da Arsa - MG, aplicável às condições especiais para a categoria residencial social;
 - ✓ garantia de mais facilidades na negociação aos clientes em geral – alinhamento à Lei nº 14.181/2021 (Lei do Endividamento); e
 - ✓ melhoria nas formas de negociação para órgãos públicos – prefeituras, entidades filantrópicas, hospitais públicos, bem como para hospitais particulares.
- **Vilas e Aglomerados** O Projeto Vilas e Aglomerados, que está contemplado no Contrato de Performance³, busca:
 - (i) a redução de perdas aparentes de água em áreas de vulnerabilidade social, diminuindo as irregularidades na rede de abastecimento de água e realizando adesões para interligar as

¹ O MEG é um modelo de referência em gestão organizacional, sendo a principal publicação da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, um dos mais importantes centros de excelência para a melhoria da produtividade e da competitividade das organizações brasileiras. O MEG tem como principal característica ser um modelo integrador e de auto avaliação para obter um diagnóstico da maturidade da gestão.

² O Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento – PNQS – foi instituído em 1997 pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, para reconhecer as empresas do setor que se distinguem pela boa gestão dos serviços de saneamento.

³ Contrato com remuneração variável baseada no desempenho do prestador de serviço. O indicador de desempenho nesse contrato é a recuperação de volumes micromedidos nas áreas de atuação.



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



3 de 24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

residências à rede pública de água; e (ii) a realização de ações sociais nas áreas beneficiadas, com o compartilhamento da cultura do saneamento e a promoção de atividades adequadas às realidades das localidades abrangidas no projeto.

Com o Projeto, foram recuperados, em média, 81,7 milhões m³/mês (micromedido faturado), superior em 48% da meta estabelecida para o ano de 2023. Foram 44 bairros visitados, cerca de 12,1 mil visitas realizadas, 10,7 mil adesões colhidas e 9,2 mil serviços realizados, entre novas ligações, substituições de hidrômetro e padronizações em ligações já existentes.

Outros resultados alcançados foram:

✓ mulheres no saneamento: 56 mulheres residentes em áreas de vulnerabilidade social que atuam em ações de mobilização já foram contratadas e 192 pessoas foram beneficiadas indiretamente pela contratação dessas mulheres; e

✓ mais de 9 mil famílias realizaram adesões para regularização da ligação de água e 28,6 mil pessoas foram beneficiadas indiretamente, por meio dessas adesões.

Enriquecimento do cadastro de novos clientes

Realizou-se a contratação, em 2023, de empresa para enriquecimento, higienização e validação do cadastro comercial, durante as solicitações de serviços pelos clientes, objetivando também dar maior celeridade e reduzir o tempo médio de atendimento, sendo realizada a inclusão de dados completos e corretos dos clientes e a validação do CPF ou CNPJ.

Recuperação de receita com entrega de segunda via

A Companhia emite automaticamente segundas vias para os clientes com faturas bloqueadas, extraviadas ou retificadas, o que tem gerado melhorias no processo de recebimento e de cobrança dessas faturas.

Além da recuperação de débitos vencidos, ocorre a diminuição de custo com execução de alertas de débito e tamponamentos, ações de protesto, negativação e cobrança judicial.

Revisão da Régua de Cobrança

A régua de cobrança da Companhia foi revisada, sendo implantadas algumas melhorias como a ampliação de ação de envio de SMS aos clientes, mensagens em conta, sistemática da negativação e protesto e intensificação da cobrança judicial. Os objetivos desta revisão foram reduzir perdas por prescrição, reduzir a inadimplência, recuperar débitos, bem como evitar despesas com ações de alerta de débito e tamponamento e ações de corte.

Contratação da Negativação

A contratação de empresa especializada em negativação de clientes em débito contribuiu para a redução da inadimplência, a higienização do cadastro comercial dos clientes sem CPF ou CNPJ, a melhoria da arrecadação da Companhia e a redução dos custos de alerta de débitos e de tamponamentos.

Modernização da Leitura

A implantação do georreferenciamento das atividades dos leituristas permitiu que as equipes sejam monitoradas em tempo real por equipes de programação e gestão da atividade.

O registro fotográfico foi implantado para todas as ocorrências que impactam na cobrança pela média de consumo, permitindo que a fiscalização analise as ações do leiturista em campo e, quando identificadas irregularidades, são solicitadas às contratadas ações de treinamento, reciclagem e medidas corretivas. Foi realizado o aprimoramento da gestão da contratada com implantação de BI, para informação, em tempo real, das rotinas de leitura, codificações, ausências, produtividade e qualidade da leitura.

Ações de incentivo ao pagamento por Pix

A Companhia desenvolveu o Programa Pix Solidário, no primeiro trimestre de 2023, em parceria com o Servas e a Cruz Vermelha, no qual a economia gerada através do crescimento nos pagamentos de faturas efetuados por esse meio foi doada para distribuição de cartões de compras de alimentos e de materiais de construção aos atingidos pelas chuvas.

Outra ação desenvolvida foi o Programa Pix do Bem Copasa, que visou a estreitar o relacionamento com o poder concedente e beneficiar entidades sociais e ambientais, indicadas pelos municípios destacados no crescimento nessa modalidade de pagamento das contas.

Infrações e Sanções

Foi realizada a melhoria nos procedimentos de gestão das infrações e sanções, refletida em aprimoramentos no sistema comercial, implantando o controle desde a geração até a aplicação da sanção de forma digital.

Para garantir o direito ao recurso pelos clientes, foi disponibilizado, na agência virtual, uma funcionalidade para que o recurso possa ser registrado. Esse processo contribui para maior controle e celeridade nas respostas, sendo possível acompanhar, por meio do *Customer Relationship Management* – CRM, todos os recursos apresentados.

Buscando a maior efetividade na gestão, foi dimensionado e criado o Centro de Controle de Infrações – CCI, em Contagem, que tem como atribuição analisar o processo de ponta a ponta, analisar os Termos de Ocorrência de Irregularidade, treinar e reciclar as equipes próprias e contratadas, padronizar o processo em todas as localidades operadas, automatizar os processos manuais, realizar a gestão e medir a produtividade das equipes e manter os prazos previstos para a aplicação das penalidades ocorridas para as irregularidades identificadas.

Núcleo de Inteligência Comercial

O Núcleo de Inteligência Comercial foi implantado para fazer a gestão do processo de modernização da leitura, o atendimento de demandas de natureza comercial, o controle das demandas da Ouvidoria, o controle da telemetria e o controle das ordens de serviço do programa Vem pra Rede e dos indicadores de desempenho.

Esse gerenciamento é realizado por uma equipe integrada, que contribui para, em tempo real, ter a informação e realizar os planos de ação, para mitigar os riscos e alcançar as metas estabelecidas.

5. Programa de Investimentos

5.1. Programa de Investimentos – 2023

Os valores investidos em 2023, no âmbito da Controladora, totalizaram R\$1,63 bilhão, incluindo capitalizações de juros, gastos de pessoal, materiais e outros. Tal montante, que se encontra detalhado na tabela a seguir, representa um incremento de 24,7% em relação a 2022.

Investimentos Realizados (R\$ milhões)	2019	2020	2021	2022	2023
Água.....	260,1	147,1	537,1	579,4	680,0
Esgoto.....	279,1	213,3	317,5	449,3	671,0
Desenvolvimento Empresarial e Operacional.....	47,1	99,0	52,3	100,8	78,5
Subtotal.....	586,3	459,4	906,9	1.129,5	1.429,5
Capitalizações.....	143,3	111,4	95,8	176,1	198,6
Total – Controladora.....	729,6	570,8	1.002,7	1.305,6	1.628,0
Coponor (incluindo capitalizações).....	39,6	24,2	44,5	39,6	31,5
Total – Copasa e Coponor.....	769,2	595,1	1.047,2	1.345,2	1.659,5

Sistemas de Abastecimento de Água

- implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água dos municípios de Alfenas, Belo Horizonte, Brumadinho, Cambuquira, Capelinha, Caratinga, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Diamantina, Divinópolis, Esmeraldas, Fronteira, Frutal, João Pinheiro, Lavras, Mesquita, Montes Claros, Nova Lima, Nova Serrana, Paracatu, Patos de Minas, Perdígão, Riacho dos Machados, Ribeirão das Neves, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santo Antônio do Monte, Timóteo, Vespasiano, dentre outros;
- obras emergenciais para recuperação de adutoras na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, principalmente a Adutora do Sistema Paraopeba – ETA Serra Azul;
- ações visando à eficiência da hidrometração e à redução de perda, com destaque para aquisição de macro e micromedidores de vazão;
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização do sistema de abastecimento de água em diversos municípios operados; e
- execução de obras para implantação de Unidades de Tratamento de Resíduos – UTRs em Estações de Tratamento de Água – ETA nos municípios de Araxá, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Carmo do Rio Claro, Diamantina, Guaxupé, Ibirité, Lavras, Nova Lima, Patos de Minas, São Gotardo, Três Corações, Varginha, dentre outros.

Sistemas de Esgotamento Sanitário

- implantação, ampliação e melhorias de esgotamento sanitário dos municípios de Abate-é, Além Paraíba, Belo Horizonte, Betim, Bonfim, Buritit, Campanha, Carmo da Cachoeira, Confins, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cruzília, Diamantina, Divino, Divinópolis, Guaxupé, Igarapé, Inhapim, Itaobim, Jacinto, Januária, Juatuba, Madre de Deus de Minas, Mateus Leme, Montes Claros, Mutum, Nova Lima, Paracatu, Patos de Minas, Pedro Leopoldo, Perdões, Presidente Bernardes, Presidente Juscelino, Ribeirão das Neves, Rio Pomba, Sabará, Santa Luzia, Santana do Paraíso, Santos Dumont, São Francisco, São João Nepomuceno, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Teófilo Otoni, Timóteo, Ubá, Visconde do Rio Branco, dentre outros;
- reposição de ativos de esgoto em diversos municípios operados; e
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios operados.

Desenvolvimento Empresarial e Operacional

- modernização da infraestrutura de informática, incluindo a conclusão da implantação do sistema SAP S/4HANA;
- investimentos em programas para modernização de unidades operacionais e eficiência energética; e

6. Desempenho Operacional

6.1. Dados Operacionais

6.1.1. Água

A Copasa e a Coponor encerraram o ano de 2023 com 5,64 milhões de economias de água, crescimento de 0,98% em relação a 2022 e uma extensão de rede de 65,95 mil Km, um incremento de 1,87% no período de análise.

A seguir, são apresentados os principais dados operacionais e a evolução nos períodos comparativos:

Dados Operacionais Copasa+Coponor	2019	2020	2021	2022	2023	2023 X 2022
Água						
Ligações (1.000 unidades).....	4.401	4.529	4.591	4.636	4.681	0,91%
Economias (1.000 unidades).....	5.310	5.458	5.532	5.589	5.644	0,98%
População Atendida (1.000 habitantes).....	11.608	11.804	11.833	11.849	11.789	-0,51%
Volume Distribuído (1.000 m ³).....	1.016.917	1.034.704	1.056.135	1.067.482	1.111.985	4,17%
Volume Medido (1.000 m ³).....	604.241	611.117	628.709	642.673	676.127	5,21%
Extensão de Rede (km).....	55.837	56.858	63.316	64.736	65.946	1,87%

6.1.2. Esgoto

Com relação aos serviços de esgotamento sanitário, a Copasa e a Coponor possuíam, conjuntamente, ao final de 2023, 4,05 milhões de economias de esgoto, o que representa um crescimento de 2,25% em relação ao ano anterior e uma extensão de rede de 33,67 mil Km, 0,66% a mais que o verificado em 2022, conforme pode ser verificado a seguir:

Dados Operacionais Copasa+Coponor	2019	2020	2021	2022	2023	2023 X 2022
Esgoto						
Ligações (1.000 unidades).....	2.921	2.992	3.064	3.122	3.194	2,31%
Economias (1.000 unidades).....	3.676	3.763	3.888	3.963	4.052	2,25%
População Atendida (1.000 habitantes).....	8.211	8.332	8.447	8.539	8.603	0,75%
Volume Medido (1.000 m ³).....	410.222	414.326	428.813	441.383	463.808	5,08%
Volume Tratado (1.000 m ³).....	303.350	314.169	339.981	310.984	363.959	17,03%
Extensão de Rede (km).....	28.166	29.189	32.376	33.440	33.666	0,66%

6.1.3. Outras métricas referentes ao desempenho comercial e operacional

Especificação Copasa	Unidades	2019	2020	2021	2022	2023	2023 X 2022
Índice de Hidrometração	%	99,8	99,8	99,9	99,9	99,9	-
Índice de Perdas na Distribuição ⁽¹⁾	%	40,1	40,5	40,1	39,4	38,6	-0,8p.p.
Índice de Perdas na Distribuição ⁽²⁾	(L/líqxdia)	256,2	257,8	256,4	251,3	252,2	0,4%

⁽¹⁾ Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo volume distribuído, dos últimos 12 meses.

⁽²⁾ Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo número de ligações atendidas e pelo número de dias do período.

O índice de hidrometração, que mostra o percentual de ligações da Companhia, cujo consumo é hidrometrado, ficou em linha nos períodos comparativos. Já o índice de perdas na distribuição percentual mostra a relação entre o volume de água medido e o volume de água distribuído, tendo sido observada a continuidade da tendência de queda, com redução de 0,8 pontos percentuais em 2023.

A Companhia tem dado continuidade na aplicação de uma série de medidas, visando à redução de perdas, bem como à adequação ao contexto atual de regulação e ao alinhamento à legislação pertinente. Nesse sentido, como detalhado no item 6.2.7, várias ações estão sendo desenvolvidas, com destaque para a instalação e substituição de micromedidores e macromedidores e investimentos em equipamentos para identificação de vazamentos não visíveis e para redução da pressão nas redes de distribuição.

Como pode ser visualizado no gráfico abaixo, o índice de inadimplência, que corresponde à relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses, que era de 3,50% em dezembro de 2021 e 3,22% em dezembro de 2022, atingiu um índice inferior a 3% em 2023, com a continuidade e intensificação de ações de cobrança, bem como campanhas de renegociação de débitos. As várias ações comerciais adotadas ao longo de 2023 que proporcionaram essa queda no índice de inadimplência podem ser verificadas em maiores detalhes no item 4.2. Cabe mencionar que o índice de 2,97%, verificado ao final de 2023, destaca-se como o menor dos últimos 7 (sete) anos.

⁽⁴⁾ Metodologia focada na organização de empresas e conquista da qualidade total e baseada em 5 (cinco) sensores: Seiri (utilização), Seiton (organização), Seiso (limpeza), Seiketsu (normalização) e Shitsuke (disciplina).

- investimentos em programas para pesquisa, monitoramento e proteção de recursos hídricos.

5.2. Programa de Investimentos – 2024 a 2028

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 15.12.2023, o Programa Plurianual de Investimentos projetado, referente à Controladora, para o período de 2024 a 2028, conforme detalhado na tabela abaixo:

Valor Projetado (R\$ milhões)	2024	2025	2026	2027	2028
Água, Esgoto e Desenvolvimento Empresarial.....	1.670,0	1.628,0	1.628,0	1.628,0	1.628,0
Capitalizações.....	221,5	330,9	342,2	342,3	342,3
Total.....	1.891,5	1.958,9	1.970,2	1.970,3	1.970,3

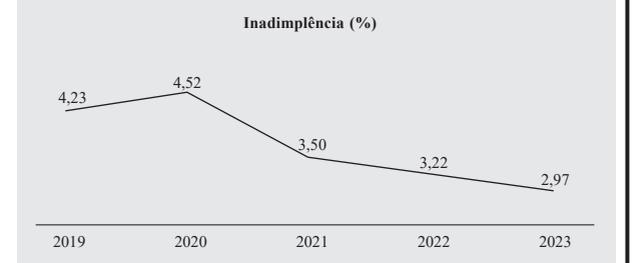
O patamar de aportes previstos no Programa de Investimentos visa à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, extensão de redes, segurança hídrica, combate a perdas, desenvolvimento empresarial, atendimento de metas regulatórias e de eficiência, compromissos de concessão assumidos, reposição de ativos depreciados, alinhados à consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo a sustentabilidade e perenidade da Companhia. Com isso, a Copasa procura atender às demandas dos clientes e do poder concedente, em busca da ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água e de esgoto.

5.3. Captação de Recursos

Visando a suportar o Programa de Investimentos, a Companhia pretende utilizar recursos oriundos de sua geração de caixa, bem como recursos originários de empréstimos de terceiros.

No encerramento do exercício de 2023, a Companhia possuía um saldo de R\$1,8 bilhão em recursos contratados e ainda não liberados, sendo R\$195,4 milhões junto ao FGTS, €45,5 milhões (equivalentes a R\$243,3 milhões) contratados com o banco alemão KfW, €53 milhões (equivalentes a R\$283,6 milhões) junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI e €200 milhões (equivalentes a R\$1,07 bilhão) com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD. O registro contábil da dívida será realizado quando da efetiva entrada desses recursos na Companhia.

Vale ressaltar que, em setembro de 2023, foi concluída a contratação de operação de crédito de longo prazo, por meio da 18ª Emissão de debêntures, no montante de R\$900,0 milhões. Os recursos dessa operação estão sendo destinados à execução de parte do Programa de Investimentos e ao pagamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI – implementado pela Companhia em 2023.



6.2. Programas e medidas de eficiência operacional, inovação e sustentabilidade

6.2.1. Programa de Eficiência Operacional – PEO

O Programa de Eficiência Operacional – PEO, baseado na metodologia 5S⁴, objetiva aprimorar os sistemas de gestão e de operação da Copasa, atendendo a critérios de qualidade



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



4 de 24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

e aos requisitos regulatórios da Arsa - MG. O PEO possibilita, através de um mecanismo de autoavaliação, o mapeamento das unidades operacionais, a implementação de ações corretivas, o atendimento das exigências legais e o aperfeiçoamento do desempenho da operação.

O PEO conta com uma plataforma informatizada, desenvolvida especificamente para atender a suas demandas, na qual são preenchidas as autoavaliações, que devem ser evidenciadas por fotos ou documentos inseridos no sistema, posteriormente disponíveis para o processo de auditorias. A plataforma é capaz de gerar indicadores estruturados e bem organizados.

O 3º ciclo do PEO premiou, em 2023, as localidades que se destacaram dentre os 588 municípios e as 16,1 mil unidades avaliadas.

6.2.2. Núcleo de Inteligência Operacional - NIO

A Copasa dispõe do Núcleo de Inteligência Operacional - NIO, uma área multidisciplinar, com foco na integração de diferentes setores estratégicos para o bom andamento das áreas operacionais, que permite consolidar, em uma visão estratégica e célere, as informações originárias dos Centros de Controles Operacionais - CCOs - de suas várias Unidades de Negócios. Essa integração torna mais ágeis as respostas às demandas, elevando a proatividade e tempestividade nas ações operacionais da Companhia.

O NIO congrega, em um único ambiente integrado, as áreas operacionais, as funções de comunicação, a gestão de serviços, a vigilância operacional, perdas de água e o controle operacional, para acompanhamento das principais ocorrências e o nivelamento das informações operacionais.

O NIO tem desenvolvido, juntamente com outras áreas da Copasa, diversos projetos, para melhorar a eficiência, o monitoramento e o controle dos processos operacionais. Dentre esses projetos, destacam-se:

- **Informações de Saneamento por Assunto - ISAA:** consiste em uma página web desenvolvida para facilitar a visualização, em tempo real, das principais ocorrências operacionais no Estado;

- **ETA Digital:** é um projeto que possibilita o lançamento das análises da qualidade da água tratada, assim como o seu acompanhamento em tempo real pelos técnicos e supervisores de produção. O aplicativo ETA Digital possibilita a agilidade na identificação e ações de melhoria para os problemas associados aos potenciais desvios;

- **Videomonitoramento operacional:** permite o acompanhamento de unidades operacionais, certificando a veracidade dos alertas e alarmes de problemas reportados nas unidades com funcionamento autônomo. Apóia o Programa de Eficiência Operacional, possibilitando o monitoramento contínuo das condições das unidades, assim como acompanha a execução dos serviços dos colaboradores que estão atuando nas unidades operacionais; e

- **Monitoramento de barragens:** possibilita o acompanhamento remoto e em tempo real das 8 (oito) principais barragens da Copasa, tanto com dados técnicos como por imagens.

6.2.3. Automação e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

6.2.3.1. Projeto de Automação

A Copasa instituiu, em 2021, projeto de expansão da automação de suas unidades operacionais. Em 2023, a Companhia deu continuidade à implantação da 1ª (primeira) etapa desse projeto, contemplando, no ano, 137 sistemas com medições de variáveis operacionais relevantes, como nível de reservatórios, status de bombas, vazão, pressão e qualidade de água, disponibilizando os dados remotos para um Scada² central (COPASIS - Sistema Integrado de Supervisão da Copasa) e para os smartphones dos operadores, encarregados, técnicos, engenheiros e gerentes dos sistemas envolvidos. Desde 2021, foi implantado o monitoramento em 860 unidades, distribuídas em 218 localidades.

6.2.3.2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Relativamente à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I, a Companhia está conduzindo um conjunto de iniciativas de desenvolvimento tecnológico e inovação, merecendo destaque especial, em 2023, a pesquisa em andamento para adaptar soluções da Indústria 4.0 para o saneamento, promovendo a redução dos custos na produção de sensores inteligentes para os processos envolvidos no tratamento de água e esgoto.

6.2.4. Ações na área de logística e suprimentos

No ano de 2023, a Companhia implementou algumas ações que contribuíram para a modernização, a redução de custos e a melhoria na gestão dos seus processos logísticos e de suprimentos.

Garantindo eficiência ao processo, pode ser citada a contratação do Sistema Informatizado de Gestão de Frotas e Logística, no qual é feito o monitoramento de todo o processo logístico e o controle de toda a frota da Companhia. São monitorados os custos operacionais, a produtividade e o desempenho da frota, com base em um histórico completo de informações.

No âmbito das aquisições e contratações da Companhia, seu Regulamento e sua Norma de Contratações estão em constante atualização, promovendo maior assertividade aos processos e o alinhamento daqueles com oportunidades trazidas pela legislação e pela jurisprudência.

Para o planejamento das aquisições, houve expressiva ampliação da cesta de produtos de compra unificada (material hidráulico-sanitário) e centralizada (equipamentos). Com essa ação, foi possível reduzir custos atrelados ao efetivo processo licitatório e prazos com maior eficiência operacional (compra de materiais em quantidades planejadas, no momento correto e com a entrega do produto no prazo estipulado).

Para o efetivo processo de aquisição, foi desenvolvida, na Companhia, dentro da plataforma SAP, a Gestão da Aquisição, com estruturação e tramitação totalmente eletrônicas das demandas, desde a requisição do material até a efetiva contratação, proporcionando celeridade, eficiência e transparência em toda as fases do processo de contratação.

De modo a garantir segurança operacional na contratação de produtos químicos e equipamentos, que sofrem grande impacto nos custos e no fornecimento dentro do Brasil, a Copasa prospectou, no ano de 2023, outros fornecedores no mercado internacional. Desse modo, foi realizada, nesse ano, a primeira licitação, para aquisição de produto químico, com a participação de empresas estrangeiras, sendo declarada vencedora uma empresa chinesa, sendo esperada redução nos gastos com tal insumo.

6.2.5. Ações na área de Tecnologia da Informação - TI

Em 2023, a Companhia realizou significativos investimentos em projetos relacionados a:

- conclusão da migração para a versão mais atual do software de gestão SAP;
- modernização do parque de informática;
- contratação de um SOC - *Security Operation Center*, com operação 24 x 7, o que proporcionou a elevação do nível de monitoramento e detecção de ameaças no ambiente de rede da Copasa;
- aprimoramento da infraestrutura de TI, com duplicação e redundância dos links de comunicação nas Unidades de Negócio e Gerências Regionais, buscando trazer maior disponibilidade para esses locais; e
- implantação de diversos sistemas de informação, com destaque para o novo sistema jurídico e o sistema para gestão de perdas.

6.2.6. Gestão da energia elétrica

A Copasa está implementando algumas iniciativas relativas à gestão de seu consumo de energia elétrica, quer seja com o objetivo de redução de custos, quer seja para o alinhamento com o seu compromisso com a sustentabilidade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS do Pacto Global da ONU. Dentre essas iniciativas, podemos destacar:

- **Contratação de energia no mercado livre:** aquisição de energia elétrica do tipo incentivada (gerada a partir de usinas que utilizam fontes renováveis, como energia solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas - PCH) no mercado livre para as unidades de alta e média tensão, com início de fornecimento desde junho de 2023. Com essa iniciativa, adicionalmente à aquisição da energia do tipo convencional realizada em 2022, o montante de energia contratada no mercado livre, em dezembro de 2023, corresponde a aproximadamente 47% da energia total consumida pela Companhia. Para 2024, é projetado que esse percentual atinja 51%.

Cabe destacar que o total projetado de 51% do consumo de energia da empresa adquiridos no mercado livre representam uma redução prevista nos custos com energia elétrica de, aproximadamente, R\$280 milhões durante um período de 60 meses.

A aquisição de energia do tipo incentivada, além de contribuir para a redução de emissões de gases de efeito estufa, representa uma redução dos custos de energia elétrica.

- **Migração para o mercado varejista:** para as unidades não contempladas pela energia adquirida no mercado livre, a Companhia vem trabalhando na estruturação de projeto de migração das demais instalações de média tensão para o mercado varejista de energia.

- **Energia fotovoltaica:** estruturação de projeto para implantação de usinas solares fotovoltaicas para compensação remota de energia das unidades atendidas em baixa tensão, objetivando redução dos custos de energia elétrica e redução das emissões de gases de efeito estufa. Enquanto se estrutura o projeto das usinas solares, já em janeiro de 2024, a Companhia realizará a migração de parte de suas instalações de baixa tensão para fazendas solares.

- **Eficiência energética:** redução do consumo de energia elétrica por meio da substituição de equipamentos obsoletos por outros de maior eficiência e pelo emprego de novas tecnologias que racionalizem o uso da energia nas instalações. O projeto está em andamento, com 2 (duas) unidades implantadas, 13 em implantação e, em sua totalidade, permitindo a economia de energia nas instalações beneficiadas.

6.2.7. Ações voltadas à redução de perdas

A Companhia vem buscando a redução dos seus indicadores de perdas, agindo tanto sobre as perdas aparentes, quanto sobre as perdas físicas. Dentro desse esforço, podem ser destacadas, para o ano de 2023, as seguintes ações:

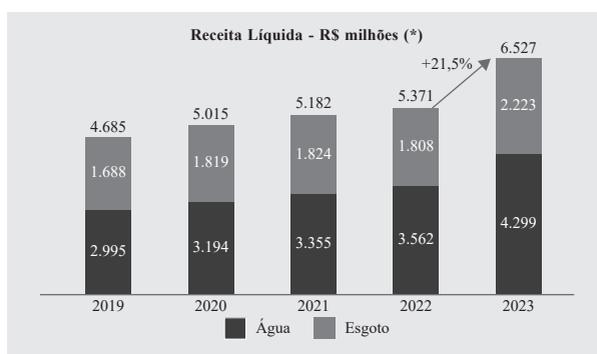
- contrato de performance para redução das perdas aparentes em áreas de vulnerabilidade social e sua extensão para áreas formais;
- utilização de inteligência artificial e de equipamentos, como geofones, hastes e câmeras para a pesquisa de vazamentos não visíveis em redes e ramais;
- investimentos significativos na renovação dos hidrômetros, abrangendo cerca de 20% das ligações por ano, incluindo a substancial aplicação de hidrômetros inteligentes;
- substituição de 300 mil metros de redes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, estando essa ação em fase de planejamento; e
- setorização, de forma a otimizar as ações de redução de perdas.

7. Gestão Econômico-Financeira

As informações financeiras constantes nesta Seção, exceto quando indicado em contrário, estão em milhões de Reais (R\$ milhões), e, tendo em vista a imaterialidade da subsidiária Copanor, referem-se às Demonstrações Financeiras da Controladora (Copasa), salvo indicação ao contrário.

7.1. Receita Líquida

A receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos foi de R\$6,53 bilhões no ano de 2023, representando uma elevação de 21,5% em relação a 2022, conforme gráfico a seguir:



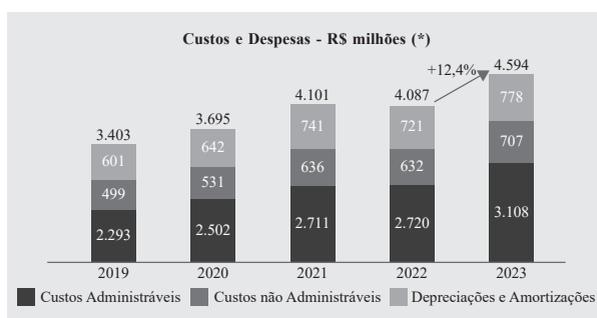
* O somatório da Receita Líquida inclui resíduos sólidos, sendo da ordem de R\$2 bilhões nos anos de 2019 a 2022 e de R\$4,9 bilhões em 2023.

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a receita líquida de água e esgoto, comparando-se 2023 com o ano de 2022:

- impactos do reajuste tarifário aplicado em 01.01.2023, com efeito tarifário médio de 15,7%, conforme autorização da Arsa-MG;
- aumento de 1,1% das economias de água e de 2,2% nas economias de esgoto; e
- aumento de 3,5% no volume medido de água e de esgoto, comparativamente a 2022.

7.2. Custos e Despesas

Conforme gráfico a seguir, os custos e despesas totalizaram R\$4,59 bilhões em 2023 (R\$4,09 bilhões em 2022).



(*) Os Custos e Despesas incluem Outros Custos, sendo R\$9,8 milhões (2019), R\$21,2 milhões (2020), R\$12,5 milhões (2021) e R\$13,7 milhões (2022).

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas (excluindo-se os custos de construção) que apresentaram as variações mais significativas:

Pessoal: a elevação verificada nessa conta foi de 9,1%, que pode ser explicada, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- reflexos nos salários, férias, 13º, dentre outros benefícios, decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de novembro de 2022 e de novembro de 2023, os quais tomaram como base o INPC acumulado de 6,46% e 4,14%, respectivamente;
- efeitos da elevação na base de remuneração variável, comissão de cargo e participação dos empregados nos lucros, em função de melhor resultado e margem EBITDA registrados em 2023, comparativamente ao ano anterior;
- incremento nos gastos com programa de alimentação, devido, sobretudo, ao pagamento extraordinário de R\$8,0 milhões em novembro de 2023, conforme ACT;
- aumento de R\$8,2 milhões nos gastos com programa de saúde, em função de maior utilização dos serviços médicos e de reajuste dos planos;
- redução de R\$5,0 milhões nos gastos capitalizáveis referentes, principalmente, aos empregados lotados nas áreas relacionadas à expansão da Companhia e que são alocados no ativo intangível; e
- redução de 6,3% no número de empregados, comparando-se dezembro de 2023 com dezembro de 2022, em razão dos desligamentos do PDVI no período, sendo que as informações referentes a esse Programa constam no item 9.2.3 deste Relatório da Administração.

Serviços de Terceiros: a elevação verificada nessa conta foi de 14,6%. Os itens que apresentaram variação mais significativa no período reportado foram os seguintes:

- acréscimo de R\$31,3 milhões nos serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas, comparando-se 2023 com o ano anterior;
- incremento, em 2023, de R\$12,2 milhões nos gastos referentes a serviços de terceirização de leitura e de entrega;
- incremento de R\$9,6 milhões nos serviços de manutenção, cortes e religação;
- acréscimo, em 2023, de R\$8,6 milhões nos dispêndios com serviços técnico profissionais;
- aumento de R\$8,5 milhões nos gastos com locação de geradores;
- acréscimo de R\$7,0 milhões nos gastos com serviços de informática; e
- aumento de R\$5,5 milhões nos dispêndios com publicidade e propaganda.

Materiais: esse item apresentou decréscimo de 8,4%, em função, sobretudo, da redução nos gastos referentes a peças, acessórios e componentes para veículos, bem como outros itens de forma pulverizada.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber: esse item apresentou queda de 9,1% em 2023, em função da redução na inadimplência, bem como na alteração na forma de contabilização dos valores recuperados de contas baixadas, que, a partir do 1T23, passaram a ser registrados a crédito dessa rubrica. Com isso, essa conta passou a ser demonstrada por seu valor líquido.

Repasso Tarifário a Municípios: o aumento de 35,1% neste item deu-se em decorrência, principalmente, do incremento nos valores referentes ao repasse tarifário, dado o reajuste de 15,70% definido pela Arsa-MG e do aumento no número de fundos municipais de saneamento habilitados a receber tal repasse.

Conforme [Nota Técnica GRT nº 01/2022](#) da Arsa-MG, no âmbito do reajuste tarifário autorizado aplicado em janeiro de 2023, foram incluídos 75 novos fundos municipais de saneamento com direito aos repasses, totalizando 294 municípios habilitados.

Custos Operacionais Diversos: o aumento de 24,3% verificado nos custos operacionais diversos, comparando-se 2023 com o ano de 2022, deveu-se à elevação nos gastos com autoconsumo de água e com conduções, viagens e estadas, bem como com outras rubricas de forma pulverizada.

Energia Elétrica:

O incremento de 10,7% observado nos gastos com energia elétrica, comparando-se o ano de 2023 com o de 2022, decorreu, sobretudo, do efeito líquido dos seguintes fatores:

- aumento de 4,3% no consumo de energia elétrica da Companhia;
- reajuste de 8,8% nas tarifas de energia da Cemig em 06/2022 e de 13,27%, vigente a partir de junho de 2023;
- redução de 3% no subsídio aplicável às tarifas de energia elétrica das concessionárias de serviço público de água e esgoto, a partir de junho de 2022;
- exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos tributários de PIS/COFINS, a partir de maio de 2023;
- reincidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - TUST e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - TUSD, a partir de fevereiro de 2023; e
- redução de 19,9% nas despesas referentes à energia elétrica nas unidades que migraram para o Mercado Livre a partir do início do 1T23.

Vale ressaltar que, conforme especificado no item 6.2.6, tais unidades representaram percentuais crescentes do consumo total de energia da Companhia ao longo de 2023, atingindo, em dezembro deste ano, 47% do total de energia elétrica consumida pela Companhia.

7.3. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro

Outros Itens (R\$ milhões)	2019	2020	2021	2022	2023	2023 X 2022
Outras Receitas Operacionais	107,9	171,3	177,4	135,0	67,1	-50,3%
Outras Despesas Operacionais...	(221,2)	(197,3)	(396,6)	(151,3)	(193,5)	27,9%
Resultado da Equivalência Patrimonial.....	(12,8)	(12,6)	(12,7)	(11,2)	(18,3)	64,4%
Resultado Financeiro	(133,9)	(176,0)	(194,6)	(211,6)	(2,1)	-99,0%
TOTAL.....	(259,9)	(214,5)	(426,5)	(239,0)	(146,9)	-38,6%

Outras Receitas Operacionais: a queda de 50,3%, comparando-se o ano de 2023 com o de 2022, deu-se em função dos seguintes fatores:

- a partir do 1T23, os valores da rubrica Recuperação de Contas Baixadas passaram a ser creditados diretamente na rubrica Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber que está, agora, demonstrada por seu valor líquido; e
- menor valor de devolução de tarifas, conforme determinado pela Arsa-MG, ocorrido em 2023 em relação ao verificado em 2022, conforme Nota Explicativa 14.

Outras Despesas Operacionais: a elevação de 27,9%, comparando-se o ano de 2023 com o de 2022, deu-se, sobretudo, em função de:

- reversão da provisão realizada em decorrência do acordo celebrado em Ação Coletiva Trabalhista (Processo nº 102100-74.2008.5.03.0024), tendo sido contabilizados cerca de R\$59,0 milhões em Outras Despesas Operacionais; e
- incremento nos valores referentes a processos judiciais em 2023, especialmente em função do acordo judicial formalizado e liquidado em dezembro de 2023, visando ao encerramento da demanda de ação de indenização, impetrada no ano 2021, sob a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro em contratos de empreitada firmados com a Copasa, cujo impacto no resultado foi de R\$33,8 milhões.

(*) Scada é o acrônimo para Supervisory Control and Data Acquisition, que na tradução para o português significa Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados. O Scada é um sistema que utiliza um software para monitorar, supervisionar e controlar as variáveis e os dispositivos de um processo.



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



5 de 24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

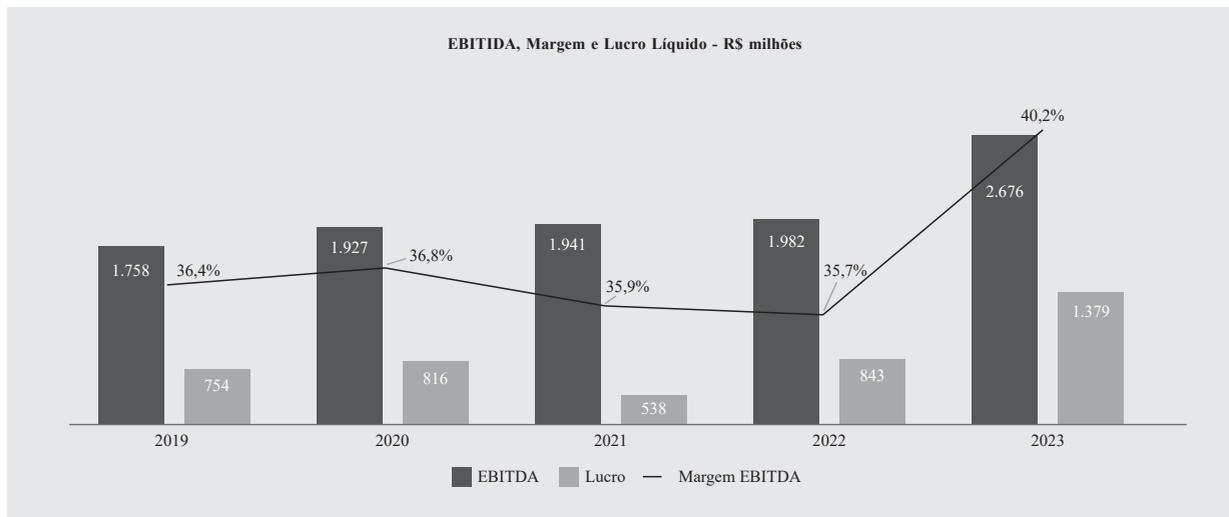
Resultado Financeiro: a queda de 99,0% deve-se, principalmente, ao seguinte:

- acréscimo no ganho real em aplicações financeiras, dado o saldo médio de capital de giro mais elevado ao longo do ano de 2023, comparativamente a 2022 e o maior índice do CDI acumulado em 2023 em relação a 2022;
- alteração na conta em que são registradas as multas sobre inadimplemento de clientes, que passaram a ser contabilizadas em Receitas Financeiras; e
- reversão da provisão realizada em decorrência do citado acordo celebrado em Ação Coletiva Trabalhista, em decorrência da qual foi contabilizado o montante de R\$108,9 milhões, referente a juros e atualização monetária, em Despesas Financeiras.

7.4. EBITDA e Lucro Líquido (Consolidado)

O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Copasa, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações/amortizações.

Conforme gráfico a seguir, o EBITDA Ajustado registrado em 2023 foi de R\$2,68 bilhões, margem de 40,2%. O lucro líquido atingiu R\$1,38 bilhão no ano de 2023 (R\$843 milhões em 2022), impactado pela recuperação das margens e pelas reversões referentes ao Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, que foram realizadas em outras despesas operacionais e despesas financeiras.



(*) Nos anos de 2023 e 2021, os valores referem-se a EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada.

A seguir, tabela com a conciliação do Lucro Líquido ao EBITDA nos períodos comparativos:

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2019	2020	2021	2022	2023	2023 X 2022
Lucro Líquido do Exercício	754,4	816,5	537,6	843,4	1.379,3	63,6%
(+) Tributos sobre o Lucro	267,9	288,8	116,9	202,6	406,9	100,9%
(+) Resultado Financeiro.....	133,9	176,0	194,6	211,6	2,1	-99,0%
(+) Depreciações e Amortizações	600,6	641,8	741,5	721,1	778,4	7,9%
(+) Tributos sobre o Lucro, Resultado Financeiro e Depreciações/Amortizações da Copanor.....	1,7	3,5	4,9	3,8	12,0	213,2%
EBITDA	1.758,5	1.926,6	1.595,4	1.982,5	2.578,8	30,1%
Ajustes - Itens Não Recorrentes						
(+) Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI.....	-	-	152,2	-	115,1	-
(+) Devolução - Arsae-MG	-	-	82,6	-	-	-
(+) Incremento da Provisão - Processo Trabalhista	-	-	110,3	-	-	-
(-) Reversão de Provisão Referente a Processo Trabalhista.....	-	-	-	-	(51,5)	-
(+) Indenização por inadimplência contratual	-	-	-	-	33,9	-
(=) EBITDA Ajustado	1.758,5	1.926,6	1.940,5	1.982,5	2.676,2	35,0%
Margem EBITDA (Ajustada)	36,4%	36,8%	35,9%	35,7%	40,2%	

A Companhia informa que as informações detalhadas sobre o desempenho da Companhia em 2023 constam do Release de Resultados, divulgado na mesma data das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023.

7.5. Remuneração aos Acionistas

O Conselho de Administração definiu, para o exercício de 2023, o percentual de Dividendos Regulares correspondente a 50% do Lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e/ou dividendos.

Para o exercício de 2023 foram declarados R\$637,8 milhões a título de Dividendos Regulares, dos quais R\$387,5 milhões foram pagos e R\$250,3 milhões terão sua data de pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa 20 destas DFs.

Adicionalmente, foram declarados Dividendos Extraordinários no valor de R\$372,5 milhões, utilizando parte do Saldo da Conta de Reservas de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31.12.2022.

As distribuições realizadas foram precedidas de estudos internos e projeções que indicaram que a distribuição desses proventos não afeta o plano de investimentos, a liquidez, bem como o cumprimento dos covenants dos próximos anos, considerando o atual nível de alavancagem da Companhia.

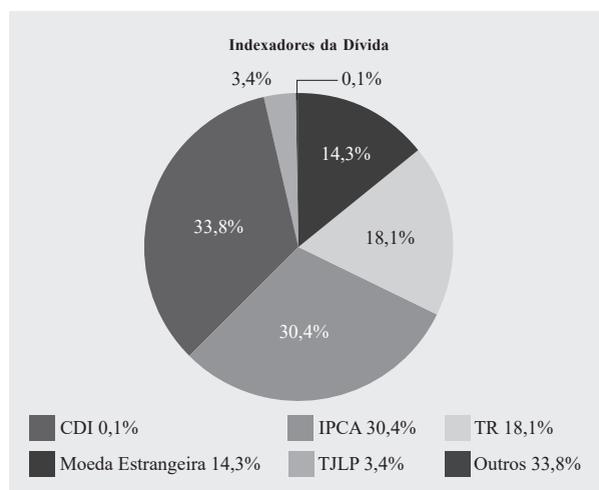
7.6. Endividamento, Covenants e Ratings

7.6.1. Endividamento

O total dos empréstimos, financiamentos e debêntures atingiu o montante de R\$4,7 bilhões em dezembro de 2023. A dívida líquida passou de R\$3,1 bilhões em dezembro de 2022 para R\$3,8 bilhões, em dezembro de 2023. A seguir, tabela com o endividamento da Companhia nos últimos 5 (cinco) anos.

Endividamento - Dados Consolidados (R\$ milhões)	2019	2020	2021	2022	2023	2023 X 2022
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.281,4	1.274,0	1.068,4	976,9	1.429,1	46,3%
(+) Debêntures	2.028,9	2.507,1	2.917,0	3.163,0	3.314,4	4,8%
(+) Outras Obrigações Onerosas (Libertas).....	30,0	4,7	-	-	-	-
(=) Total Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.340,2	3.785,8	3.985,3	4.139,9	4.743,5	14,6%
(+) Passivo de Arrendamento Mercantil	-	-	-	105,9	92,3	-12,9%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa.....	524,1	805,6	1.309,7	1.122,3	1.031,4	-8,1%
(=) Dívida Líquida	2.816,1	2.980,2	2.675,6	3.123,5	3.804,4	21,8%

O gráfico abaixo apresenta a composição da dívida da Copasa, conforme cada um de seus indexadores, em dezembro de 2023:



Os indexadores mais representativos na dívida da Copasa são o CDI (33,8%) e o IPCA (30,4%), o que reflete, sobretudo, as características das mais recentes emissões de debêntures da Companhia, que estão atreladas a esses indicadores.

Como pode ser verificado no gráfico "Indexadores da Dívida", o endividamento em moeda estrangeira representava 14,3% do total dos empréstimos, financiamentos e debêntures em dezembro de 2023 e se referia à dívida junto ao banco alemão KfW, ao Banco Europeu de Investimento e à Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, cujo saldo em 31.12.2023 era de €126,5 milhões (correspondentes a R\$681,4 milhões, considerando a cotação do euro em 31.12.2023). Para essas operações não havia mecanismo de hedge contratado.

7.6.2. Covenants

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (covenants), sendo que, para aqueles covenants relacionados à observância de determinados índices financeiros, a periodicidade de apuração é distinta, conforme estabelecido contratualmente.

Vale ressaltar que, no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, constam covenants de natureza financeira a serem observados. Tais covenants estatutários são os seguintes:

- o endividamento líquido consolidado deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização);
- as Exigibilidades Totais devem ser iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido; e
- o EBITDA deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

O Estatuto Social estabelece ainda que esses indicadores poderão ser ultrapassados por motivos conjunturais, mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites:

I - o endividamento líquido consolidado poderá atingir, no máximo, 4 vezes o EBITDA da Companhia; e

II - as exigibilidades totais poderão atingir, no máximo, 1,2 vezes o Patrimônio Líquido.

Em 31.12.2023, a Companhia estava dentro dos limites estabelecidos para todos os seus covenants financeiros contratuais e estatutários, sendo que estes últimos indicadores apresentavam os seguintes valores nos últimos 5 (cinco) exercícios:

Covenants Estatutários	Limite	2019	2020	2021	2022	2023
Dívida Líquida/EBITDA (nº de vezes).....	≤ 3,0x	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5
Exigibilidades/Patrimônio Líquido.....	≤ 1,0	0,7	0,8	0,9	0,8	0,9
EBITDA/Serviço da Dívida	>1,2	2,1	3,9	1,5	1,7	1,9

7.6.3. Ratings

Em 21.06.2023, a Agência de rating Fitch publicou relatório, afirmando os ratings Nacional de Longo Prazo da Companhia e de suas emissões de debêntures quirográficas em AA+(bra), sendo que a perspectiva do rating corporativo permaneceu estável.

Em 06.10.2023, a Agência de rating Moody's publicou relatório, afirmando o rating corporativo em AAA.br para a Copasa. A perspectiva do rating corporativo permaneceu estável.

A seguir, tabela com o resumo dos ratings:

Agência	Escala Nacional	Perspectiva	Data
Fitch Ratings	AA+(bra)	Estável	21.06.2023
Moody's	AAA.br	Estável	06.10.2023

8. Composição Acionária e Desempenho das Ações

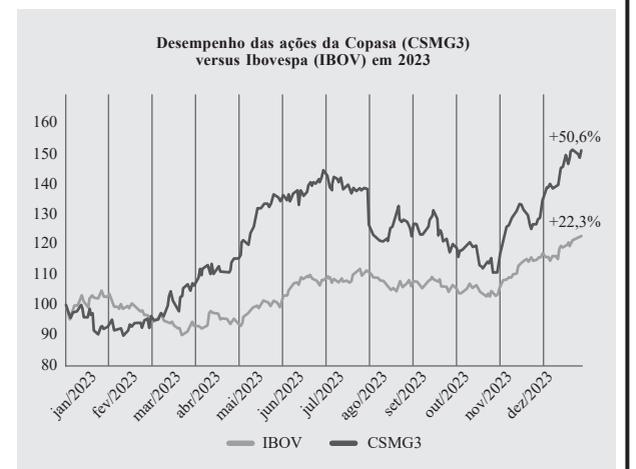
A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,03% das ações e a(s) entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações. Em livre circulação no mercado (free float), encontram-se cerca de 49,56% das ações e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, corresponde a ações em tesouraria. Em dezembro de 2023, a base acionária era formada por aproximadamente 130 mil acionistas, de 29 países distintos.

A seguir, mostramos a composição de nossa base acionária no encerramento de 2023:

Acionistas	Ações	(%)	Número de Acionistas
Estado de Minas Gerais.....	190.249.612	50,03%	1
Acionistas Nacionais (Minoritários).....	74.027.540	19,47%	129.001
Acionistas Estrangeiros (Minoritários).....	114.904.278	30,22%	338
Ações em Tesouraria	1.071.639	0,28%	1
Total	380.253.069	100,00%	129.341

A cotação unitária das ações da Copasa (B3:CSMG3), ajustada pelos proventos declarados, apresentou valorização de 50,6% em 2023, com a cotação atingindo R\$20,48 no fechamento do último pregão do referido exercício. No mesmo período, o Ibovespa apresentou elevação de 22,3%.

O volume médio diário negociado em 2023 foi de R\$36,6 milhões, representando uma elevação de 53,1% em relação ao registrado em 2022. O número médio de negócios diários, em 2023, foi 6,9 mil negócios, incremento de 9,8% em relação ao ano anterior.



A Companhia integrava, no final de 2023, 9 (nove) índices da B3, a saber: Índice Brasil 100 (IBRX 100), Índice Brasil Ampla (IBRA), Índice Dividendos (IDIV), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), Índice de Governança Corporativa Novo Mercado (IGNM), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice Small Cap (SMLL) e Índice Utilidade Pública (UTIL).

Como detalhado no item 9 a seguir, a Copasa passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que entrou em vigor 02.01.2024.



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



6 de 24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

9. Estratégia de Sustentabilidade

A Copasa é fortemente comprometida com a temática ESG⁶ e, nesse sentido, tem expresso, em sua Declaração Estratégica, o propósito de “cuidar da água e gerar valor para as pessoas”, bem como considera, como um de seus 10 objetivos estratégicos “atuar de acordo com padrões ambientais, sociais e de governança”.

A Companhia é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU e seu planejamento estratégico está alinhado à Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com grande destaque para o ODS 6 – Água Limpa e Saneamento.

Em função desse esforço de alinhamento a práticas e temas sustentáveis, a Companhia foi selecionada para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE – da B3, cuja vigência teve início em 2 de janeiro de 2024. A inclusão da Companhia na nova carteira do ISE comprova a robustez das práticas sustentáveis da Copasa e reforça sua estratégia ESG, caracterizadas pela integração de seus compromissos ao seu modelo de negócio sustentável, fundamentado no propósito de “cuidar da água e gerar valor para as pessoas”.

Ainda dentro desse espírito, a Companhia, em 2023, instituiu suas Políticas de Diversidade e Inclusão e de Sustentabilidade, esta última consolidando as Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental. Instituiu ainda o Comitê de Sustentabilidade, responsável, sobretudo, por garantir o alinhamento da Copasa às melhores práticas de mercado relacionadas à gestão da sustentabilidade. Em 2024, foi instituído o Comitê de Diversidade e Inclusão, com o objetivo de contribuir para a efetiva materialização do tema diversidade e inclusão na Copasa.

Adicionalmente, a Companhia sediou, em parceria com o Pacto Global da ONU, o 1º (primeiro) evento regional do Pacto Global da ONU sobre os avanços do ODS 6 (Água Potável e Saneamento), que teve como mote a discussão sobre os Desafios e Oportunidades para o Setor Empresarial no ODS 06 no estado de Minas Gerais.

A seguir, são apresentadas as principais práticas e projetos relacionados à Agenda ESG da Companhia.

9.1. Meio Ambiente

Uma vez que a sustentabilidade está presente na Declaração Estratégica da Copasa, sua atuação deve estar de acordo com os padrões ambientais, sociais e de governança, mediante o estabelecimento da base legal como ação prioritária.

Cabe à Copasa a obtenção dos atos autorizativos para as intervenções ambientais e em recursos hídricos, bem como o licenciamento ambiental de seus empreendimentos, de forma a minimizar os impactos ambientais de suas operações, cumprir as medidas mitigadoras e compensatórias e as condicionantes ambientais, além de acompanhar o monitoramento e o controle, determinados pelos órgãos ambientais responsáveis.

Os principais programas e projetos da Companhia que objetivam garantir a qualidade e a quantidade de água dos mananciais utilizados para abastecimento público são:

Programa Pró-Mananciais: iniciado em julho de 2017, consiste em ações para proteção e recuperação das micro bacias hidrográficas e áreas de recarga dos aquíferos – cujos mananciais são captados pelos sistemas de abastecimento público de água – por meio de ações e do estabelecimento de parcerias que visem à melhoria da qualidade e da quantidade das águas, favorecendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social desses locais. A cada ano, o Programa tem consolidado suas ações, efetivando as parcerias com instituições diversas, o que resultou na integração, até 2023, de 291 municípios e na formação de 250 Coletivos Locais de Meio Ambiente (COLMEIA), envolvendo cerca de 4 mil membros e um total de R\$39,7 milhões de recursos empenhados em 2023 e de R\$116,0 milhões desde o início do Programa. O Programa tem atuado com diversas parcerias, entre as quais destacamos as prefeituras municipais, a Emater, Institutos Federais, Universidades, o instituto de pesquisa WRI Brasil, dentre outras.

Os principais números e resultados do Programa Pró-Mananciais são como seguem:

Programa Pró-Mananciais	2023	De 2017 a 2023
Valor investido	R\$39,7 milhões	R\$116,0 milhões
Mudas plantadas	35,1 mil	680,7 mil
Metros de cercas para proteção de APP	696,5 mil	2,7 milhões
Barragem de infiltração de água pluvial	11,2 mil	34,1 mil
Adequação de estradas (metros)	963,6 mil	2,5 milhões
Terraceamento (metros)	461,0 mil	1,2 milhão
Construção de aceiros	96,3 mil	265,5 mil

Manutenção de ambientes naturais em áreas protegidas: a Copasa mantém quase 25 mil hectares de áreas protegidas, tendo como principal objetivo a proteção de mananciais para o abastecimento público de água, compatibilizando a conservação destas áreas com suas atividades operacionais.

Essas áreas constituem, no todo ou em parte, Áreas de Proteção Especial (APE) e/ou Unidades de Conservação Estaduais e possuem uma grande diversidade de espécies da fauna e da flora de Mata Atlântica e Cerrado, destacando-se a ocorrência de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Para conservar a biodiversidade e proteger o patrimônio natural encontrado nessas áreas, além da permanente ação de vigilância, desenvolvemos atividades de monitoramento e proteção das áreas dos mananciais superficiais e subterrâneos, execução e manutenção de aceiros, combate aos incêndios florestais, contratação da elaboração de planos de manejo (conforme previsão no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e atividades de educação ambiental.

Chuva Socio-Ambiental: programa de educação ambiental promovido junto à comunidade escolar, composto de atividades de sustentabilidade, alinhadas à conscientização sobre o saneamento e a importância da preservação e recuperação de mananciais para fins de abastecimento. O principal objetivo do programa é disseminar conhecimento e estreitar os laços entre a Copasa e a comunidade. Em 2023, foram realizadas 421 atividades, envolvendo cerca de 18 mil participantes.

O programa desenvolve também projetos pedagógicos de educação ambiental vivenciais, que fortaleçam o compromisso socioambiental e de responsabilidade social da Copasa. Seu estilo de interação é orientado para realização de diálogos interativos com eixos temáticos do saneamento e proteção de mananciais. Interage com os programas institucionais, sobretudo com o Pró-Mananciais, condicionantes de licenciamento ambiental e programa de visitas aos sistemas. É destaque na agenda ESG, com o público infantil e com os adolescentes.

Programa AmbientAÇÃO: tem o objetivo de desenvolver com os colaboradores da Companhia (empregados efetivos, estagiários, aprendizes e prestadores de serviços) ações sobre redução do consumo de energia elétrica, redução do consumo e uso racional da água e diminuição da geração de resíduos e, também, fomentar a coleta seletiva de resíduos gerados pelos próprios colaboradores nas unidades de serviços e gerências regionais em todo o Estado.

Resultados alcançados em 2023:

- 11 convênios com Associações/Cooperativas de Catadores de resíduos recicláveis em alguns municípios mineiros;
- Campanha do Descarte Adequado de Resíduos, que focou na implantação de 1.000 conjuntos de coletores seletivos em todas as unidades organizacionais que aderiram ao Programa; e

• Termo de Parceria com a Associação Lacre do Bem, que mobiliza internamente a campanha de arrecadação de lacres de alumínio seguido de doação de cadeiras de rodas, resultando na doação de 100 unidades desde o início da parceria.

Para enfrentar os impactos de eventos extremos de escassez ou de excesso de chuva, a Copasa atua em diversas frentes, entre elas as ações descritas do Programa Pró Mananciais, que possibilitam a melhoria ambiental das bacias hidrográficas e, consequentemente, da quantidade e qualidade de água disponível. Outras iniciativas destacadas:

• **Monitoramento quali-quantitativo de mananciais superficiais e subterrâneos e rede pluviométrica:** iniciativa que permite o acompanhamento das vazões e identificação dos mananciais com maior risco de falha, subsidiando o planejamento operacional dos sistemas de abastecimento de água.

Para a identificação do impacto das variáveis climáticas e hidrológicas sobre as nossas captações, é realizado monitoramento quantitativo por meio de medições de vazão em mananciais superficiais, instalação e operação de estações de monitoramento pluviométrico convencionais e de estações pluviométricas. A rede setorial de monitoramento quantitativo está sendo ampliada, com a instalação de novas estações pluviométricas convencionais e automáticas com telemetria, resultando em ampla rede para medir a precipitação nas bacias hidrográficas onde a Companhia possui captações de água.

• **Monitoramento de reservatórios de acumulação de água:** a Copasa possui 8 (oito) grandes reservatórios de acumulação de água exclusivos para abastecimento de água, cujos níveis são acompanhados diariamente, permitindo o planejamento operacional e avaliações de cenários, de forma a avaliar possíveis impactos no abastecimento de água.

• **Participação em Comitês de Bacia Federais, Estaduais e Colegiados para discussão das Políticas de Recursos Hídricos:** conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei Federal nº 9.433/1997, a água é um bem de domínio público, limitado, sua gestão é descentralizada e deve-se promover seu uso múltiplo, com a prioridade para consumo humano em situações de escassez. Dessa forma, a Copasa participa, diretamente, de 6 (seis) comitês de bacia federais e 36 comitês de bacia estaduais, inserindo-se em discussões relativas ao tema junto com outros usuários do recurso hídrico, sociedade civil e representante do Estado, de forma a garantir a utilização da água de forma sustentável.

• **Segurança de Barragens:** estão incluídas na Política Nacional de Barragens – Lei Federal nº 12.334/2010 – 8 (oito) unidades da Copasa, devido a suas características, categoria de risco e dano potencial associado. Todas possuem Planos de Segurança de Barragem, conforme legislação vigente, são monitoradas e passam por inspeções de segurança regular anuais.

• **Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE:** em 2014, foi instituído pela Diretoria Executiva o Comitê Clima, com a função de traçar estratégias e metas para o controle das emissões dos GEE, sendo responsável pelo inventário anual de GEE da Copasa e pelo reporte das informações ligadas ao tema às mais diversas instituições públicas e privadas interessadas.

Anualmente, o Comitê Clima reporta as ações de mitigação e adaptação desenvolvidas nos nossos processos, os riscos corporativos ligados às mudanças climáticas, as emissões anuais de GEE, dentre outras informações de sustentabilidade, na plataforma mundial do *Carbon Disclosure Project* – CDP, além de participar da elaboração do Relatório de Sustentabilidade da Copasa.

A Copasa elabora o inventário de GEE anualmente, desde 2011. A partir de 2022, a Companhia atualizou sua metodologia de cálculos das emissões para o *GHG Protocol* (IPCC 2019), a fim de alinhar-se com as práticas de cálculo mais atuais e reconhecidas mundialmente, inclusive em consonância com outras empresas do setor de saneamento.

As emissões do escopo 1 advêm da operação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, operação do aterro sanitário de Varginha/MG e consumo de combustíveis na frota de veículos e estações.

As emissões do escopo 2 têm origem no consumo de energia elétrica, utilizada nos processos administrativos, sistemas de tratamento de água, sistemas de tratamento de esgoto sanitário e operação do aterro sanitário de Varginha/MG.

As emissões indiretas do escopo 3, provenientes das viagens aéreas nacionais e internacionais dos empregados a serviço da Copasa, foram calculadas através da metodologia descrita no Volume 2 “Energy” – Chapter 3 “Mobile Combustion” do “2006 IPCC Guidelines for National GHG Inventories”.

No inventário de GEE da Copasa são contemplados os Escopos 1, 2 e 3, sendo que as emissões líquidas constantes no Inventário de GEE Ano Base 2022 são como discriminadas a seguir, uma vez que as emissões relativas ao Ano Base 2023 estavam em levantamento no momento de elaboração do presente Relatório:

Escopo 1: 432.816,075 tonCO₂eq⁷.

Escopo 2: 39.923,944 tonCO₂eq.

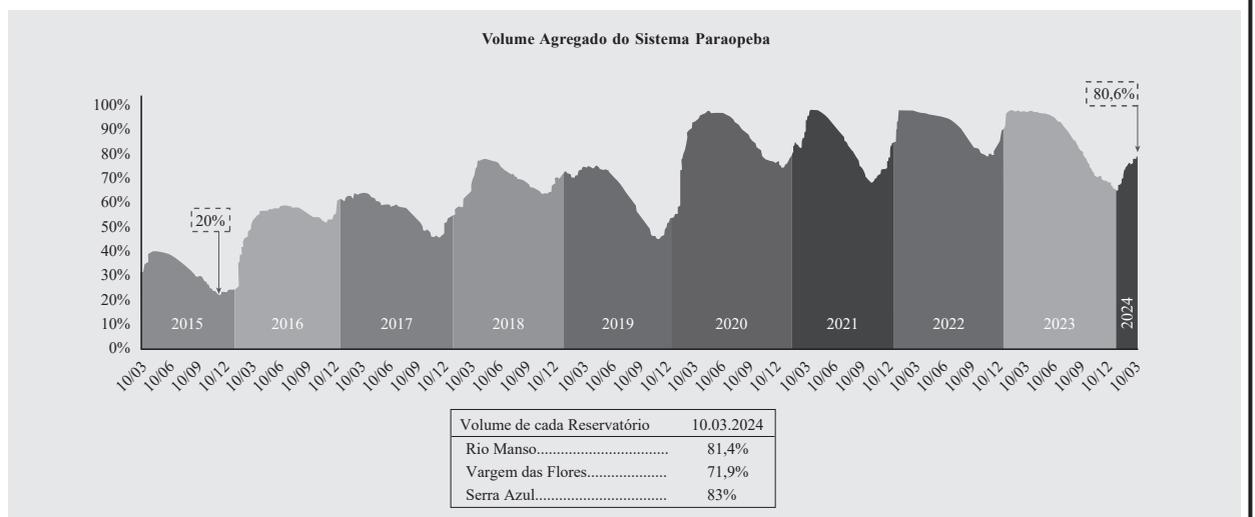
Escopo 3: 34.242,047 tonCO₂eq.

9.1.1. Situação Hídrica

9.1.1.1. Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

• Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul (Sistema Paraopeba)

Esse Sistema é operado de forma integrada, garantindo maior flexibilidade operacional para a distribuição de água, de forma a equilibrar a demanda e a manter níveis seguros de operação. A seguir, a evolução dos níveis desses reservatórios do Sistema Paraopeba, que, conjuntamente, são responsáveis por 51% do volume distribuído da RMBH. Em 10.03.2024, os volumes desses reservatórios se encontravam com 80,6% de sua capacidade, conforme demonstrado a seguir:



Visando a aumentar a segurança hídrica na RMBH, foi construído, em 2015, um novo sistema de captação de água, com vazão de 5 m³/s, no Rio Paraopeba para tratamento na Estação de Tratamento de Água do Rio Manso. Em função do rompimento, em 25.01.2019, da barragem Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, operada pela Vale S.A., os órgãos ambientais, sanitários e de fiscalização determinaram a suspensão da captação de água no rio Paraopeba, para fins de consumo humano e de abastecimento público.

Em julho de 2019, foi assinado Termo de Compromisso (TC) entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Vale, tendo como um dos intervenientes a Copasa, para construção de novo ponto de captação no Rio Paraopeba, a montante do ponto de rompimento e da congruência do ribeirão Ferro Carvão e rio Paraopeba. Em 18.11.2022, a Vale S.A. apresentou cronograma para finalização das obras da nova captação do Rio Paraopeba ao Ministério Público de Minas Gerais.

Os testes de bombeamento para a ETA Rio Manso iniciaram-se em março de 2023, com vazões variáveis, desde 1.000 l/s até 5.000 l/s. Durante os testes, é realizado o monitoramento contínuo dos parâmetros de operação das bombas das elevatórias, que apontou a necessidade de ajustes nos sistemas para o seu perfeito funcionamento, ora em execução.

• Rio das Velhas

A captação no Rio das Velhas, responsável por aproximadamente 43% do volume distribuído na RMBH, é realizada a fio d'água, sendo bastante influenciada pela ocorrência de chuvas, tendo em vista sua localização na parte alta da bacia hidrográfica. A seguir, tabela com informações sobre essa captação:

Sistema Rio das Velhas	
Percentual do volume distribuído da RMBH	43%
Outorga de captação	8,7 m ³ /s
Vazão média do Rio das Velhas dos últimos 15 dias anteriores a 10.03.2024	34,36 m ³ /s
Vazão média utilizada em 2023	7,5 m ³ /s

9.1.1.2. Interior do Estado de Minas Gerais

As atividades da Companhia no interior do Estado são pulverizadas em vários municípios e bacias hidrográficas distintas. De forma geral, a maioria das localidades onde a Companhia presta seus serviços possui fonte de produção de água local. Assim, eventual restrição hídrica no abastecimento impacta apenas localmente e de forma marginal as receitas totais da Companhia.

Em fevereiro de 2024, encontrava-se em situação de racionamento apenas a localidade de Bom Jesus de Cardosos (município de Urucânia), que possui cerca de 800 ligações de água, representando 0,01% do total de ligações da Companhia.

Visando a minimizar os impactos da situação hídrica, a Companhia recorre, quando necessário, a meios que contribuem para a regularização do abastecimento nas localidades afetadas, por meio da utilização de caminhões-pipa, perfurações de poços e investimentos em captações alternativas, conforme as opções disponíveis em cada região e o grau de criticidade da escassez em cada caso. Adicionalmente, são intensificadas as campanhas de conscientização, quanto ao consumo racional da água.

9.2. Dimensão Social

9.2.1. Atuação Social da Companhia

A atuação Social da Companhia é norteada por sua Política de Sustentabilidade, que tem como diretrizes relacionadas a essa temática:

- combater o assédio moral e o sexual, a corrupção, os atos ilícitos ou qualquer tipo de suborno e qualquer prática de discriminação;
- desenvolver e reter talentos;
- identificar e avaliar tendências e riscos corporativos, relativos aos impactos socioambientais e ao relacionamento com a comunidade;
- promover a liberdade de associação sindical e o direito à negociação coletiva;
- promover a acessibilidade e assegurar os direitos das pessoas com deficiência;
- promover a valorização da diversidade, equidade e inclusão;
- desenvolver parcerias com agentes públicos e privados, visando à promoção do desenvolvimento sustentável;
- participar de conselhos, comitês ou similares para debater o desenvolvimento sustentável local, regional, nacional ou global; e
- proporcionar o engajamento adequado das partes interessadas, especialmente na gestão dos impactos do negócio e das situações contingenciais.

9.2.2. Atuando em Benefício das Comunidades

Na dimensão social, a atuação da Copasa é pautada na obtenção da Licença Social para Operar, conforme as diretrizes dispostas na Política de Sustentabilidade e nos compromissos que integram a Agenda ESG da Companhia, elaborada com base na sua Matriz de Materialidade e nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Nesse sentido, em alinhamento ao ODS 6, que trata da disponibilização e acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, a Companhia disponibiliza às famílias de baixa renda o benefício da Tarifa Residencial Social.

A Tarifa Residencial Social oferece aos beneficiários redução de até 50% no valor da conta de água e de esgoto, sendo essa redução calculada de acordo com o consumo mensal de cada família, limitado a 20 m³ (20 mil litros). O número médio mensal de economias beneficiadas com a Tarifa Residencial Social foi, em 2023, de 644,6 mil economias para os serviços de abastecimento de água e 389,8 mil economias para os serviços de esgotamento sanitário, considerando a Copasa e a Copanor, conjuntamente.

O Programa Engajar para Transformar, principal iniciativa na atuação social da Companhia, estabelece as diretrizes, os procedimentos e as metodologias de atuação, de monitoramento e de avaliação dos impactos do relacionamento com a sociedade, de forma a direcionar e otimizar os esforços institucionais para o engajamento das partes envolvidas, a fim de garantir a adesão e a valorização dos serviços prestados pela Companhia, de possibilitar uma excelente experiência com o cliente e de aprimorar a reputação da

⁶ Do inglês Environmental, Social and Governance ou, em português, Ambiental, Social e Governança – ASG.

⁷ Equivalência em toneladas de dióxido de carbono. Trata-se de uma medida internacionalmente aceita que expressa a quantidade de gases de efeito estufa em termos equivalentes da quantidade de dióxido de carbono (CO₂).



QUARTA-FEIRA, 17 de Abril de 2024



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



7 de 24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Copasa. O Programa foi finalista da Categoria Inovação da Gestão em Saneamento Ambiental – IGS do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento – PNQS 2022. Isso representa a assertividade do Programa, sobretudo ao se analisar os resultados alcançados em 2023, em que, através dele, foram conquistadas, aproximadamente, 20 mil novas adesões aos serviços da Copasa pelas comunidades locais.

O Programa Voluntários da Copasa realiza projetos fundamentados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Em 2023, o Programa executou 20 iniciativas, com mais de 800 horas de voluntariado, com ações em 22 cidades, beneficiando mais de 15 mil pessoas e 33 instituições.

Além disso, a Copasa participa, de forma ativa, todos os anos, da campanha de apadrinhamento das cartinhas da Ação de Natal do Serviço Social Autônomo – Servas, que, em 2023, beneficiou mais de 400 pessoas, entre crianças, jovens e idosos.

O Programa Confiar em 6% estimula os colaboradores da Companhia a exercerem sua cidadania, destinando até 6% do Imposto de Renda devido aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente nas localidades onde a Companhia atua. Em 2023, a participação de 1.046 colaboradores permitiu a destinação de R\$567 mil a 124 instituições cadastradas.

Os clientes da Copasa podem fazer doações através da fatura para entidades filantrópicas por meio do meio de 2 (dois) programas: um denominado Programa de Apadrinhamento, destinado às áreas de educação, segurança pública e assistência social e o 2º (segundo), o Solidariédgua, voltado para hospitais públicos ou filantrópicos. Em 2023, foram arrecadados R\$3,1 milhões, beneficiando 200 instituições participantes no âmbito do Programa de Apadrinhamento e R\$3,8 milhões com o Solidariédgua, destinados a 26 hospitais.

Pelo 2º (segundo) ano consecutivo, a Copasa participou do Natal Solidário em Rede, uma parceria com mais de 14 destacadas empresas mineiras, beneficiando mais de 3 mil crianças e adolescentes de 2 a 17 anos do Centro Infantil e Juvenil da Cidade dos Meninos. A Copasa levou o tema “Uso consciente da Água” com apresentação de palestras, vídeos interativos e a Mini ETA, que mostra para os estudantes todo o processo de tratamento de água.

A Copasa conta com o Programa de Concessão de Subvenção, voltado ao fortalecimento de entidades de assistência social, mediante descontos de 25% nas tarifas das entidades cadastradas e de 50% para os hospitais filantrópicos. Em 2023, foram disponibilizados R\$20,8 milhões, entre as cerca de 631 entidades beneficiadas, com descontos nas tarifas de água e esgoto até o limite da demanda subvencionada.

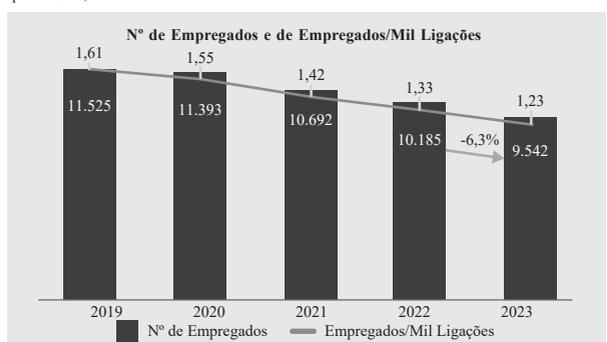
Ademais, para apoiar os municípios onde atua, a Companhia disponibiliza um desconto tarifário para estimular que as prefeituras se mantenham adimplentes quanto ao pagamento pelos serviços de saneamento. Efetuando o pagamento das suas contas de água e esgoto em dia, a prefeitura obtém um desconto de até 50% no valor das tarifas, sendo que os descontos concedidos totalizaram R\$58,9 milhões no exercício de 2023, permitindo a redução dos custos operacionais das prefeituras, bem como ajudando-as a economizar recursos para investir em obras e projetos de interesse social.

Ainda no que se refere ao investimento social privado, a Copasa fomenta a riqueza das artes, da cultura, do entretenimento, dos esportes e do patrimônio cultural, por meio do patrocínio, via Lei de Incentivo à Cultura, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo da Infância e Adolescência e Fundo Nacional do Idoso, viabilizando diversos projetos para o desenvolvimento econômico e social do estado de Minas Gerais, dentre os quais podemos citar:

- **7ª Semana Criativa de Tiradentes:** evento anual que visa a estimular a criatividade dos artesãos da cidade de Tiradentes e da região das Vertentes em Minas Gerais e dos designers, vindos de diferentes lugares do país, facilitando a troca de conhecimento entre o contemporâneo e o tradicional, valorizando os saberes populares e promovendo o empreendedorismo, o comércio e o turismo;
- **17ª Cine BH:** evento que se apresenta como espaço de formação, reflexão, exibição e difusão do audiovisual, em diálogo e intercâmbio com outros países. Serão exibidos mais de 70 filmes nacionais e internacionais, pré-estreias e mostras temáticas, de todos os gêneros e formatos, com destaque para a produção latino-americana. Em diálogo e conexão com as cidades que integram a Grande BH, o evento realiza anualmente a mostra A Cidade em Movimento, Brasil Cine-Mundi – 14ª *International Coproduction Meeting*;
- **27ª Mostra de Cinema de Tiradentes:** maior evento de lançamento do cinema brasileiro contemporâneo apresentando ao público a diversidade da produção nacional, com novas representatividades, abordagens, personagens e mudanças cinematográficas, além de promover intensas atividades de formação;
- **34ª Feira de Artesanato:** evento com um enfoque na exposição da arte NAIF – pintura a óleo, aquarela, desenho a lápis, bordados, têxteis, esculturas, com artistas convidados e a participação do público visitante, inclusive crianças;
- **Acervo dos Compositores:** acervo virtual de partituras eruditas, localizado em São João Del-Rei, em formato de website, com obras de grandes compositores mineiros do século XVIII, XIX e XX;
- **Cuidar Mais:** o projeto tem como objetivo transformar o atendimento pediátrico do Hospital da Baleia, tornando-o mais humanizado e visando a realizar 10 mil atendimentos especializados e assistência integral a 500 crianças e adolescentes;
- **Museu de Sant’Ana – Plano Plurianual de Manutenção 2020/2023:** guardião de um acervo de 300 imagens religiosas que expressam o sentimento artístico e religioso, encontro de arte, história e fé;
- **Natal Encantado nas Montanhas:** o evento visa à realização de uma programação multicultural, com atrações natalinas nas artes cênicas, na música instrumental e regional e nas artes visuais, para o público de Monte Verde e distritos;
- **Nova Edição do Livro Minas Gerais Três Séculos de História:** o objetivo é oferecer a quem lê e visita Minas Gerais um panorama do seu imenso patrimônio histórico e cultural e, claro, a passagem da mineiridade; e
- **Restauração, Museografia e Visitação do Palácio da Liberdade:** o projeto objetiva a restauração, preservação e manutenção do patrimônio cultural de Minas Gerais, além da realização de ações de exposição de artes, oficinas e apresentação musical. Ainda cabe mencionar que, como destacado no item 4.2 acima, em 2023, a Companhia desenvolveu os programas Pix Solidário e Pix do Bem Copasa, com o intuito de aumentar a arrecadação por esse meio de pagamento e reduzir as despesas de arrecadação, sendo as economias geradas por tais programas destinadas a finalidades sociais.

9.2.3. Capital Humano

A Companhia encerrou o ano de 2023 com 9.542 empregados, uma redução de 6,3% em relação ao observado no exercício anterior, como pode ser visualizado no gráfico abaixo. Essa redução deveu-se, sobretudo, ao PDVI, implementado no 1º (primeiro) semestre de 2023, que contou com a adesão de 736 empregados, dos quais 699 foram desligados em 2023, e 4 (quatro) adesões foram canceladas. Vale ressaltar que os valores estimados com as indenizações, integralmente contabilizados no 2T23, totalizaram R\$115,1 milhões, dos quais R\$79,6 milhões foram baixados em 2023:



Como decorrência dessa redução no número de empregados da Companhia, observou-se também, em 2023 comparativamente a 2022, uma diminuição no indicador número de empregados por mil ligações, mantendo-se a tendência de queda registrada nos últimos 5 (cinco) anos.

A Copasa conduziu, em 2023, pesquisa de clima organizacional junto a seus colaboradores, obtendo Índice de Favorabilidade de 72,4%. Os resultados obtidos indicaram uma melhora de 2,6% em relação ao ano anterior, porém a Companhia está ciente de que ainda existem pontos relevantes a serem aprimorados. Tais pontos foram base para a proposta de ações de melhoria do clima organizacional, buscando o fomento e o fortalecimento de uma cultura de compartilhamento de boas práticas entre as diversas Unidades de Negócio da Copasa e de promoção de saúde e de bem-estar de seus colaboradores.

A principal ferramenta de gestão de pessoas da Companhia é o Plano de Carreiras, Cargos e Salários – PCCS. Ele está orientado para atrair, desenvolver e reter os talentos profissionais necessários à condução do negócio da Copasa, preservando a cultura, o alinhamento aos objetivos empresariais, a competitividade e a longevidade no mercado onde ela atua. Dessa forma, o PCCS permite que nossos empregados entendam e interiorizem de forma clara as suas possibilidades de evolução dentro de sua carreira.

A Companhia tem adotado, cada vez mais, o processo de seleção interna de empregados para preenchimento dos postos vagos, proporcionando a oportunidade para os empregados participantes de buscarem o crescimento na carreira, bem como de avaliarem seus conhecimentos e identificarem oportunidades de desenvolvimento. Em 2023, foram preenchidas 120 vagas por meio dos processos internos, envolvendo aproximadamente 3,5 mil inscritos.

Em 2023, as ações voltadas à educação corporativa, como cursos técnicos e de pós-graduação externos e *in company*, conteúdos na plataforma de Ensino a Distância – EAD da Companhia, conhecida como Manancial do Saber, Programa de Aperfeiçoamento de Engenheiros, Programa de Desenvolvimento de Líderes – COPALíder, dentre outras, resultaram no número de 82 mil participações em treinamentos e um total de 582 mil horas de treinamento, média de 58 horas por colaborador.

O setor de saneamento possui singularidades técnicas e operacionais, bem como variabilidades contextuais que demandam competências e habilidades específicas, que não são encontradas facilmente nas produções científicas e/ou cursos ofertados pelo mercado. A Copasa, com o interesse de desenvolver e reter talentos e aprimorar a gestão do conhecimento e de competências estratégicas, desenvolveu o Programa de Mentoria Técnica, que visa a contribuir para a mitigação do risco de perda de capital intelectual e a garantir a excelência na prestação de serviços. Esse Programa tem, como mentores, empregados de elevado nível de conhecimento, e, como mentorados, pessoas com potencial, interesse e disponibilidade para o aprendizado. Para a realização do repasse, foram priorizados processos e atividades críticas, identificados pelas superintendências e alinhados aos principais riscos corporativos.

A saúde e segurança da força de trabalho são valores fundamentais para a Companhia, que remonta ao nosso compromisso estratégico: “atuamos com segurança e respeito à vida”. Em vista disso, o nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, capitaneado pelo Programa Acidente Zero, tem implantado ações estruturantes, cujos resultados têm sido positivos.

Dentre essas ações, merece destaque o início do Projeto de Evolução da Cultura de Saúde, em parceria com consultoria referência mundial no assunto. Inicialmente foi realizado um diagnóstico, que subsidiou a realização de diversas iniciativas voltadas para capacitação, implantação de novas ferramentas e revisão de processos com o objetivo de tornar nossas operações ainda mais seguras e sustentáveis. Foi estruturada a Governança em Saúde e Segurança, materializada a partir de diversos Comitês de Análise Crítica, em que os líderes, em cada nível hierárquico, acompanham os indicadores e deliberam ações a serem realizadas nos respectivos âmbitos de atuação.

Com essas ações, em 2023, percebeu-se uma queda de 14,28% nos acidentes com afastamento, se comparado ao ano anterior. No ano, a respectiva taxa de frequência finalizou em 4,54 acidentes por milhão de horas trabalhadas, não foram registrados óbitos e os acidentes graves (com afastamento superior a 15 dias) reduziram-se em 73,3%, comparativamente a 2022.

No tocante à Promoção da Saúde, tiveram início as iniciativas do Programa Saúde em Dia, uma parceria firmada entre a Copasa e o Copass Saúde (Plano de Saúde Auto-gestão). Além da integração da comunicação e das campanhas de conscientização, foram implantadas práticas que visam ao conforto, à saúde e ao bem-estar dos empregados, tais como: ginástica laboral, intervenções itinerantes (palestras, rodas de conversa, blitz da saúde, dentre outras), análises ergonômicas, acolhimento psicológico (serviço de telepsicologia disponível 24h), salas de Apoio à Maternidade e à Amamentação (Projeto AMA), encontros do PASA (Programa de Atendimento ao Sujeito em Relação ao Alcool e às Drogas).

Relativamente ao tema promoção da diversidade e inclusão, importante mencionar que, em 2023, a Companhia instituiu sua Política de Diversidade e Inclusão e continuou adotando práticas de incentivo à inclusão e à diversidade, com a inserção dos temas diversidade e práticas de incentivo à inclusão nas ações voltadas para o desenvolvimento de lideranças e a adoção de cotas para o público sênior e para pessoas com deficiência no seu Programa de Estágio.

A Copasa está imbuída do propósito de oportunizar a equidade de gênero em seus quadros profissionais, como forma de atrair e melhor aproveitar seus talentos. Dentro desse espírito, a Companhia promoveu, no ano de 2023, a 3ª (terceira) edição do Programa de Mentoria Feminina, que busca encorajar o desenvolvimento de empregadas interessadas em potencializar suas competências, mediante o acompanhamento por profissionais, também mulheres, suas experiências, na posição de mentoras. A Copasa aderiu, ainda, ao Movimento Elas Lideram 2030, iniciativa do Pacto Global, cujo escopo é aumentar a representatividade de mulheres em cargos de liderança formal. Impende aqui destacar que a Companhia possui a meta de atingir, até 2025, 37% dos cargos de liderança ocupados por mulheres, sendo que esse percentual, ao fim de 2023, era de 36,18%.

9.3. Governança Corporativa

A Copasa, além de observar a legislação de regência aplicável às sociedades anônimas e ao mercado de capitais, deve atender aos requisitos diferenciados de transparência e governança corporativa impostos pelo regulamento de seu segmento de listagem no B3 e está sujeita, como empresa estatal, aos controles do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e às determinações da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais, bem como às normas e regulações pertinentes ao setor de saneamento, dentre outras. Assim, por atuar em um ambiente amplamente regulado e por sua constante disposição em estar sempre alinhada às melhores práticas de mercado, a Copasa adota sólidos padrões de governança corporativa e de controles internos, que serão brevemente abordados a seguir.

9.3.1.A Administração da Companhia

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é composto por 7 (sete) membros, dos quais 4 (quatro) são considerados conselheiros independentes. Vale ressaltar que a Companhia conta com a participação de 1 (um) representante dos empregados e 1 (um) representante dos acionistas minoritários, sendo este caracterizado como independente.

A Diretoria Executiva é responsável pela administração dos negócios sociais da Companhia e é composta por 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, eleitos pelo Conselho de Administração. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não são acumulados pela mesma pessoa.

O Conselho Fiscal funciona em caráter permanente e atualmente é composto de 3 (três) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes. O Conselho Fiscal conta com 1 (um) membro titular e o respectivo suplente com vínculo permanente com a Administração Pública Estadual, indicados pelo acionista controlador e com 1 (um) conselheiro efetivo e seu respectivo suplente como representante dos acionistas minoritários. É competência desse Órgão fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Comitê de Auditoria Estatutário – COAUDI é órgão de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, por ele eleito e é composto, atualmente, por 3 (três) membros, devendo ser, em sua maioria, independentes, nos termos do Estatuto da Companhia, com pelo menos 1 (um) dos membros conselheiro de administração independente.

A Companhia conta com 3 (três) comitês não estatutários, vinculados ao Conselho de Administração, para seu assessoramento, sendo:

- **Comitê de Pessoas:** responsável, dentre outras funções, pelo assessoramento ao Conselho de Administração, nas decisões relativas a diretrizes relacionadas à gestão de pessoas;
- **Comitê de Investimentos:** responsável, sobretudo, por subsidiar o Conselho de Administração nas deliberações do que concerne às análises e acompanhamento dos investi-

mentos constantes do planejamento da Companhia; e

- **Comitê de Governança Corporativa:** tem o objetivo de apoiar o Conselho de Administração e demais órgãos estatutários na adoção das melhores práticas de governança corporativa e primar pela sua constante evolução.

A Companhia conta, ainda, com a Superintendência de Compliance e a Auditoria Interna.

Treinamento e Avaliação

Os administradores, conselheiros fiscais e membros do comitê de auditoria participam, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, Código de Ética e Integridade, Lei Federal nº 12.846/2013, licitações e contratos.

Atualmente, a Copasa conduz o processo de avaliação de desempenho dos administradores e dos demais membros estatutários, sob coordenação da Superintendência de Compliance, quando é submetido a mensuração o desempenho coletivo dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como o desempenho individual dos membros que compõem esses Órgãos. Os resultados são apresentados aos Conselheiros e servem de subsídio para a busca de oportunidades de melhoria na governança da Companhia.

9.3.2. Integridade e Compliance

A Companhia está em constante revisão de seus mecanismos de controle, visando a manter a integridade de seus valores éticos e a consecução de seu compromisso com o *compliance*. Dentre esses mecanismos de controle, destacam-se instrumentos e práticas de governança, bem como políticas, normas e procedimentos, dentre os quais podem ser relacionados:

- **Código de Conduta e Integridade:** consiste no principal instrumento de divulgação dos princípios éticos e dos valores fundamentais da Copasa, devendo ser observado por todos os seus empregados e por aqueles que com ela se relacionam;
- **Plano de Integridade:** consiste na implementação de políticas, diretrizes e procedimentos no combate à corrupção e na apuração de denúncias e irregularidades, visando a implantar mecanismos e procedimentos internos de integridade, em aderência à Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e às boas práticas de governança corporativa;
- **Canal de Denúncias:** implementado em 2016, com o objetivo de inibir práticas ilícitas e contrárias aos interesses da Copasa, tais como corrupção, fraude, irregularidade, conflitos de interesse, dentre outros, bem como favorecer a comunicação, apuração e tratamento dessas práticas. Esse Canal está disponível no site institucional da Companhia (www.copasa.com.br), na aba “Denúncias”, acessível a qualquer cidadão. Atualmente o canal é operado por uma empresa externa, garantindo maior confidencialidade e segurança para o denunciante de boa fé.
- **Comissão de Ética:** vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, é responsável, dentre outras atribuições, pela difusão da cultura ética, promovendo treinamentos periódicos, visando ao esclarecimento dos colaboradores da Copasa sobre os preceitos do Código de Conduta e Integridade e pelo recebimento, controle e tratamento das denúncias de caráter ético, inclusive quanto à responsabilidade pela sua apuração;
- **Gestão Colegiada:** sistema informatizado de gerenciamento dos gastos e compartilhamento de decisões, em que os dispêndios referentes a custeio e investimentos, em todos os níveis da organização (Gerências, Superintendências e Diretoria Executiva), são aprovados por Comitês (Comitê de Administração, Comitê Operacional e Comitê Diretivo), compostos por, no mínimo, 3 (três) integrantes, tendo sido instituído em 2015.
- **Políticas:** a Companhia é dotada de várias políticas, que disciplinam aspectos diversos de seu ambiente corporativo e fortalecem sua governança e cultura de integridade, dentre as quais podem ser mencionadas: (i) Política de Compliance Anticorrupção; (ii) Política de Conflito de Interesses; (iii) Política de Controles Internos; (iv) Política de Indicação e Elegibilidade de Membros Estatutários; (v) Política de Governança Corporativa; e (vi) Política de Transações com Partes Relacionadas.

A Companhia, com o apoio dos órgãos de governança, tem focado suas ações no desenvolvimento de seu Plano de Integridade. A seguir, as ações mais relevantes realizadas:

- **Site de Compliance:** a Copasa possui o site de *Compliance* (www.copasa.com.br/compliance), que permite ao usuário conhecer os pilares que compõem o seu Plano de Integridade, acessar os instrumentos de Integridade e familiarizar-se com as ações de *compliance* desenvolvidas;
- **Compliance para Lideranças:** anualmente, os administradores e demais membros estatutários, bem como os superintendentes, gerentes, supervisores e encarregados são treinados em temas de integridade, visando à disseminação de uma cultura de integridade;
- **Workshop Integridade:** objetivando atualizar os empregados acerca dos instrumentos de integridade da Companhia, anualmente é disponibilizado o Workshop Integridade, na plataforma EAD da Companhia. Esse evento aborda o Plano de Integridade da Copasa;
- **Campanhas Internas:** anualmente a Copasa realiza uma campanha de *compliance*, com temas da atualidade, que visam a disseminar os instrumentos de integridade por meio de móveis, prisms, cartazes, folhetos, wallpapers, e-mails, vídeos, *intranet*, dentre outros;
- **“Gotas da Integridade”:** mensalmente, são disponibilizados, na *intranet*, *folders* de integridade, com a finalidade de promover reflexões no tocante à ética nas atitudes, visando à promoção de um ambiente corporativo íntegro;
- **Caravana da Integridade:** evento anual direcionado ao público administrativo, buscando iniciar as tratativas para a celebração do Dia Internacional Contra a Corrupção, por meio de dinâmicas e palestras;
- **Dia Internacional Contra a Corrupção:** em alusão ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, no dia 9 de dezembro, a Companhia promove palestras sobre o tema, contando com a participação dos gestores, dos líderes de *compliance* e dos empregados;
- **Compliance na Gestão de Contratos:** são realizados, periodicamente, treinamentos visando a alertar os gestores e fiscais de contratos sobre a importância da aplicação dos instrumentos e normativos de integridade na execução dos contratos;
- **Matriz de Treinamento em Compliance:** a Companhia implementou uma Matriz de Treinamento em *Compliance*, com o objetivo de promover atividades de capacitação para todos os seus colaboradores e parceiros de negócio. Essa Matriz foi desenvolvida de forma estratégica, considerando prioridades definidas na Matriz de Risco Corporativa. Além disso, essas capacitações levam em consideração as unidades onde esses colaboradores estão alocados e sua devida exposição aos riscos de *compliance*; e
- **Certificação ISO 37301:** alinhada às boas práticas internacionais de *compliance*, a Copasa contratou, em 2023, consultoria especializada, a fim de adequar seus processos, visando à certificação na ISO 37301.

9.3.3. Gestão de Riscos

Governança de riscos: a Companhia possui uma estrutura de governança com papéis definidos, segundo o conceito das Três Linhas, do Instituto de Auditores Internos – IIA. Por meio dessa visão, situam-se na 1ª (primeira) linha a gestão operacional e, na 2ª (segunda) linha, a gestão de riscos, os controles internos e *compliance*. Todos esses processos prestam contas em relação aos riscos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, o qual é assessorado tecnicamente pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Na 3ª (terceira) linha encontra-se a Auditoria Interna, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração.

Política de Gestão de Riscos Corporativos: com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades referentes ao processo de gestão de riscos corporativos e orientar as atividades para identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos, a Copasa instituiu a Política de Gestão de Riscos Corporativos. Os normativos internos para gestão de riscos referenciam-se, principalmente, na ISO 31000:2018 e no COSO II ERM: 2017.

Comitê de Compliance e Riscos: o processo de gestão de riscos, coordenado pela Superintendência de Compliance, é submetido também ao Comitê de Compliance e Riscos. Esse comitê possui um Regimento Interno, é constituído por representantes de todas as diretorias e se reúne mensalmente para participar do processo e aplicação da metodologia referente à gestão de riscos.

Matriz de Riscos Corporativos: apresenta os riscos aos quais a Copasa está submetida, os respectivos fatores de risco, além dos proprietários com responsabilidade e autoridade para gerir tais riscos. Referida Matriz classifica os riscos conforme sua natureza, podendo ser estratégicos, operacionais, financeiros ou de *compliance*, sendo sua revisão, no mínimo, anual.

Mapa de Riscos Corporativos: sintetiza os riscos de acordo com a criticidade, sendo os mais críticos em relação à probabilidade e ao impacto: (i) Concessões; (ii) Gestão de Empreendimentos; (iii) Saúde e Segurança do Trabalho; (iv) Tratamento de Esgoto; (v) Ataques Cibernéticos; e (vi) Privacidade e Proteção de Dados. Os respectivos proprietários prestam contas dos status desses riscos diretamente ao Conselho de Administração.



QUARTA-FEIRA, 17 de Abril de 2024



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



8 de 24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Monitoramento de indicadores:** os riscos identificados na Matriz são monitorados através dos Indicadores de Risco e esses são submetidos à aprovação do Conselho de Administração, que aprova também o apetite da Companhia para os riscos.
- Planos de Resposta a Riscos:** em 2023, a Diretoria Executiva revisou os planos de resposta que foram elaborados para mitigação dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A revisão contemplou, entre outras definições, os aspectos relacionados ao contexto do novo marco legal do saneamento, definido na Lei Federal nº 14.026/2020.
- Matriz de Riscos Contratuais:** a Matriz de Riscos referentes aos contratos consiste em uma etapa prévia destinada a identificar riscos contratuais, classificá-los de acordo com os impactos e as probabilidades de ocorrência, bem como para prever medidas de mitigação, de modo a propiciar segurança jurídica para as partes contratante e contratada.

9.3.4. Controles Internos

O Sistema de Controle Interno da Copasa tem por finalidade proporcionar segurança razoável à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade, em consonância com a metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

A Copasa adota o modelo das Três Linhas, de acordo com a Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos – *IIA Global*, o qual relaciona as funções organizacionais aos níveis de controle interno da Companhia.

Dessa forma, as atividades de controle não são exclusividade de determinada unidade organizacional, devendo ser realizadas em todos os níveis.

9.3.5. LGPD

Considerando que o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD se traduz em ações de natureza contínua, em 2023, as atividades relativas a essa Lei passaram a ser geridas pela Superintendência de Compliance, com a respectiva vinculação do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (*Data Protection Officer* – DPO).

Com essa iniciativa, passamos a contar com uma equipe dedicada ao tema, possibilitando ampliar as nossas ações, como a implementação de normativos internos, a realização de treinamentos para os colaboradores e o desenvolvimento de cartilhas e orientações referentes às situações do cotidiano.

Mais informações sobre a estrutura e o funcionamento da Governança Corporativa da Copasa podem ser obtidas na seção “Governança Corporativa” do *site* institucional da Companhia (www.copasa.com.br) ou do *site* de Relações com Investidores (www.ri.copasa.com.br).

10. Copanor

A subsidiária integral Copanor foi criada em 2007, para prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas Regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais. Essa região do Estado conta com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – em Minas Gerais. O âmbito de atuação da Copanor são as localidades com população compreendida entre 200 e 5.000 habitantes.

Em 2023, a Copanor atendia a 223 mil habitantes com serviços de abastecimento de água e, dentre esses, 106 mil também com serviços de esgotamento sanitário.

As tarifas praticadas pela Copanor são bem inferiores às tarifas de sua Controladora – Copasa, pois sua estrutura de custos não leva em conta a remuneração dos investimentos.

A partir de julho de 2017, foi criado pela Arsa-MG um subsídio tarifário na tarifa da Copasa para suportar os investimentos e manutenção da Copanor, consistindo em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da Copasa para a Copanor, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura.

No âmbito da 2ª revisão tarifária da Copasa, a Arsa-MG definiu pela continuidade desse repasse. O valor desse subsídio em 2023 foi de R\$47,6 milhões, mesmo valor previsto para 2024.

Em novembro de 2022, no escopo da 4ª (quarta) Revisão Tarifária Periódica da Copanor, a Arsa-MG autorizou o reposicionamento tarifário da Copanor, com Efeito Tarifário Médio (ETM) de 26,99%, conforme Resolução Arsa-MG nº 174/2022. Na 5ª (quinta) Revisão Tarifária Periódica, cujo resultado foi divulgado em novembro de 2023, o ETM foi negativo em 7,68%, conforme Resolução Arsa-MG nº 186/2023.

Em 2023, foram investidos R\$31,5 milhões na Copanor, incluindo as capitalizações. Para o ano de 2024, estão previstos investimentos de R\$47,6 milhões para a subsidiária, que serão empregados em demandas operacionais para permitir a prestação adequada dos serviços.

11. Relacionamento com Auditores Independentes

A Copasa e a subsidiária Copanor informam que a KPMG Auditores Independentes – KPMG realizou os serviços de auditoria externa das Demonstrações Financeiras – DFs – da Controladora e sua subsidiária do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Sua contratação se deu em 09 de abril de 2019, tendo iniciado a prestação dos serviços a partir da revisão especial das Informações Trimestrais – ITRs – do primeiro trimestre daquele ano.

Durante o exercício de 2023, os auditores externos, além dos serviços relacionados à auditoria das DFs, prestaram serviços de emissão de relatórios abordando Procedimentos Previamente Acordados – PPA – requeridos pela Arsa-MG, de emissão de relatório de asseguarção limitada relativo a cálculo de índices econômico-financeiros, considerando o Decreto 11.598/2023 – comprovação de capacidade econômico-financeira à Arsa-MG, bem como a emissão de relatório conteúdo Conclusão de Asseguarção Limitada para atendimento às cláusulas fixadas no contrato de financiamento contraído junto ao banco alemão KfW. Os valores pagos pelos serviços prestados pela KPMG, em 2023, totalizaram R\$1,69 milhão.

Considerando a rotatividade prevista no artigo 31 da Resolução CVM nº 23/2021, bem como as regras estabelecidas na Lei 13.303/2016, e, tendo em vista o prazo de 5 (cinco) exercícios consecutivos de prestação dos serviços pela KPMG, a Companhia realizou, em 2023, processo licitatório para contratação do novo prestador dos serviços de auditoria externa para o exercício de 2024, no qual foi declarada como vencedora a Grant Thornton Auditores Independentes – GT.

É atribuição do Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, bem como supervisionar as atividades e a qualidade dos serviços prestados, avaliando sua independência em relação à Companhia, reportando ao Conselho de Administração.

A Copasa respeita os princípios que preservam a independência dos auditores externos quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente, visando a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes. Tais princípios estão expressos em sua Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e Extra-auditória.

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2023

	2023 Valor (mil reais)			2022 Valor (mil reais)		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos (RL) ¹		6.527.071			5.371.489	
Receita líquida total		7.325.716			6.112.523	
Receita operacional (RO)		1.786.272			1.045.954	
Folha de pagamento bruta (FPB)		1.661.600			1.457.458	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	211.820	12,75%	3,25%	209.402	14,37%	3,90%
Encargos sociais compulsórios	328.620	19,78%	5,03%	312.493	21,44%	5,82%
Previdência privada	55.111	3,32%	0,84%	51.024	3,50%	0,95%
Saúde	109.067	6,56%	1,67%	98.711	6,77%	1,84%
Segurança e saúde no trabalho	9.115	0,55%	0,14%	9.067	0,62%	0,17%
Educação	3.236	0,19%	0,05%	3.122	0,21%	0,06%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.392	0,51%	0,13%	5.140	0,35%	0,10%
Creches ou auxílio-creche	1.622	0,10%	0,02%	1.420	0,10%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	84.935	5,11%	1,30%	38.004	2,61%	0,71%
Outros	6.904	0,42%	0,11%	10.801	0,74%	0,20%
Total - Indicadores sociais internos	818.822	49,28%	12,55%	739.184	50,72%	13,76%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	3.039	0,17%	0,05%	4.329	0,41%	0,08%
Cultura	6.139	0,34%	0,09%	4.530	0,43%	0,08%
Saúde e saneamento	432.523	24,21%	6,63%	490.100	46,86%	9,12%
Esporte	2.411	0,13%	0,04%	600	0,06%	0,01%
Outros	8.293	0,46%	0,13%	1.687	0,16%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	452.403	25,33%	6,93%	501.246	47,92%	9,33%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.091.358	61,10%	16,72%	758.867	72,55%	14,13%
Total - Indicadores sociais externos	1.543.761	86,42%	23,65%	1.260.113	120,47%	23,46%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	598.827	33,52%	9,17%	430.493	41,16%	8,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	41.099	2,30%	0,63%	21.053	2,01%	0,39%
Total dos investimentos em meio ambiente	639.927	35,82%	9,80%	451.546	43,17%	8,41%
5 - Investimento Social Privado (ISP)²		2023			2022	
Mobilização de recursos privados de interesse público (Valor em R\$ mil)		137.549,17			-	
Proporção do ISP sobre receita operacional bruta (%)		1,88			-	
6 - Indicadores do Corpo Funcional³		2023			2022	
Número de empregados ao final do período		9.542			10.186	
Número de admissões durante o período		262			396	
Número de estagiários		104			171	
Número de empregados acima de 45 anos		5.182			5.931	
Número de mulheres que trabalham na empresa		853			916	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		36,18%			33,12%	
Número de pessoas negras que trabalham na empresa		5.276			5.576	
% de cargos de chefia ocupados por negros (pretos + pardos)		25,00%			26,11%	
Número de pessoas com deficiência		464			560	
7 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2023			Meta 2024	
Taxa de frequência de acidentes de trabalho com afastamentos por milhão de horas trabalhadas ⁴		4,52			4,00	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() todos + Cipa	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores ⁵ :	na Empresa: 1.529.882	no Procon: 1.492	na Justiça: 7.649	na Empresa: 1.383.611	no Procon: 1.193	na Justiça: 5.000
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 70%	na Empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 70%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2023: 4.643.269			Em 2022: 3.644.733	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		26,32% governo 33,86% colaboradores 13,74% acionistas 10,11% terceiros 15,97% retido			24,43% governo 36,76% colaboradores 10,73% acionistas 15,67% terceiros 12,41% retido	
8 - Outras Informações						
CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento.						
Explicação sobre as informações declaradas: Unidade de Serviço de Desenvolvimento Sustentável, telefone: +55 (31)3250-1932, e-mail: usds@copasa.com.br .						
⁽¹⁾ Para o cálculo dos indicadores, está sendo considerado o valor da receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos (RL) proveniente dos serviços prestados pela Copasa, excluído a receita de construção. A classificação conforme sistemática de divulgação de resultados da companhia.						
⁽²⁾ O Investimento Social Privado (ISP) reportado a partir de 2023 adota a metodologia apresentada pelo BISC (Benchmarking do Investimento Social Corporativo) – Iniciativa da Comunidades, disponível em: https://bisc.org.br/ e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), disponível em: https://gife.org.br/quem-somos-gife . Valores calculados sobre a receita operacional bruta de R\$ 7.312.789.304,65.						
⁽³⁾ A Copasa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Respeitamos e incluímos as diversidades.						
⁽⁴⁾ O número de empregados/as terceirizados/as era estimado considerando a mão de obra alocada nos contratos de serviço, pois a Copasa não contrata terceiros diretamente. Razão disso, essa contabilidade foi descontinuada a partir de 2023.						
⁽⁵⁾ A empresa tem investido no aprimoramento do tema, especialmente, por meio do Programa Acidente Zero, constituído por um conjunto de projetos e ações voltadas para o desenvolvimento de uma cultura de segurança envolvendo comportamento seguro, disciplina e fiscalização e visando a meta de zero acidente. Dessa forma, o indicador número total de acidentes de trabalho foi substituído pelo indicador estratégico de taxa de frequência de acidentes com afastamento por milhão de horas trabalhadas.						
⁽⁶⁾ O número total de reclamações e críticas de consumidores tratadas diretamente sofreu reavaliação no exercício de 2022. O número apurado em 2022 perfaz o montante total de 1.237.339 reclamações e críticas dos consumidores. O relatório com as informações foi encaminhado para ARSAE-MG OP12 de 2023.						

D4Sign 7c0b2ddd-668d-498d-9ec2-1d24c5d4812c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



QUARTA-FEIRA, 17 de Abril de 2024



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



9 de 24

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado							
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022								
CIRCULANTE																	
Caixa e equivalentes de caixa.....	06	994.581	1.091.080	1.031.425	1.122.299	Empréstimos e financiamentos.....	15	113.975	150.328	113.975	150.328						
Contas a receber de clientes.....	07	1.264.375	1.040.394	1.281.019	1.051.607	Debêntures.....	15	567.681	790.543	567.681	790.543						
Bancos e aplicações de convênio.....	23	-	11.791	124	11.842	Parceria Público Privada.....	13	45.752	36.792	45.752	36.792						
Estoques.....		106.706	112.118	111.821	116.395	Fornecedores.....		377.766	289.620	388.277	298.595						
Impostos a recuperar.....	14	36.234	90.325	37.215	90.989	Obrigações - arrendamento mercantil.....		47.457	35.112	47.531	35.119						
Convênio de cooperação técnica.....	18	51.368	30.170	51.376	30.185	Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas.....	14	111.914	98.125	113.118	98.976						
Outros ativos.....		36.944	31.679	30.523	26.622	Provisão para férias.....		140.157	135.235	141.681	136.614						
Total do ativo circulante.....		2.490.208	2.407.557	2.543.503	2.449.939	Convênio de cooperação técnica.....	18	1.298	7.978	1.298	7.978						
NÃO CIRCULANTE																	
Realizável a longo prazo:						Participação dos empregados nos lucros.....		85.225	55.237	85.225	55.237						
Contas a receber de clientes.....	07	56.017	34.678	56.284	34.963	Obrigações de benefícios de aposentadoria.....	19	60	9.627	60	9.627						
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures.....	08	61.883	61.033	61.883	61.033	Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar.....	20	430.991	231.653	430.991	231.653						
Aplicação financeira vinculada.....	08	75.285	71.706	75.285	71.706	Outros passivos.....	14	74.007	84.001	76.081	85.924						
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	17	236.824	312.483	236.824	312.483	Total do passivo circulante.....		1.996.283	1.924.251	2.011.670	1.937.386						
Ativos financeiros - contratos de concessão.....	05	999.639	872.921	1.016.635	889.897	NÃO CIRCULANTE											
Convênio de cooperação técnica.....	18	4.479	2.629	4.479	2.629	Empréstimos e financiamentos.....	15	1.315.102	826.609	1.315.102	826.609						
Outros ativos.....		48.083	51.092	48.150	51.142	Debêntures.....	15	2.746.756	2.372.440	2.746.756	2.372.440						
Ativo de contrato.....	10	2.511.680	2.057.435	2.609.114	2.123.821	Obrigações - arrendamento mercantil.....		44.710	70.797	44.747	70.797						
Direitos de uso de arrendamento mercantil.....		86.852	94.275	86.967	94.284	Parceria Público Privada.....	13	166.148	206.811	166.148	206.811						
Investimentos.....	09	274.699	245.457	260	260	Provisão para demandas judiciais.....	16	125.764	396.748	126.212	397.240						
Intangível.....	11	5.570.519	5.497.318	5.684.772	5.623.627	Obrigações de benefícios de aposentadoria.....	19	109.577	44.296	109.577	44.296						
Imobilizado.....	12	1.757.823	1.467.396	1.765.707	1.473.823	Outros passivos.....	14	95.826	79.514	95.826	79.514						
Total do ativo não circulante.....		11.683.783	10.768.423	11.646.360	10.739.668	Total do passivo não circulante.....		4.603.883	3.997.215	4.604.368	3.997.707						
TOTAL DO ATIVO.....		14.173.991	13.175.980	14.189.863	13.189.607	PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
						Capital social realizado.....	20	3.402.385	3.402.385	3.402.385	3.402.385						
						Ações em tesouraria.....		(8.576)	(8.576)	(8.576)	(8.576)						
						Reservas de lucros.....		4.225.721	3.856.580	4.225.721	3.856.580						
						Ajustes de avaliação patrimonial.....		(45.705)	4.125	(45.705)	4.125						
						Total do patrimônio líquido.....		7.573.825	7.254.514	7.573.825	7.254.514						
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		14.173.991	13.175.980	14.189.863	13.189.607						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados.....	28	7.325.715	6.112.523	7.404.379	6.176.855
Custo das vendas e dos serviços prestados.....	29	(4.265.821)	(3.791.492)	(4.342.430)	(3.861.339)
LUCRO BRUTO.....		3.059.894	2.321.031	3.061.949	2.315.516
Despesas com vendas.....	29	(296.154)	(260.751)	(298.232)	(262.728)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes.....	29	(183.658)	(201.935)	(185.496)	(206.215)
Despesas administrativas.....	29	(646.944)	(573.374)	(651.367)	(576.962)
Outras receitas operacionais.....	31	67.060	135.017	67.703	136.868
Outras despesas operacionais.....	31	(193.490)	(151.312)	(205.363)	(154.143)
Participação no resultado de controlada.....	09	(18.348)	(11.163)	-	-
LUCRO ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS.....		1.788.360	1.257.513	1.789.194	1.252.336
Receitas financeiras.....	32	327.501	272.601	333.150	277.875
Despesas financeiras.....	32	(329.589)	(484.160)	(336.072)	(484.257)
Despesas financeiras, líquidas.....	32	(2.088)	(211.559)	(2.922)	(206.382)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS.....		1.786.272	1.045.954	1.786.272	1.045.954
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	17	(305.613)	(126.952)	(305.613)	(126.952)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	17	(101.313)	(75.640)	(101.313)	(75.640)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		1.379.346	843.362	1.379.346	843.362
Lucro básico e diluído do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias da Controladora.....	20	3,64	2,22	3,64	2,22

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		1.379.346	843.362	1.379.346	843.362
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS.....					
		(49.801)	40.603	(49.801)	40.603
Itens que não serão reclassificados para resultado					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria.....	19	(49.801)	43.476	(49.801)	43.476
Mudança no ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....		-	(2.873)	-	(2.873)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO.....		1.329.545	883.965	1.329.545	883.965

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de Lucros							Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	3.402.385	(8.576)	457.608	81.722	3.317.250	-	4.125	7.254.514	
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	1.379.346	-	1.379.346	
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 19).....	-	-	-	-	-	-	(49.801)	(49.801)	
Total do resultado abrangente do exercício.....						1.379.346	(49.801)	1.329.545	
Distribuição/apropriação proposta:									
• Reserva legal (Nota 20).....	-	-	68.967	-	-	(68.967)	-	-	
• Reserva de incentivos fiscais (Nota 20).....	-	-	-	34.834	-	(34.813)	-	21	
• Retenção de lucros (Nota 20).....	-	-	-	-	637.812	(637.812)	-	-	
• Juros sobre o capital próprio (Nota 20).....	-	-	-	-	-	(479.132)	-	(479.132)	
• Dividendos complementares (Nota 20).....	-	-	-	-	-	(158.651)	-	(158.651)	
Dividendos extraordinários (Nota 20).....	-	-	-	-	(372.472)	-	-	(372.472)	
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos.....	-	-	-	-	-	44	(44)	-	
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos.....	-	-	-	-	-	(15)	15	-	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....	3.402.385	(8.576)	526.575	116.556	3.582.590	-	(45.705)	7.573.825	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Reservas de Lucros							Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	3.402.385	(8.576)	415.440	61.042	2.926.101	-	(36.434)	6.759.958	
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	843.362	-	843.362	
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 19).....	-	-	-	-	-	-	43.476	43.476	
Mudança no ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	(2.873)	(2.873)	
Total do resultado abrangente do exercício.....						843.362	40.603	883.965	
Distribuição/apropriação proposta:									
• Reserva legal (Nota 20).....	-	-	42.168	-	-	(42.168)	-	-	
• Reserva de incentivos fiscais (Nota 20).....	-	-	-	20.680	-	(18.984)	-	1.696	
• Retenção de lucros (Nota 20).....	-	-	-	-	391.149	(391.149)	-	-	
• Juros sobre o capital próprio (Nota 20).....	-	-	-	-	-	(391.105)	-	(391.105)	
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos.....	-	-	-	-	-	66	(66)	-	
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos.....	-	-	-	-	-	(22)	22	-	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	3.402.385	(8.576)	457.608	81.722	3.317.250	-	4.125	7.254.514	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



10 de 24

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:									
Lucro líquido do exercício	1.379.346	843.362	1.379.346	843.362	RECEITAS	7.874.793	6.593.674	7.958.911	6.660.397
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido					Prestação de serviços de água e esgoto	7.187.223	5.917.152	7.259.103	5.969.264
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	183.658	201.935	185.496	206.215	Resíduos sólidos.....	5.523	2.406	5.523	2.406
Encargos e variações monetárias e cambiais, líquidas	62.672	33.317	62.672	33.317	Outras receitas.....	67.061	135.017	67.704	136.868
Receitas e despesas de juros, líquidos	217.150	231.542	216.640	230.852	Receitas relativas à constituição de ativos próprios.....	798.644	741.034	812.077	758.074
Imposto de renda e contribuição social diferidos	101.313	75.640	101.313	75.640	Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(183.658)	(201.935)	(185.496)	(206.215)
Participação no resultado de controlada	18.348	11.163	-	-	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.773.178)	(2.496.857)	(2.833.545)	(2.544.515)
Perda na baixa de intangível e imobilizado.....	27.356	13.215	27.211	13.250	Custo das vendas e dos serviços vendidos	(2.397.112)	(2.192.982)	(2.442.293)	(2.235.222)
Depreciação e amortização.....	778.424	721.131	789.570	730.133	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(253.379)	(222.265)	(257.460)	(226.147)
Reversão de provisões.....	(262.551)	(39.751)	(262.420)	(38.400)	Outras despesas operacionais.....	(122.687)	(81.610)	(133.792)	(83.146)
Provisão com benefícios de aposentadoria.....	58.871	54.945	58.871	54.945	VALOR ADICIONADO BRUTO	5.101.615	4.096.817	5.125.366	4.115.882
Ativos Financeiros.....	(73.341)	(55.924)	(73.914)	(56.336)	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(778.425)	(721.131)	(789.571)	(730.133)
Outros.....	(2.886)	(4.983)	(2.319)	(4.950)	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	4.323.190	3.375.686	4.335.795	3.385.749
Lucro ajustado	2.488.360	2.085.592	2.482.466	2.088.028	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	320.079	269.047	344.324	285.721
Variações no ativo					Participação no resultado de controlada.....	(18.348)	(11.163)	-	-
Contas a receber de clientes	(376.919)	(200.809)	(383.655)	(204.710)	Receitas financeiras.....	338.427	280.210	344.324	285.721
Estoques	4.707	(28.774)	3.797	(29.077)	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.643.269	3.644.733	4.680.119	3.671.470
Impostos a recuperar	54.112	10.243	53.795	9.893	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.643.269	3.644.733	4.680.119	3.671.470
Convênio de cooperação técnica	(23.048)	10.637	(23.041)	10.640	Pessoal	1.572.206	1.340.001	1.593.458	1.357.814
Outros ativos	2.486	18.688	3.833	19.961	Remuneração direta.....	1.021.423	872.887	1.036.099	885.118
Variações no passivo					Benefícios.....	396.994	363.241	402.548	367.989
Fornecedores	88.146	1.643	89.682	(9.373)	FGTS.....	68.854	65.869	69.876	66.703
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas.....	330.077	203.039	330.493	201.911	Participação dos empregados nos lucros	84.935	38.004	84.935	38.004
Provisões para férias e 13º salário	4.922	15.933	5.067	16.142	Impostos, taxas e contribuições	1.222.020	890.372	1.230.987	899.194
Participação dos empregados nos lucros	29.988	(69.941)	29.988	(69.941)	Federais	1.155.615	828.135	1.163.309	835.836
Convênio de cooperação técnica	(6.680)	4.787	(6.680)	4.787	Estaduais	62.882	59.228	64.150	60.344
Provisão para demandas judiciais.....	(8.433)	2.145	(8.470)	2.065	Municipais.....	3.523	3.009	3.528	3.014
Obrigações de benefícios de aposentadoria.....	(78.612)	(64.527)	(78.612)	(64.527)	Remuneração de capitais de terceiros	469.697	570.998	476.328	571.100
Salários a pagar - Acordo Coletivo.....	-	(178.835)	-	(178.835)	Juros e atualização monetária.....	446.039	561.523	452.384	561.597
Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDV.....	35.468	(80.734)	35.468	(80.734)	Aluguéis.....	23.612	9.475	23.787	9.503
Outros.....	(14.551)	(37.184)	(14.538)	(37.796)	Outros.....	46	-	157	-
Caixa gerado pelas operações	2.530.023	1.691.903	2.519.593	1.678.434	Remuneração de capitais próprios	1.379.346	843.362	1.379.346	843.362
Juros pagos	(423.638)	(341.871)	(423.643)	(341.874)	Juros sobre o capital próprio e dividendos	637.783	391.105	637.783	391.105
Juros pagos da Parceria Público Privada	(11.820)	(15.655)	(11.820)	(15.655)	Lucros retidos.....	741.563	452.257	741.563	452.257
Pagamento de IRPJ/CSLL	(349.759)	(203.590)	(349.822)	(203.590)					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.744.806	1.130.787	1.734.308	1.117.315					
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:									
Pagamento a Parceria Público Privada	(36.634)	(25.464)	(36.634)	(25.464)					
Aumento de capital de subsidiárias (COPANOR).....	(47.590)	(54.179)	-	-					
Valor recebido pela venda de imobilizado.....	3.746	3.476	3.896	3.476					
Aquisição de ativo de contrato	(1.046.011)	(949.336)	(1.065.792)	(976.920)					
Aquisição de ativo intangível	(408.273)	(203.056)	(417.899)	(211.393)					
Aquisição de ativo imobilizado	(64.394)	(75.131)	(66.450)	(78.882)					
Caução em garantia de financiamentos	4.605	37.776	4.605	37.776					
Bancos e aplicações de convênios	11.791	(8.518)	11.718	(8.522)					
Recebimento de ativos financeiros	-	21.180	-	21.180					
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.582.760)	(1.253.252)	(1.566.556)	(1.238.749)					
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:									
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.498.361	876.002	1.498.361	876.002					
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(906.246)	(762.550)	(906.246)	(762.550)					
Juros sobre o capital próprio pagos	(591.911)	(136.141)	(591.911)	(136.141)					
Dividendos pagos	(185.535)	-	(185.535)	-					
Custo de captação	(21.673)	(3.443)	(21.673)	(3.443)					
Pagamento do passivo de arrendamento mercantil.....	(51.541)	(39.792)	(51.622)	(39.856)					
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(258.545)	(65.924)	(258.626)	(65.988)					
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(96.499)	(188.389)	(90.874)	(187.422)					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.091.080	1.279.469	1.122.299	1.309.721					
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	994.581	1.091.080	1.031.425	1.122.299					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada "COPASA MG", "Copasa", "Controladora" ou "Companhia", com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (EMG). Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A Copasa possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A ("COPANOR", "Subsidiária", "Controlada"), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de "Individual" ou "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, Individuais e Consolidadas, em 20 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal

tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui três segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária, além do segmento de resíduos sólidos, no município de Varginha. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 21.

3.2. Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

O controle sobre uma investida pode ser presumido quando a Companhia mantiver vinte por cento ou mais do poder de voto da investida. Nos demais casos, a existência de controle será determinada se houver influência significativa sobre a investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2.1. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativo financeiro

3.4.1.1. Reconhecimento inicial

As contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

3.4.1.2. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



11 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

(b) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

• Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

• Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(c) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.4.2. Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Visando aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para as contas a receber de clientes, conforme CPC 48 a Companhia realiza estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir dos estudos, a perda esperada registrada contabilmente pela Companhia considera a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir das contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia segue analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas nas contas a receber de clientes. Desta forma, revisa periodicamente os critérios da estimativa, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes para determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e análise da dívida de seus clientes, e integrando projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que esta seja "BBB" + ou superior, conforme escala padrão divulgada pelas agências de *rating* de crédito *Moody's*, *Fitch* e *S&P*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Aplicação financeira vinculada

Refere-se a recursos financeiros oriundos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como incentivo, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Os recursos são liberados e depositados em conta específica vinculada e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada desde que cumpridas as metas pactuadas. Tendo em vista cumprimento parcial das metas, esses recursos também são mantidos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas. A Companhia não reconhece perda por *impairment*, baseado no fato de que se houver uma obrigação de devolver os recursos há passivo correspondente registrado, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

Ativos financeiros - Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela Copasa reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.4.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificada como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

Na eventualidade de ocorrer quebra de acordo contratual (*covenants*) de um empréstimo de longo prazo (indicadores não financeiros, por exemplo) ao término ou antes do término da data do balanço, a Companhia avalia a necessidade de reclassificação como circulante, considerando a obtenção do direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data. Nesta avaliação considera-se também, a necessidade de representação fidedigna quanto à essência requerida às Demonstrações Financeiras, bem como a finalidade de proporcionar informação fidedigna da posição patrimonial e financeira da Companhia.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário. São demonstrados ao custo que é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, exceto os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.6. Ativo intangível

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.14.

(b) Direitos de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada.

3.7. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado incluem aqueles que não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia, bem como os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados, uma vez que estes são considerados como ativos da Companhia, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente, a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.8. Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em uma UGC, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada.

3.9. Provisões

As provisões para demandas judiciais trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.10. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada como "dividendos" no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras - maiores detalhes estão descritos na Nota Explicativa 20. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



12 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos e leis vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.12. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Plano RP1 - Benefício Definido (BD), Plano Copasa Saldado (BD) e o Copasa Novo Plano - Contribuição Definida (CD). Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O valor atual dessas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de desconto que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 19.

(b) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhe-

cido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia registra provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados nos lucros (PL). O Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da empresa, aprovado pelo Conselho da Administração, define os procedimentos para sua operacionalização.

O montante de PL a ser distribuído é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e equivale a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, correspondendo, portanto, a 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, sobre o qual serão aplicados parâmetros de desempenho institucional.

Anualmente, a parcela do lucro não distribuída aos empregados será transferida para o exercício seguinte, sendo adicionada na base de cálculo do valor a ser distribuído.

3.13. Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda) é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.14. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia estima que a margem é zero, em conformidade com a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de concessão e de programa, pelos municípios.

(c) Ativo de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.15. Receita financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.16. Arrendamentos

A Companhia considera se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) / IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

3.17. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8); e
- Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima (IFRS S1 e IFRS S2).

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Consolidação - Nota explicativa 3.2: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida e determinação se a Companhia não tem influência significativa sobre a investida;
- Reclassificação - Nota explicativa 3.4.3(b): determinação se a Companhia deve ou não reclassificar um passivo de não circulante para circulante;
- Prazo do arrendamento - Nota explicativa 3.16: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Reconhecimento de receita de construção - Nota explicativa 3.14(b): Estimativa da margem considerando a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de concessão e de programa, pelos municípios.
- Reconhecimento de receita não faturada - Nota explicativa 3.14(a): Estimativa baseada na média de consumo.
- Provisão para perdas na realização de crédito - Nota explicativa 3.4.2: Mensuração de perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos contratuais.
- Benefícios de planos de previdência complementar - Nota explicativa 3.12(a): Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; definição da taxa.
- Impostos - Nota explicativa 3.11: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Perda do valor recuperável de ativos não financeiros - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais - Nota explicativa 3.9: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Instrumentos financeiros mensurados a valor justo - Nota explicativa 3.4.1: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais.
- Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão - Nota explicativa 3.4.2: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão e/ou os contratos de programa que são firmados com cada município, e normalmente têm a duração de 30 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o estado de Minas Gerais.

A Companhia e sua subsidiária COPANOR possuíam 638 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 309 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2023 (640 e 309, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, 30 concessões encontravam-se vencidas e 2 com contratos judicialmente nulos, representando, em conjunto, 4,3% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período. A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG aprovou em 06 de outubro de 2022, a alteração da data-base dos reajustes tarifários anuais da Copasa de 1º de agosto para 1º de janeiro, com compensação das perdas financeiras decorrentes dessa alteração, conforme previsto na Lei Estadual nº 18.309/2009.

A ARSAE-MG, através da Resolução ARSAE-MG 185/2023, de 28 de novembro de 2023, autorizou a Companhia a aplicar novas tarifas, aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados, a partir de 01 de janeiro de 2024. O efeito tarifário médio aplicado sobre as tarifas vigentes é de 4,21%.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 um montante de R\$999.639 na controladora (R\$872.921 em 31 de dezembro de 2022) e R\$1.016.635 no Consolidado (R\$889.897 em 31 de dezembro de 2022) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão.



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



13 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - contratos de concessão de serviços públicos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	872.921	733.328	889.897	752.253
Transferência de intangível e imobilizado.....	53.377	83.661	52.824	81.301
Capitalização.....	74.406	56.624	74.979	57.035
Baixas.....	(1.061)	(700)	(1.061)	(700)
Outros.....	(4)	8	(4)	8
Saldo final	999.639	872.921	1.016.635	889.897

O novo Marco Legal

A Lei Federal 14.026, de 15 de julho de 2020 – o Novo Marco Legal do Saneamento –, instituiu a exigência de licitação de contratos de programa e de concessão pelos Poderes Concedentes à medida do encerramento da vigência de cada instrumento; instituiu metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033; concedeu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para instituir normas de referência, e instituiu a prestação regionalizada dos serviços de saneamento.

Os trabalhos de atualização dos contratos para inserção das metas legais foram executados pela Copasa, dentro do prazo final definido pela legislação. Foi reconhecida a comprovação de capacidade econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, conforme exigência do Decreto Federal 10.710/2021 e normativos posteriores.

Em 12 de julho de 2023, o executivo federal editou os Decretos nº 11.598/23 e 11.599/23, revogando os Decretos nº 11.466/23 e 11.467/23 onde (i) são ajustados aspectos quanto à metodologia e prazos para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços, e (ii) é vedada a possibilidade, prevista nos decretos anteriores, de empresa pública ou sociedade de economia mista estadual prestar serviços de saneamento, sem prévio processo competitivo, aos municípios que integrem uma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião.

A Companhia ressalta que as alterações legislativas ora citadas não interferem na atual situação jurídica dos seus contratos de concessão e de programa e na correspondente prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e que segue acompanhando todas as iniciativas que venham a alterar as regras vigentes sobre o setor.

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em caixa e bancos.....	32.258	19.679	33.396	19.949
Certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas de curto prazo.....	962.323	1.071.401	998.029	1.102.350
Saldo final	994.581	1.091.080	1.031.425	1.122.299

Os valores disponíveis em Caixa e Equivalentes de Caixa são aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e debêntures compromissadas, títulos de renda fixa cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,67% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (104,65% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

O CDI em 31 de dezembro de 2023 era de 11,65% a.a. (13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhada na Nota Explicativa 22.1(d)(ii).

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	1.071.401	1.249.680	1.102.350	1.279.665
Novas aplicações.....	7.633.225	4.657.431	7.690.293	4.711.334
Rendimentos.....	125.646	86.368	129.793	90.626
Resgates.....	(7.867.949)	(4.922.078)	(7.924.407)	(4.979.275)
Em 31 de dezembro	962.323	1.071.401	998.029	1.102.350

07. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes tem a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos até 30 dias.....	254.127	204.338	258.103	206.949
Vencidos de 31 até 60 dias.....	96.832	88.975	98.438	90.340
Vencidos de 61 até 90 dias.....	53.518	48.403	54.339	49.196
Vencidos de 91 até 180 dias.....	97.171	87.408	98.198	88.723
Vencidos de 181 até 360 dias.....	148.866	131.990	148.888	132.032
Vencidos acima de 360 dias.....	13.661	11.562	13.676	11.572
Vencidos - total	664.175	572.676	671.642	578.812
A vencer.....	399.177	312.557	404.813	316.015
Faturados	1.063.352	885.233	1.076.455	894.827
A faturar.....	494.148	408.253	499.497	411.899
Contas a receber de clientes	1.557.500	1.293.486	1.575.952	1.306.726
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes.....	(237.108)	(218.414)	(238.649)	(220.156)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.320.392	1.075.072	1.337.303	1.086.570
Contas a receber de clientes circulante	1.264.375	1.040.394	1.281.019	1.051.607
Contas a receber de clientes não circulante	56.017	34.678	56.284	34.963

As contas a receber de clientes contemplam o Estado de Minas Gerais, conforme detalhamento a seguir:

Valores	Controladora/Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Faturados.....	15.954	19.870
A faturar.....	12.709	11.192
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (1).....	28.663	31.062

(1) Valores demonstrados também na Nota Explicativa 24 (a) que trata de Partes Relacionadas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	218.414	239.177	220.156	241.146
Adição na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes.....	183.658	201.935	185.496	206.215
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis.....	(164.964)	(222.698)	(167.003)	(227.205)
Saldo final	237.108	218.414	238.649	220.156

A provisão para perdas de crédito esperadas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A Companhia adota como metodologia de contabilização da provisão para perdas de crédito esperadas, a matriz de provisão, revisada anualmente, contemplando uma avaliação retrospectiva e prospectiva, para verificar a necessidade de provisões adicionais, conforme Nota Explicativa 3.4.2.

A Companhia não reconhece provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais (EMG), acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações, pagamentos recebidos, celebração de Acordo para equacionamento de dívida, bem como de Termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio, além do histórico de adimplência observado. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura, cujos recursos também são destinados a esse fundo.

08. Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Aplicação Financeira Vinculada

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures - não circulante (i).....	61.883	61.033
Aplicação financeira vinculada - não circulante (ii).....	75.285	71.706

(i) Refere-se a depósito de valores monetários em fundos de investimentos, sob titularidade dos credores, que a Companhia constitui no âmbito de seus contratos de financiamentos, empréstimos e debêntures. Também é dado em garantia cessão fiduciária de sua arrecadação que se caracteriza pela transferência aos credores da titularidade de parte de sua arrecadação, conforme tabela inserida na Nota Explicativa 22.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou durante o período de carência das dívidas contratadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estão classificados no ativo não circulante.

(ii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, os valores são convertidos em cotas e aplicados no “Fundo de Investimento Caixa Despoluição de Bacias Hidrográficas Renda Fixa Longo Prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a Copasa em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (ver Nota Explicativa 14).

Já foram liberados recursos referentes aos contratos dos seguintes municípios:

- Carmo do Paranaíba - 03 (três) parcelas até o ano de 2020, totalizando R\$934, 01 (uma) parcela em 2022 no valor de R\$347, e 02 (duas) parcelas em 2023, totalizando em R\$792, sendo o saldo remanescente de R\$2.418;
- Patos de Minas - 01 (uma) parcela no valor de R\$1.182 em 2021 e 01 (uma) parcela no valor de R\$1.239 em 2022, sendo o saldo remanescente de R\$13.417; e
- Ibitiré - 01 (uma) parcela em 2022, no valor de R\$821 e 3 (três) parcelas em 2023, totalizando em R\$2.620, sendo o saldo remanescente de R\$7.250.

09. Investimentos

Abaixo a tabela com a movimentação dos investimentos na subsidiária:

	Saldo inicial	Participação no resultado da controlada	Aumento de capital	Saldo final
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023				
COPANOR.....	245.197	(18.348)	47.590	274.439
Outros.....	260	-	-	260
Total	245.457	(18.348)	47.590	274.699
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022				
COPANOR.....	202.181	(11.163)	54.179	245.197
Outros.....	260	-	-	260
Total	202.441	(11.163)	54.179	245.457

A Controladora realizou integralização no valor de R\$47.590 no exercício de 2023, sendo R\$23.795 no 1º trimestre e R\$23.795 no 3º trimestre (R\$54.179 em 2022, sendo R\$27.090 no 1º trimestre e R\$27.089 no 3º trimestre), na COPANOR, cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Informações financeiras resumidas

COPANOR	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
31/12/2023.....	100%	60.039	237.016	22.131	485	274.439	(18.348)
31/12/2022.....	100%	47.723	216.393	18.476	443	245.197	(11.163)

10. Ativo de Contrato

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de				Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	701.177	778.910	410.116	167.232	2.057.435	
Adições.....	260.264	446.187	331.029	-	1.037.480	
Reversão de provisão para material de obras.....	-	-	-	8.710	8.710	
Baixas.....	(11.306)	(15.045)	(123)	-	(26.474)	
Reclassificações.....	15.551	13.980	(29.531)	-	-	
Juros capitalizados.....	44.884	37.362	35.645	-	117.891	
Transferências para o intangível.....	(106.569)	(147.919)	(99.186)	-	(353.674)	
Transferências para o imobilizado.....	(319.696)	(4.253)	(5.739)	-	(329.688)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	584.305	1.109.222	642.211	175.942	2.511.680	
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	716.824	802.395	422.146	182.456	2.123.821	
Adições.....	260.575	458.149	338.370	167	1.057.261	
Reversão de provisão para material de obras.....	-	-	-	8.215	8.215	
Baixas.....	(11.306)	(15.048)	(123)	-	(26.477)	
Reclassificações.....	15.551	13.980	(29.531)	-	-	
Juros capitalizados.....	44.884	37.362	35.645	-	117.891	
Transferências para o intangível.....	(107.425)	(132.709)	(100.808)	-	(340.942)	
Transferências para o imobilizado.....	(319.696)	(4.253)	(6.706)	-	(330.655)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	599.407	1.159.876	658.993	190.838	2.609.114	

No exercício de 2022, a movimentação foi a seguinte:

	Sistemas de				Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	505.033	518.097	282.748	118.992	1.424.870	
Adições.....	319.996	381.534	199.946	47.860	949.336	
Reversão de provisão para material de obras.....	-	-	-	380	380	
Baixas.....	(4.820)	(9.910)	(5)	-	(13.735)	
Juros capitalizados.....	28.582	26.610	22.435	-	77.627	
Transferências para o intangível.....	(147.614)	(138.421)	(46.537)	-	(332.572)	
Transferências para o imobilizado.....	-	-	(48.471)	-	(48.471)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	701.177	778.910	410.116	167.232	2.057.435	
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	521.446	549.058	288.427	130.064	1.488.995	
Adições.....	324.801	392.818	207.300	52.001	976.920	
Reversão de provisão para material de obras.....	-	-	-	391	391	
Baixas.....	(4.820)	(8.910)	(40)	-	(13.770)	
Juros capitalizados.....	28.582	26.610	22.435	-	77.627	
Transferências para o intangível.....	(153.185)	(157.181)	(47.415)	-	(357.781)	
Transferências para o imobilizado.....	-	-	(48.561)	-	(48.561)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	716.824	802.395	422.146	182.456	2.123.821	



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



14 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no âmbito interno da rubrica Ativo de Contrato, foi incorporado em Obras de sistemas de água e esgoto um montante de R\$ 81.926 (R\$ 13.313 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) correspondente a gastos incorridos com os Projetos correlatos, sem efeito no total da referida rubrica.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as adições, no montante de R\$1.037.480 na controladora (R\$949.336 em 2022) e R\$1.057.261 no consolidado (R\$976.920 em 2022) referem-se, principalmente, a obras de implantação dos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Lavras, Montes Claros e Ribeirão das Neves, e implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Belo Horizonte, Campanha, Confins, Igarapé, Juatuba, Sabará, Santana do Paraíso, São João Nepomuceno, Sarzedo e Ubá.

11. Intangível

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Controladora:						
Em operação						
Sistemas de água	4.369.930	(2.798.056)	1.571.874	4.142.742	(2.661.099)	1.481.643
Esgotamento sanitário	6.598.731	(3.274.461)	3.324.270	6.347.712	(2.977.932)	3.369.780
Sistemas de uso comum	1.239.137	(994.450)	244.687	1.126.596	(917.516)	209.080
Direitos de uso	679.503	(351.552)	327.951	649.105	(317.097)	332.008
Outros ativos intangíveis	135.833	(34.096)	101.737	136.580	(31.773)	104.807
Total do intangível	13.023.134	(7.452.615)	5.570.519	12.402.735	(6.905.417)	5.497.318
Consolidado:						
Em operação						
Sistemas de água	4.429.891	(2.807.109)	1.622.782	4.196.048	(2.667.334)	1.528.714
Esgotamento sanitário	6.663.134	(3.285.777)	3.377.357	6.423.565	(2.986.089)	3.437.476
Sistemas de uso comum	1.258.952	(1.005.095)	253.857	1.144.469	(924.699)	219.770
Direitos de uso	679.664	(351.704)	327.960	649.266	(317.232)	332.034
Outros ativos intangíveis	137.066	(34.250)	102.816	137.497	(31.864)	105.633
Total do intangível	13.168.707	(7.483.935)	5.684.772	12.550.845	(6.927.218)	5.623.627

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de					
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	Total
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.481.643	3.369.780	209.080	332.008	104.807	5.497.318
Adições	122.458	168.192	87.413	29.990	220	408.273
Baixas	(1.625)	(76)	(187)	-	(6)	(1.894)
Amortização	(158.160)	(316.014)	(78.629)	(34.347)	(6.619)	(593.769)
Transferências de (para) ativo financeiro	(19.770)	(33.853)	(3.015)	(118)	2.523	(54.233)
Transferência entre intangível e imobilizado	(2.974)	(25.945)	335	-	(10.272)	(38.856)
Transferências do ativo de contrato	106.569	147.919	99.186	-	-	353.674
Reclassificações	43.731	14.265	(69.498)	418	11.084	-
Outros	2	2	2	-	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.571.874	3.324.270	244.687	327.951	101.737	5.570.519
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.528.714	3.437.476	219.770	332.034	105.633	5.623.627
Adições	127.839	170.618	88.924	29.990	528	417.899
Baixas	(1.627)	(76)	(187)	-	(6)	(1.896)
Amortização	(160.977)	(319.174)	(82.081)	(34.364)	(6.683)	(603.279)
Transferências de (para) ativo financeiro	(20.346)	(32.866)	(2.887)	(118)	2.537	(53.680)
Transferência entre intangível e imobilizado	(2.974)	(25.945)	343	-	(10.272)	(38.848)
Transferências do ativo de contrato	107.425	132.709	100.808	-	-	340.942
Reclassificações	44.727	14.611	(70.835)	418	11.079	-
Outros	1	4	2	-	-	7
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.622.782	3.377.357	253.857	327.960	102.816	5.684.772

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

A movimentação no exercício de 2022 foi a seguinte:

	Sistemas de					
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	Total
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.529.115	3.490.649	175.271	322.437	75.290	5.592.762
Adições	35.088	60.798	68.666	37.571	933	203.056
Baixas	(2.588)	-	(45)	-	-	(2.633)
Amortização	(151.191)	(290.808)	(65.092)	(29.337)	(5.747)	(542.175)
Transferências de (para) ativo financeiro	(39.803)	(28.201)	(13.925)	65	(1.921)	(83.785)
Transferência entre intangível e imobilizado	(1.363)	(473)	353	11	(932)	(2.404)
Transferências do ativo de contrato	112.383	137.817	43.921	1.261	37.190	332.572
Outros	2	(2)	(69)	-	(6)	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.481.643	3.369.780	209.080	332.008	104.807	5.497.318
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.568.591	3.539.354	185.018	322.481	75.823	5.691.267
Adições	38.360	62.739	71.335	37.583	1.376	211.393
Baixas	(2.588)	-	(45)	-	-	(2.633)
Amortização	(153.422)	(293.606)	(68.071)	(29.367)	(5.793)	(550.259)
Transferências de (para) ativo financeiro	(38.820)	(27.112)	(13.530)	65	(2.028)	(81.425)
Transferência entre intangível e imobilizado	(1.363)	(473)	337	11	(932)	(2.420)
Transferências do ativo de contrato	117.954	156.577	44.796	1.261	37.193	357.781
Outros	2	(3)	(70)	-	(6)	(77)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.528.714	3.437.476	219.770	332.034	105.633	5.623.627

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

A amortização foi apropriada ao resultado conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados	586.732	537.440	596.225	545.492
Despesas com vendas	292	525	293	525
Despesas administrativas	6.745	4.210	6.761	4.242
	593.769	542.175	603.279	550.259

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Sistemas de água	4,77%	4,97%	4,77%	5,17%
Esgotamento sanitário	4,87%	5,08%	4,86%	5,21%
Sistemas de uso comum	19,77%	19,39%	19,64%	21,62%
Direitos de uso	6,30%	5,79%	6,30%	5,82%
Outros ativos intangíveis	2,49%	4,98%	2,54%	5,09%

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de teste de impairment, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2023, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, economias atendidas, custos, despesas e investimentos para os próximos 30 anos. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (impairment) de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O EBITDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa atual e volume faturado projetado em função do crescimento de volume consumido decorrente das ações e investimentos planejados para os próximos cinco anos, para atingimento das metas de universalização, conforme preconiza o Novo Marco do Saneamento. Com as premissas adotadas, obteve-se um crescimento médio de 7% ao ano até 2028, principalmente com o reflexo do efeito dos investimentos realizados e projetados até 2025 na Base de Ativos Regulatória (BAR) a ser remunerada no próximo ciclo de Revisão Tarifária, com efeito na tarifa a partir de 2026. Nos demais anos, até 2030, o crescimento projetado foi apenas em função de crescimento vegetativo para atendimento ao crescimento populacional orgânico dos municípios operados. A partir de 2030 receitas foram mantidas constantes.

- Custos e despesas: custos com material e energia elétrica estimados com variação proporcional às taxas de crescimento de economias atendidas para ampliação da cobertura para o período até 2030, porém considerando ganhos de eficiência decorrente de ações como investimentos em fontes de energia renovável.

- Preços foram mantidos constantes.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e consequentemente não resultaria em impairment.

12. Imobilizado

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2023			31/12/2022			
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Controladora:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	14,36%	769.071	(576.274)	192.797	684.904	(541.141)	143.763
Veículos	27,43%	81.660	(81.091)	569	82.553	(80.223)	2.330
Outros	-	41.892	(231)	41.661	31.490	(231)	31.259
		892.623	(657.596)	235.027	798.947	(621.595)	177.352
Terrenos e edificações	4,20%	3.758.415	(2.235.619)	1.522.796	3.417.153	(2.127.109)	1.290.044
Total do imobilizado - em operação		4.651.038	(2.893.215)	1.757.823	4.216.100	(2.748.704)	1.467.396
Consolidado:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	14,32%	775.483	(578.377)	197.106	689.775	(542.450)	147.325
Veículos	23,44%	85.454	(82.066)	3.388	85.648	(80.453)	5.195
Outros	-	41.892	(231)	41.661	31.490	(231)	31.259
		902.829	(660.674)	242.155	806.913	(623.134)	183.779
Terrenos e edificações	4,20%	3.759.180	(2.235.628)	1.523.552	3.417.153	(2.127.109)	1.290.044
Total do imobilizado - em operação		4.662.009	(2.896.302)	1.765.707	4.224.066	(2.750.243)	1.473.823

(b) A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos			Veículos		Terrenos e edificações		Total
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2022	
Controladora:								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	143.763	2.330	31.259	1.290.044	1.467.396			
Adições	61.168	-	-	3.226	64.394			
Baixas	(2.715)	-	-	(19)	(2.734)			
Depreciação	(34.502)	(1.805)	-	(103.126)	(139.433)			
Transferência do ativo de contratos	24.895	44	132	304.617	329.688			
Transferência entre intangível e imobilizado	177	-	10.271	28.408	38.856			
Transferências entre ativo financeiro e imobilizado	13	-	-	843	856			
Outros	(2)	-	(1)	(1.197)	(1.200)			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	192.797	569	41.661	1.522.796	1.757.823			
Consolidado:								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	147.325	5.195	31.259	1.290.044	1.473.823			
Adições	62.451	700	-	3.299	66.450			
Baixas	(2.715)	-	-	(19)	(2.734)			
Depreciação	(35.304)	(2.551)	-	(103.135)	(140.990)			
Transferência de ativos de contratos	25.169	44	132	305.310	330.655			
Transferências entre intangível e imobilizado	169	-	10.271	28.408	38.848			
Transferências para ativo financeiro e imobilizado	13	-	-	843	856			
Outros	(2)	-	(1)	(1.198)	(1.201)			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	197.106	3.388	41.6					



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



15 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação foi apropriada ao resultado conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados.....	117.561	113.891	118.973	114.719
Despesas com vendas.....	4.666	4.090	4.759	4.096
Despesas administrativas.....	17.206	10.602	17.258	10.608
	139.433	128.583	140.990	129.423

13. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A Copasa e a BRK Ambiental - Manso S.A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível, conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação.

As despesas decorrentes deste contrato referentes à manutenção de sistemas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram R\$91.288 (R\$96.779 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Para atualização do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente a cada mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora/ Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	243.603	260.985	243.603	260.985
Atualização.....	16.751	23.737	16.751	23.737
Amortização.....	(36.634)	(25.464)	(36.634)	(25.464)
Juros pagos.....	(11.820)	(15.655)	(11.820)	(15.655)
Saldo final	211.900	243.603	211.900	243.603
Passivo circulante	45.752	36.792	45.752	36.792
Passivo não circulante	166.148	206.811	166.148	206.811

14. Impostos, taxas, contribuições, obrigações sociais e trabalhistas e outros passivos

(a) Ativo circulante:

Os impostos a recuperar estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPF a compensar.....	2.902	2.463	3.646	3.109
IRPJ a compensar/saldo negativo.....	26.395	61.041	26.540	61.044
CSLL a compensar/saldo negativo.....	4.596	20.973	4.653	20.973
Recuperação de créditos PIS/COFINS.....	-	5.707	-	5.707
Outros Tributos a Recuperar.....	2.341	141	2.376	156
Saldo final	36.234	90.325	37.215	90.989

Os impostos a recuperar referem-se, principalmente, ao saldo negativo de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 2023, os quais serão compensados em 2024.

(b) Passivo circulante:

Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
INSS.....	30.203	27.267	30.730	27.772
COFINS.....	37.991	25.548	38.353	25.634
PIS.....	8.200	5.505	8.278	5.522
IRPJ.....	22.391	28.437	22.413	28.470
FGTS.....	6.135	5.513	6.263	5.634
Outros.....	6.994	5.855	7.081	5.944
Saldo final	111.914	98.125	113.118	98.976

Os outros passivos são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósito para obras ⁽ⁱ⁾	54.471	55.429	54.471	55.429
PDVI ⁽ⁱⁱ⁾	35.467	-	35.467	-
Devolução de tarifas - ARSAE ⁽ⁱⁱⁱ⁾	23.290	51.567	23.290	51.567
Programa de saúde.....	11.316	11.049	11.449	11.159
Outros.....	45.289	45.470	47.230	47.283
Saldo final	169.833	163.515	171.907	165.438
Passivo circulante	74.007	84.001	76.081	85.924
Passivo não circulante	95.826	79.514	95.826	79.514

(i) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES (ver Nota Explicativa 8).

(ii) A Companhia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI em maio de 2023, devidamente regulamentado e amplamente divulgado aos seus empregados. Aderiram ao programa 736 empregados, com desligamentos ocorrendo a partir de julho de 2023, apresentando a seguinte movimentação:

	Controladora / Consolidado		
	PDVI	Provisão em maio de 2023	Pagamentos/ cancelamentos ^(*) até 31/12/2023
Quantidade Empregados.....		736	703
Total passivo circulante e não circulante		115.067	(79.600)
Passivo circulante			23.477
Passivo não circulante			11.990

(*) Foram canceladas 04 (quatro) adesões.

(iii) A Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE MG, determinou a devolução de valores aos clientes por intermédio dos seguintes processos administrativos, entendidos pela Administração como de probabilidade de perda provável, e, por este motivo, provisionados.

A Companhia identificou todos os clientes afetados aos processos mencionados e registrou o valor exato a ser devolvido a cada um, por intermédio de crédito (desconto) nas faturas. A movimentação dos valores envolvidos nos processos foram como segue:

Processos	Saldo a devolver		Incremento de provisão	Devoluções realizadas		Saldo a devolver final
	inicial	final		Valor principal	Juros e correção	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023						
005/2019.....	43.814	-	-	7.598	18.316	25.914
028/2021.....	3.432	-	-	110	-	110
041/2021.....	4.321	-	-	2.239	14	2.253
	51.567	-	-	9.947	18.330	28.277
Passivo circulante						19.050
Passivo não circulante						4.240

Processos	Saldo a devolver		Incremento de provisão	Devoluções realizadas		Saldo a devolver final
	inicial	final		Valor principal	Juros e correção	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022						
005/2019.....	94.073	7.886	-	34.380	23.765	58.145
028/2021.....	5.485	-	-	1.417	636	2.053
041/2021.....	-	6.153	-	1.758	74	1.832
	99.558	14.039	-	37.555	24.475	62.030
Passivo circulante						50.266
Passivo não circulante						1.301

15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$4.743.514 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.139.920 em 31 de dezembro de 2022), têm vencimento até 2043 e cupons médios de 8,7% ao ano para a Controladora e o Consolidado (10,85% a.a. em 31 de dezembro de 2022 para a Controladora e o Consolidado).

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Financiamentos - FGTS.....	48.705	43.266
Empréstimos.....	12.149	41.047
Finame.....	3.073	4.198
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	50.048	61.817
Empréstimos bancários e financiamentos	113.975	150.328
Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	567.681	790.543
Total circulante	681.656	940.871
Não circulante		
Financiamentos - FGTS.....	681.004	671.489
Empréstimos.....	5.039	16.962
Finame.....	250	3.315
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	628.809	134.843
Empréstimos bancários e financiamentos	1.315.102	826.609
Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	2.746.756	2.372.440
Total não circulante	4.061.858	3.199.049
Total circulante e não circulante	4.743.514	4.139.920

⁽ⁱ⁾ Inclui custo de captação.

(a) Empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	976.937	1.068.394
Ingressos de empréstimos e financiamentos.....	589.234	103.456
Encargos provisionados.....	73.063	66.383
Variação monetária e cambial.....	5.477	(15.706)
Amortização de encargos.....	(68.672)	(66.565)
Amortização de principal.....	(147.219)	(179.282)
Amortização do custo de captação.....	257	257
Saldo final	1.429.077	976.937
Passivo circulante	113.975	150.328
Passivo não circulante	1.315.102	826.609

Os montantes registrados no passivo não circulante referente a empréstimos bancários e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024.....	-	107.258
2025.....	100.787	96.965
2026.....	121.803	55.410
2027.....	161.144	58.484
2028 até 2043.....	933.607	510.987
Custo de captação.....	(2.239)	(2.495)
Total	1.315.102	826.609

Em 31 de dezembro de 2023, os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são demonstrados como segue:

	Controladora / Consolidado			
	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda Nacional:				
Financiamento - FGTS.....	TR + 8,50%	16/01/2043	729.709	714.755
Empréstimo.....	TJLP + 1,55% a 1,73%	15/05/2025	17.188	58.009
Finame.....	2,5% a 8,7%	15/01/2025	3.323	7.513
			750.220	780.277
Em moeda Estrangeira (Euro):				
Financiamento.....	1,41%	15/05/2034	185.218	143.695
Financiamento.....	Euribor + 0,55%	20/09/2033	496.120	55.717
Financiamento.....	Euribor + 2,69%	20/12/2043	15	-
			681.353	199.412
Custo de captação.....			(2.496)	(2.752)
			678.857	196.660
Empréstimos e financiamentos			1.429.077	976.937

Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia contratou financiamento junto a uma agência de fomento francesa no montante de 200 milhões de Euros, com prazo de 20 anos e carência de cinco anos para amortização. Os recursos serão destinados à execução de empreendimentos referentes à hidrometria/macromedição/perdas aparentes, crescimento vegetativo, tecnologia da informação, controle de qualidade da água, equipamentos e máquinas operacionais, pesquisa e desenvolvimento, bem como a sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A taxa teto de juros é a Euribor 6M + spread, com pagamentos semestrais sobre o montante desembolsado, sendo estabelecido o mínimo obrigatório de 0,25% a.a. para taxa de juros.

(b) Debêntures

A Companhia possui contratadas operações de crédito de longo prazo, por meio de emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfaria. A composição de debêntures está demonstrada a seguir:



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



16 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora / Consolidado		Valor contábil	
	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Subscrição 5ª emissão				
Série única.....	TR + 9,00%	01/09/2031	136.246	154.146
Total 5ª emissão.....			136.246	154.146
Subscrição 8ª emissão				
1ª série.....	TJLP + 1,87%	15/06/2028	42.128	45.298
2ª série.....	IPCA + 8,18%	15/06/2028	27.079	27.008
Total 8ª emissão.....			69.207	72.306
Subscrição 11ª emissão				
1ª série.....	TJLP + 2,62%	15/01/2031	101.156	114.292
2ª série.....	IPCA + 8,85%	15/01/2031	58.159	63.446
Total 11ª emissão.....			159.315	177.738
Subscrição 12ª emissão				
1ª série.....	IPCA + 5,06%	15/01/2024	43.646	125.126
2ª série.....	IPCA + 5,27%	15/01/2026	70.475	94.289
Total 12ª emissão.....			114.121	219.415
Subscrição 13ª emissão				
2ª série.....	110% do CDI	15/07/2023	-	287.994
3ª série.....	IPCA + 6,50%	15/07/2025	61.651	88.392
Total 13ª emissão.....			61.651	376.386
Subscrição 14ª emissão				
1ª série.....	106,15% do CDI	15/06/2024	9.645	28.532
2ª série.....	IPCA + 4,30%	15/06/2026	115.228	154.153
Total 14ª emissão.....			124.873	182.685
Subscrição 15ª emissão				
Série única.....	CDI + 1,75%	16/12/2025	308.941	464.207
Total 15ª emissão.....			308.941	464.207
Subscrição 16ª emissão				
1ª série.....	IPCA + 5,23%	15/09/2031	281.960	269.454
2ª série.....	CDI + 1,30%	15/09/2026	430.204	509.315
Total 16ª emissão.....			712.164	778.769
Subscrição 17ª emissão				
1ª série.....	CDI + 1,30%	16/12/2029	752.937	753.362
Total 17ª emissão.....			752.937	753.362
Subscrição 18ª emissão				
1ª Série.....	CDI + 1,20%	16/09/2030	114.123	-
2ª Série.....	IPCA + 7,10%	16/09/2030	793.540	-
Total 18ª emissão.....			907.663	-
Total de debêntures.....			3.347.118	3.179.014
Custo de captação.....			(32.681)	(16.031)
Total.....			3.314.437	3.162.983

A Companhia contratou em dezembro de 2022 operações de crédito de longo prazo, por meio da 17ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$750.000.

Em setembro de 2023, foi efetivada a 18ª Emissão Pública de Debêntures simples, no montante de R\$900.000, em duas séries; sendo (i) primeira série no montante de R\$113.600; e (ii) segunda série no montante de R\$786.400. O prazo de vencimento para ambas as séries é de sete anos. Os recursos estão sendo destinados à execução de parte do programa de investimentos e ao pagamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI) da Companhia.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial.....	3.162.983	2.916.950
Ingressos de debêntures.....	909.127	772.546
Encargos provisionados.....	326.126	267.756
Variação monetária e contábil.....	40.616	54.182
Amortização de encargos.....	(348.737)	(265.542)
Amortização de principal.....	(759.027)	(583.268)
Custo de captação.....	(21.673)	(3.443)
Amortização do custo de captação.....	5.022	3.802
Saldo final.....	3.314.437	3.162.983
Passivo circulante.....	567.681	790.543
Passivo não circulante.....	2.746.756	2.372.440

A Companhia mantém caucões em valores monetários, conforme citado na Nota Explicativa 8, além de garantia de cessão fiduciária de sua arrecadação, conforme Nota Explicativa 22.1 (e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024.....	-	544.525
2025.....	547.171	538.249
2026.....	526.505	414.071
2027.....	479.405	262.121
2028 até 2031.....	1.219.896	625.268
Custo de captação.....	(26.221)	(11.794)
Total.....	2.746.756	2.372.440

(c) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants* e garantias

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, com periodicidade de apuração do resultado distinta, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

A Companhia, vem cumprindo todos os *covenants* estabelecidos, ou obtendo dos credores a necessária autorização para dispensa de cumprimento das cláusulas restritivas previstas nos instrumentos contratuais.

16. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Controladora:						
Trabalhistas.....	46.264	(19.208)	27.056	297.104	(13.225)	283.879
Cíveis.....	108.775	(9.946)	98.829	120.546	(6.065)	114.481
Tributárias.....	1.908	(2.029)	(121)	1.848	(3.460)	(1.612)
Saldo final.....	156.947	(31.183)	125.764	419.498	(22.750)	396.748
Consolidado:						
Trabalhistas.....	46.432	(19.322)	27.110	297.219	(13.301)	283.918
Cíveis.....	109.169	(9.946)	99.223	121.000	(6.066)	114.934
Tributárias.....	1.908	(2.029)	(121)	1.848	(3.460)	(1.612)
Saldo final.....	157.509	(31.297)	126.212	420.067	(22.827)	397.240

A movimentação do exercício de 2023 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022, antes da compensação de depósitos judiciais.....	419.498	420.067
Adições.....	38.035	38.364
Atualizações.....	18.527	18.566
Reversões.....	(153.922)	(153.970)
Pagamentos.....	(165.191)	(165.518)
Total provisões.....	156.947	157.509
Compensação de depósitos.....	(31.183)	(31.297)
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	125.764	126.212

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais contra a Companhia e conforme análise feita pela área jurídica, com base em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário e validação no âmbito do Fórum de Contingências da Copasa. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações podem ser assim resumidas, sendo detalhados abaixo os principais processos nos itens (i) Provisões Cíveis e (ii) Provisões Trabalhistas:

- Adições no valor de R\$38.035, referentes a constituição de provisão para as ações trabalhistas, cíveis e tributária, sendo aumento nas provisões trabalhistas de R\$13.929, cíveis de R\$23.894 e tributárias de R\$212.
- Atualizações de processos no valor de R\$18.527, sendo R\$11.909 trabalhistas, R\$6.547 cíveis e R\$71 tributários.
- Pagamentos efetuados no valor de R\$165.191, sendo R\$110.391 de ações trabalhistas, R\$52.691 de ações cíveis e R\$2.109 de ações tributárias.
- Reversões no montante de R\$153.922, referente principalmente a processos trabalhistas.

A movimentação do exercício de 2022 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021, antes da compensação de depósitos judiciais.....	402.258	403.052
Adições.....	55.927	56.532
Atualizações.....	44.740	44.843
Reversões.....	(37.420)	(38.102)
Pagamentos.....	(46.007)	(46.258)
Total provisões.....	419.498	420.067
Compensação de depósitos.....	(22.750)	(22.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	396.748	397.240

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A Copasa estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a devolução simples aos usuários. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$20.782 (R\$20.012 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a pedidos de pagamento de horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função. A Companhia provisiona as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável. A classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual e avaliadas pelo comitê interno de contingenciamento.

Em 2008 foi movida ação trabalhista coletiva pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (Sindágua-MG), questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquela época, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho.

Considerando decisão judicial desfavorável à Companhia em dezembro de 2021, a Copasa entendeu por rever o valor do provisionamento à época, em atenção às melhores práticas contábeis, ainda que o valor da condenação na referida ação não houvesse sido liquidado. Tal revisão foi realizada a partir de cálculos preliminares, efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo. Posteriormente, a Companhia ingressou com Ação Rescisória com vistas a rescindir a decisão.

Foi celebrado um acordo na ação coletiva, devidamente homologado pela Justiça do Trabalho, tendo sido realizados pagamentos no montante de R\$102.182, gerando uma reversão de provisão para a demanda no valor de R\$59.177 em Outras Despesas Operacionais e o restante em Despesas Financeiras.

O acordo encerrou a possibilidade de inclusão de potenciais interessados na Ação Coletiva. Novas execuções individuais estão suspensas em função da Ação Rescisória movida, tendo a Companhia obtido o deferimento de tutela provisória na mesma. Todavia, de forma conservadora – e baseada na posição de seus assessores jurídicos – a Companhia manteve provisionado o montante de R\$8.757 em 31 de dezembro de 2023, relativo a potenciais beneficiários que não aderiram à Ação Coletiva, considerando eventuais ações individuais futuras.

(b) Demandas judiciais não provisionadas

A Copasa discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial. Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cível (i).....	548.818	483.090	554.499	491.494
Trabalhista (ii).....	73.564	58.462	74.408	58.896
Tributária (iii).....	114.454	91.371	114.479	91.395
Ambiental.....	45.369	2.490	45.369	2.490
Total.....	782.205	635.413	788.755	644.275

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e sua Controlada são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de sua Controlada.

Ações coletivas

1. A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 36 de nossos contratos de concessão. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

2. Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Coronel Fabriciano, em 2020, sob o argumento de que não estaria havendo o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela Companhia, pois não haveria o tratamento da integralidade do esgoto produzido na sede municipal. Além disso, o não tratamento do esgoto sanitário teria causado dano ambiental. Em razão desses fatos, o município pretende a condenação da Copasa a não cobrar tarifa de esgoto ou a cobrá-la em valor proporcionalmente reduzido até que a integralidade do esgoto seja tratado; a pagar multa a título indenizatório ao município pelo suposto descumprimento de cláusulas do Contrato de Concessão; a devolver os valores cobrados a título de tarifa de esgoto aos usuários; a implantar a totalidade do tratamento de esgoto no município; a pagar indenização por dano moral coletivo. A tutela antecipada foi indeferida em razão da ausência de urgência na apreciação dos pedidos e na incidência da jurisprudência dominante acerca da possibilidade de cobrança da tarifa de esgotamento sanitário pelos serviços prestados. Em sua defesa, a Copasa argumentou que não houve descumprimento contratual, pois o serviço de esgotamento sanitário atende a mais de 108 mil habitantes e já estão em execução as obras de interligação ao Sistema Integrado com o município de Timóteo, sendo que metade da população já é atendida por esse Sistema. O valor da ação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$6.339 (R\$6.110 em 31 de dezembro de 2022).



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



17 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, em 2023, sob o argumento de intermitência no abastecimento de água no Município de Diamantina, nos meses de outubro e novembro de 2023. A pretensão autoral é de regularização do abastecimento, para que não haja interrupção do serviço por prazo superior a 24 horas, bem como o pagamento de indenização por dano moral coletivo. Em manifestação prévia a Companhia já demonstrou nos autos a regularização do abastecimento de água, sendo que ainda não se iniciou o prazo para apresentação da contestação. O valor da ação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$3.800.

(ii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

Os processos trabalhistas são, via de regra, inicialmente classificados como de perda possível e, periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, à medida das decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual.

(iii) Tributárias

Trata-se de ações nas quais a Companhia é acionada pela Fazenda Pública, seja ela Nacional, Estadual ou Municipal, para cobrança de créditos de natureza tributária (decorrente de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e/ou empréstimo compulsório) e para cobrança de créditos de natureza não-tributária (como os decorrentes de imposição de multas administrativas).

O aumento do valor não provisionado no exercício 2023 foi decorrente do ajuizamento de ações executivas por alguns municípios, pretendendo a cobrança de créditos decorrentes de autos de infração administrativos. Tais processos estão em fase inicial, havendo tese jurídica relevante para a desconstituição do crédito, razão pela qual o prognóstico de perda atual é "possível".

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos impostos	1.786.272	1.045.954	1.786.272	1.045.954
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(607.332)	(355.624)	(607.332)	(355.624)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições)/exclusões -				
Equivalência patrimonial	(6.238)	(3.795)	-	-
Doações e subvenções	1.160	818	1.160	818
Outras (adições)/exclusões	(6.519)	(1.819)	(12.757)	(5.614)
Outros itens de reconciliação -				
Juros sobre o capital próprio	162.905	132.976	162.905	132.976
Incentivos fiscais	49.098	24.852	49.098	24.852
Despesa efetiva - IRPJ e CSLL	(406.926)	(202.592)	(406.926)	(202.592)
IRPJ e CSLL correntes	(305.613)	(126.952)	(305.613)	(126.952)
IRPJ e CSLL diferidos	(101.313)	(75.640)	(101.313)	(75.640)
Despesa efetiva - IRPJ e CSLL	(406.926)	(202.592)	(406.926)	(202.592)
Alíquota efetiva	22,78%	19,37%	22,78%	19,37%

A Companhia reconhece, de acordo com o Laudo Constitutivo nº 227/2021 expedido pela SUDENE e com o Ato Declaratório Executivo publicado pela Receita Federal do Brasil nº 103/2022 de 26/09/2022, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda no valor de R\$31.401 (R\$16.577 no exercício de 2022). Ver Nota Explicativa 20.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos por diferença temporária são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Saldos iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023				
Ativo (Passivo)				
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	74.261	-	6.356	80.617
Provisão para demandas judiciais	142.629	-	(89.267)	53.362
Passivo atuarial - resultados abrangentes	2.753	25.654	-	28.407
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	40.216	-	(2.726)	37.490
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	212.179	-	26.099	238.278
Variação cambial sobre empréstimos	(652)	-	(7.264)	(7.916)
Outras provisões temporárias diversas	26.241	-	(5.439)	20.802
Margem da receita de construção diferida	(27.781)	-	1.799	(25.982)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(146.105)	-	(25.313)	(171.418)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(5.451)	-	(5.661)	(11.112)
Custo de captação de empréstimos	(937)	-	88	(849)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.870)	15	-	(4.855)
Total ativo líquido	312.483	25.669	(101.328)	236.824
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022				
Ativo (Passivo)				
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	81.320	-	(7.059)	74.261
Provisão para demandas judiciais	136.767	-	5.862	142.629
Passivo atuarial - resultados abrangentes	25.150	(22.397)	-	2.753
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	42.943	-	(2.727)	40.216
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	187.373	-	24.806	212.179
Variação cambial sobre empréstimos	15.354	-	(16.006)	(652)
Outras provisões temporárias diversas	89.518	-	(63.277)	26.241
Margem da receita de construção diferida	(29.583)	-	1.802	(27.781)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(126.834)	-	(19.271)	(146.105)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(5.573)	-	122	(5.451)
Custo de captação de empréstimos	(1.023)	-	86	(937)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(6.373)	1.503	-	(4.870)
Total ativo líquido	409.039	(20.894)	(75.662)	312.483

As diferenças temporárias de R\$101.328 (R\$75.662 em 2022), movimentadas no exercício, referem-se às despesas com IRPJ e CSLL diferidos reconhecidas no resultado, no valor de R\$101.313 (R\$75.640 em 2022), e IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos - anos 1996/1997 reconhecidos no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, no valor de R\$15 (R\$22 em 2022).

Em atendimento à Resolução CVM nº 109, de 20/05/2022 e Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a recuperação de créditos tributários contidos no ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2023. O saldo do ativo diferido bruto registrado na contabilidade em 31 de dezembro de 2023 é R\$430.550 (R\$497.025 em 31 de dezembro de 2022).

Assim, as projeções de resultados demonstram que a empresa deverá obter lucros suficientes para recuperar os tributos pagos conforme a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, a seguir:

	Expectativa de realização do ativo fiscal diferido	Controladora / Consolidado
Em 2024	92.065
Em 2025	19.379
Em 2026	14.756
Em 2027	14.154
Em 2028	14.154
Em 2029	3.353
Em 2030	3.353
Em 2031	3.353
Em 2032	3.353
Em 2033	3.353
Após 2033	259.277
Total	430.550

18. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	51.368	30.170	51.376	30.185
Ativo não circulante	4.479	2.629	4.479	2.629
	55.847	32.799	55.855	32.814

	Controladora			Consolidado		
	A receber	Adiantamento	Líquido	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de dezembro de 2023						
Recursos estaduais	4.653	(4.287)	366	555.580	(555.206)	374
Recursos federais	241.143	(185.662)	55.481	241.143	(185.662)	55.481
Total	245.796	(189.949)	55.847	796.723	(740.868)	55.855
31 de dezembro de 2022						
Recursos estaduais	4.653	(4.287)	366	563.416	(563.035)	381
Recursos federais	174.148	(141.715)	32.433	174.148	(141.715)	32.433
Total	178.801	(146.002)	32.799	737.564	(704.750)	32.814

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

	Controladora / Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
31 de dezembro de 2023			
Recursos estaduais	5.409	(4.111)	1.298
Passivo Circulante	5.409	(4.111)	1.298
31 de dezembro de 2022			
Recursos estaduais	5.122	-	5.122
Recursos federais	42.519	(39.663)	2.856
Passivo Circulante	47.641	(39.663)	7.978

19. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o Plano RPI-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano Copasa Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o Copasa Novo Plano-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes.

A estatística descritiva da massa populacional vinculada aos planos RPI-BD, Copasa Saldado-BD e Copasa Novo Plano-CD, em 31 de dezembro de 2023 é:

	RPI-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD
Participantes Ativos	63	633	8.600
Participantes Remidos	15	10	-
Participantes Assistidos	157	2.231	1.370
Pensionistas	135	637	74

Os benefícios oferecidos pelo Plano RPI-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano Copasa Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo Copasa Novo Plano-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, com base nas normas legais vigentes.

a) Valores reconhecidos no passivo:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contribuições normais - circulante	60	9.627
Obrigações de longo prazo - não circulante	109.577	44.296
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	109.637	53.923

b) Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora / Consolidado			
	2023			2022
	RPI-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total
Custo dos serviços correntes	(105)	(1.654)	73	(1.686)
Custo financeiro	(6.643)	(136.516)	(1.120)	(144.279)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	8.155	131.447	6.744	146.346
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(1.512)	-	(5.625)	(7.137)
(Despesa) Receita	(105)	(6.723)	72	(10.966)



QUARTA-FEIRA, 17 de Abril de 2024



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



18 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício.....	(49.801)	43.476
(Perdas) Ganhos atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício.....	(55.144)	(5.343)

c) Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são:

	Controladora / Consolidado				
	2023			2022	
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
(Perdas) ganhos atuariais.....	(2.579)	(38.731)	406	(40.904)	102.280
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros.....	(4.644)	(35.793)	(982)	(41.420)	(35.431)
Mudança no efeito do teto de ativo.....	7.118	-	(250)	6.868	(976)
(Perda) Ganho Bruto	(105)	(74.524)	(826)	(75.456)	65.873
Impostos.....	36	25.338	281	25.655	(22.397)
(Perda) Ganho Líquido	(69)	(49.186)	(545)	(49.801)	43.476

d) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	2023					2022	
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total		
Valor presente das obrigações financiadas.....	(62.838)	(1.265.769)	(10.961)	(1.339.568)	(1.233.610)		
Valor justo dos ativos do plano.....	70.174	1.156.192	64.871	1.291.237	1.251.249		
Efeito do teto do ativo.....	(7.336)	-	(53.910)	(61.246)	(60.977)		
Passivo Líquido do Plano	-	(109.577)	-	(109.577)	(43.338)		

A movimentação do valor presente das obrigações financiadas é a seguinte:

	2023					2022	
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total		
Em 1º de janeiro	(56.881)	(1.167.165)	(9.563)	(1.233.609)	(1.292.965)		
Custo do serviço corrente.....	(105)	(1.654)	73	(1.686)	(652)		
Custo financeiro.....	(6.644)	(136.516)	(1.120)	(144.280)	(118.251)		
Contribuições dos participantes do plano.....	(262)	-	(757)	(1.019)	(1.127)		
Remensurações atuariais (1).....	(2.579)	(38.731)	406	(40.904)	102.280		
Benefícios pagos pelo plano.....	3.633	82.124	-	85.757	79.320		
Contribuições extraordinárias ativos.....	-	(1.755)	-	(1.755)	(1.173)		
Contribuições extraordinárias assistidos.....	-	(2.072)	-	(2.072)	(1.041)		
Valor presente 31 de dezembro	(62.838)	(1.265.769)	(10.961)	(1.339.568)	(1.233.609)		

(1) O ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2023 em comparação a 2022 (vide premissas atuariais abaixo).

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	2023					2022	
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total		
Em 1º de janeiro	69.823	1.123.827	57.598	1.251.248	1.235.203		
Retorno real sobre os ativos do plano.....	3.511	95.653	5.762	104.926	77.506		
Contribuições do empregador.....	211	-	754	965	1.118		
Contribuições dos empregados.....	262	-	757	1.019	1.127		
Benefícios pagos.....	(3.633)	(82.123)	-	(85.756)	(79.319)		
Contribuições extraordinárias ativos.....	-	1.755	-	1.755	1.173		
Contribuições extraordinárias assistidos.....	-	2.072	-	2.072	1.041		
Contribuições extraordinárias patrocinadora.....	-	15.008	-	15.008	13.399		
Valor justo 31 de dezembro	70.174	1.156.192	64.871	1.291.237	1.251.248		

e) As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	RP1 (BD)	Copasa Saldado (BD)	Novo Plano Copasa (CD)
Em 2023:			
Taxa anual de desconto.....	9,73% a.a.	9,70% a.a.	9,7% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano.....	9,73% a.a.	9,70% a.a.	9,7% a.a.
Aumento anual de salário.....	1,60% a.a.	-	-
Taxa de inflação projetada.....	3,92% a.a.	3,92% a.a.	3,92% a.a.
Tábua de mortalidade geral.....	AT 2000 Basic M&F	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos.....	AT 49 M	AT 49 M	AT 49 M (A80%)
Tábua de entrada em invalidez.....	TASA 1927	TASA 1927	Light fraca D50%
Em 2022:			
Taxa anual de desconto.....	11,68% a.a.	9,15% a.a.	11,71% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano.....	11,68% a.a.	9,15% a.a.	11,71% a.a.
Aumento anual de salário.....	1,60% a.a.	-	-
Taxa de inflação projetada.....	5,08% a.a.	5,08% a.a.	5,08% a.a.
Tábua de mortalidade geral.....	AT 2000 Basic M&F	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos.....	MI 2006	AT 49 M	AT 49 M (A80%)
Tábua de entrada em invalidez.....	Light Média	TASA 1927	Light fraca D50%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2023.

f) Análises de sensibilidade das principais hipóteses:

Hipótese de Mortalidade	Plano RP1		
	AT-2000 Basic M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial.....	(62.838)	(61.825)	(63.940)
Ativo justo.....	70.174	70.174	70.174
Superávit (déficit).....	7.336	8.349	6.234
Variações.....	-	13,81%	-15,02%
Taxas de Juros Real	5,59%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial.....	(62.838)	(61.358)	(64.384)
Ativo justo.....	70.174	70.174	70.174
Superávit (déficit).....	7.336	8.816	5.790
Variações.....	-	20,21%	-21,05%

Hipótese de Mortalidade

	BR-EMSsb 2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial.....	(1.265.769)	(1.240.106)	(1.292.422)
Ativo justo.....	1.156.192	1.156.192	1.156.192
Superávit (déficit).....	(109.577)	(83.914)	(136.230)
Variações.....	-	-23,42%	24,32%
Taxas de Juros Real	5,56%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial.....	(1.265.769)	(1.236.252)	(1.295.315)
Ativo justo.....	1.156.192	1.156.192	1.156.192
Superávit (déficit).....	(109.577)	(80.060)	(139.123)
Variações.....	-	-26,94%	26,96%

Hipótese de Mortalidade

	BR-EMSsb 2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial.....	(10.961)	(12.058)	(9.888)
Ativo justo.....	64.871	64.871	64.871
Superávit (déficit).....	53.910	52.813	54.983
Variações.....	-	-2,03%	1,99%
Taxas de Juros Real	5,56%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial.....	(10.961)	(10.871)	(11.080)
Ativo justo.....	64.871	64.871	64.871
Superávit (déficit).....	53.910	54.000	53.791
Variações.....	-	0,17%	-0,22%

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

20. Patrimônio Líquido e Dividendos

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$3.402.385, representado por 380.253.069 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,03% das ações e entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,56% das ações, e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A Copasa está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$5 bilhões, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2020.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

(a) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

• Subvenções Governamentais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais. No exercício de 2023, foi registrado no resultado, o valor de R\$3.412 (R\$2.407 de 2022), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota Explicativa 14), concedido pela ANA, com recursos do PRODES.

• Incentivos Fiscais – SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, atualizada pela Lei nº 13.799 de 3 de janeiro de 2019, estabelece o direito ao incentivo de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração, às pessoas jurídicas que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores prioritários da economia para o desenvolvimento regional e estejam situadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG está presente em 638 municípios mineiros. Dentre os municípios atendidos pela Copasa, 168 municípios estão inseridos na área de atuação da SUDENE, conforme estabelece a Lei Complementar nº 125/2007.

A SUDENE aprovou o direito da Companhia ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O incentivo foi concedido por 10 anos, com fruição iniciando em 01 de janeiro de 2021 e terminando em 31 de dezembro de 2030, para as atividades de captação, tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário, enquadrada no setor de Infraestrutura, considerado prioritário para fins do desenvolvimento regional, conforme Decreto 4.213/2002.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis apurados, com base no Lucro da Exploração, são registrados no resultado do exercício como redução do Imposto de Renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é destinada à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. No ano calendário de 2023, a Companhia reconheceu o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, no valor de R\$31.401 (R\$16.577 no exercício de 2022). Adicionalmente, em 2023, após revisão dos procedimentos adotados em 2022 foi realizado ajuste da Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE, no valor de R\$21 (R\$1.696 no exercício de 2022), tendo como contrapartida a Reserva de Incentivos Fiscais, no Patrimônio Líquido.

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$637.812 (R\$391.149 em 2022) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Programa Plurianual de Investimentos”.

O saldo acumulado das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2023, exceto reservas de incentivos fiscais, considerando a proposta da administração para a destinação do lucro líquido do referido exercício social, está superior ao capital social. Visando à adequação ao limite estabelecido no artigo 199 da Lei Federal nº 6.404/1976 e às disposições estatutárias, a Administração da Companhia irá propor, oportunamente, a realização de Assembleia Geral para deliberar sobre esse assunto.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

(i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 19). Em 31 de dezembro de 2023, essa conta totaliza o saldo credor de R\$55.144 (credor de R\$5.343 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Correção monetária sobre ativos – anos 1996/1997, líquida de IRPJ e CSLL, de R\$9.427 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$9.468 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



19 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Remuneração aos acionistas

• Política de Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia possui Política de Dividendos, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 28 de abril de 2023, cujo conteúdo encontra-se sumarizado a seguir:

Dividendos Regulares - O Conselho de Administração definirá, quando da aprovação do orçamento empresarial do exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%. A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, à exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na AGO.

Dividendos Extraordinários - As distribuições deverão ser precedidas de análise do Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes gerais compreendendo o interesse público que justificou a criação da Copasa, a garantia de recursos, em seu Plano de Investimentos, para atendimento ao estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007 e na Lei Federal nº 14.026/2020, bem como as restrições legais, regulatórias, estatutárias, financeiras e os *covenants*.

• Dividendos Regulares

O Conselho de Administração definiu, para o exercício de 2023, o percentual de Dividendos Regulares correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e/ou dividendos.

Foram declarados R\$637.783 a título de Dividendos Regulares, dos quais R\$387.526 foram pagos e R\$250.257 terão sua data de pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento
JCP 1T23	RCA 17/03/2023	22/03/2023	131.583	16/05/2023
JCP 2T23	RCA 16/06/2023	21/06/2023	128.511	14/08/2023
JCP 3T23	RCA 15/09/2023	21/09/2023	127.432	14/11/2023
Valor Declarado (Jan a Set/2023)			387.526	
JCP 4T23	RCA 15/12/2023	21/12/2023	91.606	A ser definida em AGO
Dividendos 4T23	RCA 20/03/2024	25/03/2024	158.651	A ser definida em AGO
			250.257	
Total			637.783	

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.379.346	843.362
Reserva legal - (5%)	(68.967)	(42.168)
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	(3.412)	(2.407)
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	(31.401)	16.577
Lucro disponível para distribuição	1.275.566	782.210
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	318.892	195.553

• Dividendos Extraordinários

No âmbito da Política de Dividendos foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 13 de dezembro de 2023, a distribuição de R\$372.472 a título de Dividendos Extraordinários, utilizando parte da Reserva de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

• Movimentação da rubrica de "dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar":

	Controladora / Consolidado	
	2023	2022
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	231.653	265
Juros sobre o capital próprio propostos	479.132	391.105
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(33.471)	(23.576)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(591.911)	(136.141)
Dividendos	531.123	-
Dividendos pagos	(185.535)	-
Dividendos e JCP a pagar no final do exercício	430.991	231.653

(d) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192 da Lei 6.404/76, o lucro líquido do exercício será assim destinado:

	Controladora	
	2023	
Reserva Legal	68.967	
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	3.412	
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	31.401	
Realização da correção monetária de ativos	(29)	
Remuneração aos Acionistas	637.783	
Reserva de retenção de lucros	637.812	
Lucro Líquido	1.379.346	

(e) Lucro por ação

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias mantidas em tesouraria (letra "a" desta Nota Explicativa).

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.379.346	843.362
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	379.181	379.181
Lucro básico por ação (em Reais)	3,64	2,22

• Diluído

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

21. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos. A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

(i) Resultado

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023					
Receita operacional bruta	4.792.299	2.466.804	5.523	812.077	8.076.703
Tributos sobre vendas	(443.457)	(228.202)	(665)	-	(672.324)
Receita operacional líquida	4.348.842	2.238.602	4.858	812.077	7.404.379
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.077.726)	(1.584.284)	(3.438)	(812.077)	(5.477.525)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	1.271.116	654.318	1.420	-	1.926.854
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas					(137.660)
Resultado financeiro, líquido					(2.922)
Lucro operacional antes dos impostos					1.786.272
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022					
Receita operacional bruta	3.964.647	2.004.617	2.406	758.074	6.729.744
Tributos sobre vendas	(367.014)	(185.568)	(307)	-	(552.889)
Receita operacional líquida	3.597.633	1.819.049	2.099	758.074	6.176.855
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.754.714)	(1.392.849)	(1.607)	(758.074)	(4.907.244)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	842.919	426.200	492	-	1.269.611
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(17.275)
Resultado financeiro, líquido					(206.382)
Lucro operacional antes dos impostos					1.045.954

A amortização e depreciação do ativo está assim alocada:

	Consolidado			
	2023		2022	
Exercício findo em 31 de dezembro de:	Amortização	Depreciação	Total	Total
Serviços de água	162.831	70.286	233.117	223.081
Serviços de esgoto	319.372	28.500	347.872	319.940
Outros intangíveis	166.378	42.204	208.582	187.112
Total	648.581	140.990	789.571	730.133

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	812.077	758.074
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(812.077)	(758.074)
Margem de construção	-	-

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Intangível:		
Serviços de água	1.622.783	1.490.363
Serviços de esgoto	3.377.355	3.400.753
Outros intangíveis	684.634	612.788
Total do intangível	5.684.772	5.503.904
Imobilizado:		
Serviços de água	1.160.716	928.182
Serviços de esgoto	253.250	251.488
Outros imobilizados	351.741	287.348
Total do imobilizado	1.765.707	1.467.018

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

22. Gestão de Risco Financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define a Declaração Estratégica da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da "programação diária do Fluxo de Caixa" que abrange um período de até 90 dias; no médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial; no longo prazo utiliza-se do "Demonstrativo de Resultados" que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 5 anos, complementado por projeção econômico-financeira em um horizonte de tempo 30 anos, e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

22.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs e aplicações financeiras.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros e da variação cambial, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A Copasa possui 85,74% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 14,26% indexados em moeda estrangeira (euro), em 31 de dezembro de 2023. As operações referentes aos empréstimos, financiamentos, debêntures e suas respectivas taxas de juros estão divulgadas abaixo:



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



20 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluindo provisão de juros)	% Saldo Devedor Total
Em Moeda Nacional:							
Financiamentos - FGTS.....	- ⁽¹⁾	7,30% a 8,50%	TR	16/01/2043	729.709	729.709	15,3%
Empréstimos.....	15/01/2008	1,55% a 1,73%	TJLP	15/05/2025	17.132	17.188	0,4%
Finame.....	28/03/2011	2,5% a 8,7%	-	15/01/2025	3.315	3.323	0,1%
Debêntures - 5ª Emissão							
Série única.....	20/09/2011	9,00%	TR	01/09/2031	135.288	136.246	2,9%
Debêntures - 8ª Emissão							
1ª Série.....	15/06/2015	1,87%	TJLP	15/06/2028	41.986	42.128	0,9%
2ª Série.....	15/06/2015	8,18%	IPCA	15/06/2028	27.003	27.079	0,6%
Debêntures 11ª Emissão							
1ª Série.....	15/01/2017	2,62%	TJLP	15/01/2031	100.785	101.156	2,1%
2ª Série.....	15/01/2017	8,85%	IPCA	15/01/2031	57.983	58.159	1,2%
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão							
1ª Série.....	08/02/2018	5,06%	IPCA	15/01/2024	42.681	43.646	0,9%
2ª Série.....	08/02/2018	5,27%	IPCA	15/01/2026	68.855	70.475	1,5%
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão							
2ª Série.....	15/07/2018	11,0%	CDI	15/07/2023	-	-	0,0%
3ª Série.....	15/07/2018	6,50%	IPCA	15/07/2025	59.919	61.651	1,3%
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão							
1ª Série.....	15/06/2019	106,15%	CDI	15/06/2024	9.605	9.645	0,2%
2ª Série.....	15/06/2019	4,30%	IPCA	15/06/2026	115.055	115.228	2,4%
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão							
Série única.....	16/12/2020	1,75%	CDI	16/12/2025	307.693	308.941	6,5%
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão							
1ª Série.....	15/09/2021	5,23%	IPCA	15/09/2031	277.938	281.960	5,9%
2ª Série.....	15/09/2021	1,3%	CDI	15/09/2026	428.317	430.204	9,0%
Debêntures de Mercado - 17ª Emissão							
Série única.....	16/12/2022	1,30%	CDI	16/12/2029	750.000	752.937	15,8%
Debêntures de Mercado - 18ª Emissão							
1ª Série.....	15/09/2023	1,20%	CDI	16/09/2030	113.626	114.123	2,4%
2ª Série.....	15/09/2023	7,10%	IPCA	16/09/2030	791.599	793.540	16,6%
Total.....						4.097.338	

(1) Diversas datas.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma eventual mudança em variáveis de mercado nos seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Nessa análise, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação seria afetado conforme cenários demonstrados a seguir:

Indicadores	Exposição (i)	Cenários				
		Cenário I Provável (ii)	Cenário II +25%	Cenário III -25%	Cenário IV +50%	Cenário V -50%
TJLP (iii).....	159.903	6,70%	8,38%	5,03%	10,05%	3,35%
Varição do Principal.....	-	10.713	13.392	8.035	16.070	5.357
IPCA.....	1.441.034	3,90%	4,88%	2,93%	5,85%	1,95%
Varição do Principal.....	-	56.200	70.250	42.150	84.301	28.100
CDI.....	1.609.241	9,15%	11,44%	6,86%	13,73%	4,58%
Varição do Principal.....	-	147.246	184.057	110.434	220.868	73.623
TR.....	862.796	2,11%	2,64%	1,58%	3,16%	1,05%
Varição do Principal.....	-	18.202	22.752	13.652	27.303	9.100
Spread Fixo - Euribor (iv).....	492.347	2,41%	3,01%	1,81%	3,62%	1,21%
Varição do Principal.....	-	11.866	14.832	8.899	17.798	5.933
Spread Fixo (iv).....	188.141	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Sem Impacto.....	-	-	-	-	-	-
Total.....	4.753.462	244.227	305.283	183.170	366.340	122.113

(i) Principal em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Fontes dos índices:

IPCA, conforme conforme Boletim Focus 29 de dezembro de 2023.

TJLP e CDI, conforme conforme projeções BRADESCO 21 de dezembro de 2023.

TR acumulada dos últimos 12 meses conforme Banco Central do Brasil.

Para variação cambial ver item "Sensibilidade à taxa de câmbio" abaixo.

(iii) Contratos: Quando a TJLP for superior a 6% a.a., sobre o saldo devedor corrigido incide taxa de 6% a.a. + spread. Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% a.a., sobre o saldo devedor corrigido incidirá a TJLP integral acrescida do spread.

(iv) Contratos com spread fixo e sem correção monetária.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. As operações e suas respectivas taxas de câmbio estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor (Principal)	Saldo Devedor (incluindo juros)	%
Financiamento.....	13/12/2019	0,55%	Euro + Euribor	20/09/2033	492.347	496.120	10,4%
Financiamento.....	13/12/2018	1,41%	Euro	15/05/2034	184.826	185.218	3,9%
Financiamento.....	29/12/2023	2,69%	Euro + Euribor	20/12/2043	-	15	0,0%
Total.....					677.173	681.353	

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para estas operações, cujos os saldos devedores de principal eram de €126.537 mil (equivalente a R\$677.173 mil) em 31 de dezembro de 2023, não há mecanismo de hedge contratado.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do euro (€), de ±25% e ±50%, no saldo devedor em moeda estrangeira dos empréstimos e financiamentos. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro em 31/12/2023	Financiamento	
	Saldo de principal (em mil euros).....	Saldo de principal.....
	€126.537	677.173
Cenários em relação ao saldo devedor		
Provável (Projeção).....	11.591	
Queda de 25% no Euro.....	169.293	
Queda 50% no Euro.....	338.587	
Acréscimo 25% no Euro.....	(169.293)	
Acréscimo 50% no Euro.....	(338.587)	

Fonte dos índices projetados: Euro Projeção Bradesco 21 de dezembro de 2023.
https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado de contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão. O detalhamento do reconhecimento da perda de crédito esperada com clientes está na Nota Explicativa 3.4.2.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco Moody's, Fitch e S&P)				
AAA.....	1.044.794	885.358	1.060.019	893.356
AA.....	8	7	92	118
A.....	54.689	318.774	75.086	341.614
BBB.....	-	1	-	1
Total.....	1.099.491	1.204.140	1.135.197	1.235.089

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Certificados de depósitos bancários de curto prazo (Nota Explicativa 06 (a)).....	962.323	1.071.401	998.029	1.102.350
Aplicação financeira vinculada (Nota Explicativa 08).....	75.285	71.706	75.285	71.706
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa 08).....	61.883	61.033	61.883	61.033

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a Copasa acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros a serem liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento em 31 de dezembro de 2023			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Amortização.....	663.144	1.296.266	1.257.724	1.536.328
Juros.....	380.219	584.187	355.609	328.093
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	1.043.363	1.880.453	1.613.333	1.864.421
Parceria Público Privada (1).....	45.752	81.388	84.760	-
Obrigações - arrendamento mercantil.....	47.457	38.225	6.485	-
Fornecedores.....	377.766	-	-	-

(1) Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Rio Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 08).



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



21 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2023

Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Financiamentos e Debêntures			
Financiamentos 2007/2008.....	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	5.687	setembro-31
PAC 2009	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.035	novembro-32
5ª Emissão de Debêntures (R\$288 milhões).....	no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	6.937	setembro-31
Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24).....	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	4.324	junho-35
Financiamentos 2012 (IN 24).....	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	566	maio-36
Financiamentos 2013 (IN 27).....	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	3.886	outubro-37
Financiamentos 2014 (IN 02).....	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.725	fevereiro-38
Financiamentos 2015 (IN 02).....	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1.613	março-39
Financiamentos 2017 (IN 29).....	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	4.487	janeiro-43
Financiamentos (R\$181 milhões).....	R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	15.023	maio-25
8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões).....	R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	24.939	junho-28
11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões).....	R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	6.589	janeiro-31
Financiamentos 2011 € 100 milhões	1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	30.190	dezembro-23
Finame.....	130% da PMT dos contratos.	425	janeiro-25
Financiamentos 2023 € 200 milhões	125% da PMT.	1.681	dezembro-43
Parceria Público Privada			
PPP do Rio Manso.....	1/12 do valor anual da parcela integrante da contraprestação referente a cada ano de vigência.	11.100	dezembro-28
Total de Receita Vinculada		122.207	

22.2. Gestão de risco de capital

A Companhia administra e monitora a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, estabelecida em seu Estatuto Social em que:

- o endividamento líquido consolidado da Copasa deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA;
- as Exigibilidades Totais da Copasa devem ser iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido; e
- o EBITDA da Copasa deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

22.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Empréstimos e financiamentos.....	1.429.077	1.397.880	976.937	953.664
Debêntures simples.....	3.314.437	3.295.607	3.162.983	3.159.675
Total.....	4.743.514	4.693.487	4.139.920	4.113.339

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Controladora / Consolidado			Observações
	Taxa contratual	Período em meses	Taxa de mercado	
Financiamento.....	7,78%	129	9,00%	Cotação da taxa em dezembro de 2023
Financiamento.....	7,55%	17	12,0%	Cotação da taxa em dezembro de 2023
FINAME.....	5,95%	8	12,04%	Cotação da taxa FINAME dezembro de 2023
Debêntures simples.....	9,93%	56	10,79%	Cotação taxas Debêntures dezembro de 2023
Financiamento.....	1,41%	63	1,41%	Cotação taxa em dezembro de 2023
Financiamento.....	4,56%	118	4,41%	Cotação taxa em dezembro de 2023
Financiamento.....	6,55%	243	6,55%	Cotação taxa em dezembro de 2023

23. Instrumentos Financeiros por Categoria

(a) Ativo	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Controladora:				
Caixa e equivalentes de caixa.....	994.581	994.581	1.091.080	1.091.080
Contas a receber de clientes.....	1.320.392	1.320.392	1.075.072	1.075.072
Bancos e aplicações de convênios.....	-	-	11.791	11.791
Aplicações financeiras vinculadas.....	75.285	75.285	71.706	71.706
Ativos financeiros de concessões.....	999.639	999.639	872.921	872.921
Demais contas a receber.....	129.763	129.763	136.773	136.773
	3.519.660	3.519.660	3.259.343	3.259.343
Consolidado:				
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.031.425	1.031.425	1.122.299	1.122.299
Contas a receber de clientes.....	1.337.303	1.337.303	1.086.570	1.086.570
Bancos e aplicações de convênios.....	124	124	11.842	11.842
Aplicações financeiras vinculadas.....	75.285	75.285	71.706	71.706
Ativos financeiros de concessões.....	1.016.635	1.016.635	889.897	889.897
Demais contas a receber.....	123.342	123.342	131.716	131.716
	3.584.114	3.584.114	3.314.030	3.314.030

(b) Passivo	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Controladora:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	4.743.514	4.743.514	4.139.920	4.139.920
Fornecedores.....	377.766	377.766	289.620	289.620
Arrendamento Mercantil.....	92.167	92.167	105.909	105.909
Parceria Público Privada.....	211.900	211.900	243.603	243.603
	5.425.347	5.425.347	4.779.052	4.779.052
Consolidado:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	4.743.514	4.743.514	4.139.920	4.139.920
Fornecedores.....	388.277	388.277	298.595	298.595
Arrendamento Mercantil (1).....	92.278	92.278	105.916	105.916
Parceria Público Privada.....	211.900	211.900	243.603	243.603
	5.435.969	5.435.969	4.788.034	4.788.034

Em relação ao arrendamento mercantil consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a amortização e os juros foram de R\$52.075 e R\$6.234, respectivamente (R\$39.856 e R\$9.767 respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

24. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com a sua Subsidiária Integral COPANOR, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social, bem como as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Controladora			
	Subsidiária COPANOR	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados.....	-	15.954	1	17
Valores a faturar.....	-	12.709	1	10
Convênios.....	-	366	-	-
Créditos diversos.....	-	-	-	-
Outros ativos - Créditos com controlada.....	6.744	-	-	-
Total do ativo.....	6.744	29.029	2	27
Passivo				
Circulante				
Convênios.....	-	1.298	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria.....	-	-	-	60
Programa de saúde.....	-	-	11.316	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria.....	-	-	-	109.577
Total do passivo.....	-	1.298	11.316	109.637

Resultado do exercício

Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	86	182.759	10	205
Programa de seguridade.....	-	-	-	(55.112)
Programa de saúde.....	-	-	(109.716)	-
Despesas com pessoal cedido.....	(1.402)	-	-	-

	Controladora			
	Subsidiária COPANOR	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados.....	-	19.870	1	12
Valores a faturar.....	-	11.192	1	6
Convênios.....	-	366	-	-
Créditos diversos.....	-	-	-	-
Outros ativos - Créditos com controlada.....	5.342	-	-	-
Total do ativo.....	5.342	31.428	2	18
Passivo				
Circulante				
Convênios.....	-	5.122	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria.....	-	-	-	9.627
Programa de saúde.....	-	-	11.049	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria.....	-	-	-	44.296
Total do passivo.....	-	5.122	11.049	53.923
Resultado do exercício				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	217	155.468	8	196
Programa de seguridade.....	-	-	-	(51.025)
Programa de saúde.....	-	-	(101.555)	-
Despesas com pessoal cedido.....	(1.275)	-	-	-

Resultado do exercício

Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	217	155.468	8	196
Programa de seguridade.....	-	-	-	(51.025)
Programa de saúde.....	-	-	(101.555)	-
Despesas com pessoal cedido.....	(1.275)	-	-	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2023	2022
Remuneração.....	7.047	5.944
Benefícios:		
Alimentação.....	88	87
Saúde.....	122	85
Benefício pós-emprego.....	352	303
Total.....	7.609	6.419

24.1. Natureza das operações com partes relacionadas

• Estado de Minas Gerais

(a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Na prestação desses serviços são aplicadas as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

(b) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$240.398 relativo a Juros sobre Capital Próprio (JCP) e R\$79.601 relativo a dividendos (R\$196.183 referente a Juros sobre Capital Próprio (JCP) em 31 de dezembro de 2022).

(c) Garantia em contratos da Companhia com a União

O contrato abaixo relacionado descreve garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União.

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a Copasa, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto desse contrato é de R\$185.218 (R\$143.685 em 31 de dezembro de 2022).

(d) Convênios de cooperação técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

(e) Contratos de prestação de serviços com a PRODEMGE

A Companhia possui contratos firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE, cujo acionista controlador é o EMG, para a prestação de serviços de Integração à Rede IP Multisserviços com suporte a transmissão de dados voz e vídeo com qualidade de serviço, baseada na tecnologia IP - Internet Protocol, pela qual é possível o compartilhamento de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de telecomunicações, bem como fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP Brasil. Possibilita, ainda, o fornecimento de certificado de Servidor Web/Sítio Multi-domínio - Hierarquia Internacional.

(f) Execução de obras - resiliência hídrica

A Companhia, no dia 14 de julho de 2021, divulgou Fato Relevante comunicando que recebeu do seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, naquela data, Ofício informando da aprovação de Projeto de Lei pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - posteriormente sancionado, tornando-se a Lei Estadual nº 23.830/21 de 28 de julho de 2021, autorizando suplementação orçamentária e inversão de capital nessa Companhia, no montante de R\$2,05 bilhões, para realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, proveniente do Acordo firmado judicialmente entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S.A.



QUARTA-FEIRA, 17 de Abril de 2024



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



22 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia comunicou em Fato Relevante que recebeu na referida data, do seu acionista controlador Estado de Minas Gerais novo ofício informando que, no tocante às referidas obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, o repasse dos valores destinados à execução das obras se dará de forma não onerosa e, consequentemente, não será realizado aporte de capital na Companhia. Os instrumentos jurídicos relacionados a esse assunto foram formalizados no quarto trimestre de 2023.

• COPANOR

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

• Fundação Libertas

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos três planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota Explicativa 19).

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

As taxas de administração e demais preços foram definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

Em 2023, foi celebrado acordo de cooperação, com ônus para a cessionária, visando a cessão de 01 empregado do quadro da Companhia para exercer o cargo de diretor administrativo junto à Diretoria Executiva da Fundação Libertas, sendo que em julho de 2023 o referido empregado foi desligado da Copasa, pelo Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI. Os gastos para a Copasa referente a esta cessão, no exercício de 2023 foram de R\$47.

• COPASS Saúde

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulado por aquela Agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

A Companhia, por intermédio de acordos de cooperação, com ônus para a cedente, celebrados em 23 de março de 2022 e 20 de julho de 2022 realiza a cessão de 02 empregados para exercerem, respectivamente, os cargos de Superintendente Executivo e Gerente Administrativo e Financeiro junto à Copass Saúde. Os gastos para a Copasa referente a esta cessão, no exercício de 2023 foram de R\$1.506 (R\$1.355 em 2022).

25. Compromissos

A Companhia possui contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados a seguir:

	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações dos 10 maiores contratos – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	347.746	13
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	5.576	5

26. Seguros

A Companhia e sua Subsidiária contrataram apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e/ou administradores de sociedades comerciais, com abrangência no território nacional, para os membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas no exercício de suas funções.

Em 13 de setembro de 2023, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

27. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia e sua subsidiária realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros capitalizados (Nota Explicativa 10)	117.891	77.627	117.891	77.627
Adições de arrendamento mercantil	37.799	41.854	37.984	41.936

28. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de prestação de serviço de água	4.737.671	3.925.082	4.792.299	3.964.647
Receita de prestação de serviço de esgoto	2.449.552	1.992.070	2.466.804	2.004.617
Resíduos sólidos	5.523	2.406	5.523	2.406
Receita de construção	798.644	741.034	812.077	758.074
Total receita bruta	7.991.390	6.660.592	8.076.703	6.729.744
Tributos sobre vendas	(665.675)	(548.069)	(672.324)	(522.889)
Receita líquida	7.325.715	6.112.523	7.404.379	6.176.855

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita direta de água	4.221.902	3.473.639	4.270.619	3.508.496
Receita direta de esgoto	2.211.564	1.800.694	2.227.218	1.812.079
Resíduos sólidos	4.858	2.099	4.858	2.099
Total receita direta	6.438.324	5.276.432	6.502.695	5.322.674
Receita indireta de água	77.365	88.088	78.223	89.137
Receita indireta de esgoto	11.382	6.969	11.384	6.970
Total receita indireta	88.747	95.057	89.607	96.107
Receita de construção	798.644	741.034	812.077	758.074
Receita líquida	7.325.715	6.112.523	7.404.379	6.176.855

29. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos operacionais				
Pessoal	920.786	784.853	940.206	801.287
Custos previdenciários	177.223	169.572	181.069	172.702
Custos de construção	798.644	741.034	812.077	758.074
Materiais gerais	110.398	114.937	115.634	120.138
Materiais de tratamento	128.558	114.667	132.368	117.969
Serviços de terceiros	620.321	544.068	625.453	548.186
Energia elétrica	572.988	517.971	586.012	528.952
Despesas Gerais	293.848	219.305	295.835	220.927
Depreciação e amortização	707.162	653.960	718.145	662.918
(-) Créditos tributários	(64.633)	(68.875)	(65.462)	(69.733)
Perdas de materiais obsoletos	526	-	1.093	(81)
Total	4.265.821	3.791.492	4.342.430	3.861.339

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com Vendas				
Pessoal	202.423	183.212	202.780	183.593
Custos previdenciários	32.178	34.044	32.241	34.115
Materiais gerais	4.164	4.895	4.176	4.908
Materiais de tratamento	34	30	34	30
Serviços de terceiros	45.806	28.685	47.343	30.168
Energia elétrica	2.545	2.214	2.545	2.214
Despesas Gerais	1.687	727	1.702	750
Depreciação e amortização	7.317	6.944	7.411	6.950
Total	296.154	260.751	298.232	262.728
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	183.658	201.935	185.496	206.215

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas administrativas				
Pessoal	363.560	280.773	365.035	281.772
Custos previdenciários	50.365	43.008	50.647	43.185
Materiais gerais	3.535	5.774	3.798	5.987
Materiais de tratamento	8	35	8	35
Serviços de terceiros	138.742	146.782	140.644	148.528
Energia elétrica	3.433	3.049	3.662	3.284
Despesas Gerais	23.355	34.129	23.558	34.302
Depreciação e amortização	63.946	60.227	64.015	60.265
Perdas de materiais obsoletos	-	(403)	-	(396)
Total	646.944	573.374	651.367	576.962

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos e despesas				
Pessoal (Nota 30)	1.486.769	1.248.838	1.508.021	1.266.652
Custos previdenciários (Nota 30)	259.766	246.624	263.957	250.002
Custos de construção	798.644	741.034	812.077	758.074
Materiais gerais	118.097	125.606	123.608	131.033
Materiais de tratamento	128.600	114.732	132.410	118.034
Serviços de terceiros	804.869	719.535	813.440	726.882
Energia elétrica	578.966	523.234	592.219	534.450
Despesas Gerais	318.890	254.161	321.095	255.979
Depreciação e amortização	778.425	721.131	789.571	730.133
(-) Créditos tributários	(64.633)	(68.875)	(65.462)	(69.733)
Perdas de materiais obsoletos	526	(403)	1.093	(477)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	183.658	201.935	185.496	206.215
Total	5.392.577	4.827.552	5.477.525	4.907.244

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Detalhamento dos custos de Construção:				
Salários e encargos	42.368	40.624	42.368	40.624
Materiais	49.550	52.657	51.483	54.705
Equipamentos	43.041	21.538	43.631	23.947
Serviços de terceiros	581.492	568.514	592.402	581.096
Custos de financiamentos	82.243	55.170	82.243	55.171
Outros	(50)	2.531	(50)	2.531
Total	798.644	741.034	812.077	758.074

30. Gastos com Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários	810.660	774.039	825.223	786.270
Indenizações, substancialmente PDVI	125.326	7.685	125.439	7.685
Custos previdenciários	259.766	246.624	263.957	250.002
FGTS	68.854	65.869	69.876	66.703
Contribuição para plano de pensão	55.111	51.025	55.111	51.025
Programa de alimentação	209.988	186.397	214.183	190.121
Programa de saúde	109.716	101.555	110.667	102.385
Participação dos empregados nos lucros	84.935	38.003	84.935	38.004
Outros benefícios	22.179	24.265	22.587	24.459
Total (Nota 29)	1.746.535	1.495.462	1.771.978	1.516.654

Pessoal (Nota 29)	1.486.769	1.248.838	1.508.021	1.266.652
Custos Previdenciários (Nota 29)	259.766	246.624	263.957	250.002

31. Outras Despesas Operacionais, Líquidas

As outras despesas operacionais líquidas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reversão de provisão não dedutível	28.277	62.031	28.277	62.031
Recuperação de contas baixadas	-	42.798	-	44.582
Alienação de bens imobilizados	3.746	4.481	3.896	4.481
Outras receitas	35.037	25.707	35.530	25.774
Total de receita	67.060	135.017	67.703	136.868
Demandas judiciais e indenizações	(37.026)	(29.389)	(37.811)	(28.397)
Taxa da ARSAE	(56.813)	(53.060)	(57.843)	(54.019)
Despesas com preservação ambiental	(39.750)	(20.686)	(39.750)	(20.686)
Impostos e tributos	(13.306)	(15.553)	(13.601)	(15.781)
Passivo atuarial	(6.756)	(10.806)	(6.756)	(10.806)
Outras despesas	(39.839)	(21.818)	(49.602)	(24.454)
Total de despesas	(193.490)	(151.312)	(205.363)	(154.143)
Outras despesas operacionais, líquidas	(126.430)	(16.295)	(137.660)	(17.275)

32. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros ativos	49.679	47.783	50.137	48.423
Rendimentos com aplicações financeiras	125.863	86.368	130.010	90.626
Receita de variação monetária e cambial	48.451	78.858	48.601	78.915
Receita de ativos financeiros/outros	114.434	67.201	115.576	67.757
Tributos sobre receita financeira	(10.926)	(7.609)	(11.174)	(7.846)
Total das receitas financeiras	327.501	272.601	333.150	277.875
Encargos sobre financiamentos e provisões judiciais	(208.097)	(326.687)	(208.235)	(326.761)
Despesa de variação monetária e cambial	(120.051)	(157.209)	(126.258)	(157.209)
Outras despesas	(1.441)	(264)	(1.579)	(287)
Total das despesas financeiras	(329.589)	(484.160)	(336.072)	(484.257)
Resultado financeiro	(2.088)	(211.559)	(2.922)	(206.382)



QUARTA-FEIRA, 17 de Abril de 2024



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



23 de 24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a Copasa comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão no Relatório da Administração.

Diretoria, Conselhos e Contador

DIRETORIA EXECUTIVA

GUILHERME AUGUSTO DUARTE DE FARIA
Diretor-Presidente
CARLOS AUGUSTO BOTREL BERTO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CLEYSON JACOMINI DE SOUSA
Diretor de Relacionamento com o Cliente e Regulação
GUILHERME FRASSON NETO
Diretor de Operação
PABLO FERRAÇO ANDREÃO
Diretor de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

HAMILTON AMADEO
Presidente
GUILHERME AUGUSTO DUARTE DE FARIA
Conselheiro
HELIO MARCOS COUTINHO BELTRÃO
Conselheiro
JAIME LEÔNIO SINGER
Conselheiro
MARCELO SOUZA MONTEIRO
Conselheiro
MÁRCIA FRAGOSO SOARES
Conselheira
ROBSON GUEDES CAMPOS
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

FERNANDO DEL-RI MURCIA
Presidente
JULIANO FISCARO BORGES
Conselheiro
SÉRGIO TUFFY SAYEG
Conselheiro
CARLOS HENRIQUE GUEDES
Conselheiro Suplente

CONTADOR RESPONSÁVEL

GABRIEL ESTELLITA LINS COSTA
Contador - CRC/ES - 009433/O-4 T-MG
ÍTALO JOSÉ CABRAL GUERRA
Superintendente de Controladoria

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Tendo em vista as projeções para o crescimento dos negócios em 2024, a Companhia realizará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento, tratamento de resíduos e implantação de sistemas. Serão investidos também recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes, dentre outros.

Além disso, ocorrerão investimentos em desenvolvimento operacional e empresarial voltados para informática, eficiência energética, ações ambientais e controle de qualidade de água, dentre outros.

Para 2024, os investimentos previstos pela Copasa em água, esgoto e desenvolvimento empresarial e operacional, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO, totalizam R\$1.670,0 milhões. Está prevista, ainda, a capitalização de R\$221,5 milhões no exercício de 2024.

Adicionalmente, será submetido à mesma AGO proposta de investimentos de R\$47,5 milhões, com objetivo de melhorar as condições de infraestrutura da prestação de serviços na área de atuação da COPANOR, tendo como fonte de recursos o subsídio oriundo de valor adicional cobrado na tarifa dos clientes da Companhia, conforme estabelecido na Revisão Tarifária da Copasa.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas, Orçamento de Capital e demais peças contábeis, relativos ao exercício de 2023.

Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelo Comitê de Auditoria Estatutário durante todo o exercício social e à vista do Relatório da KPMG Auditores Independentes, sem ressalva, emitido em 20 de março de 2024, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas das Notas Explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as propostas de destinação do Lucro Líquido e do Orçamento de Capital, estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Copasa.

Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

Fernando Dal-Ri Murcia
Presidente do Conselho
Carlos Henrique Guedes
Conselheiro Suplente
Juliano Fiscaro Borges
Conselheiro
Sérgio Tuffy Sayeg
Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001-03, declaram que:

- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em Belo Horizonte-MG, 20 de março de 2024.

Guilherme Augusto Duarte de Faria
Diretor-Presidente
Carlos Augusto Botrel Berto
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Cleyson Jacomini de Sousa
Diretor de Relacionamento com o Cliente e Regulação
Guilherme Frasson Neto
Diretor de Operação
Pablo Ferraço Andreão
Diretor de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - COAUDI 2023

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa:

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa foi instituído na reunião do Conselho de Administração - RCA de 21 de março de 2018. A composição, disciplina e funcionamento do COAUDI estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do *site* oficial da Companhia.

O COAUDI atual é integrado por 3 membros: Artemio Bertholini, que atua como Membro especialista em contabilidade societária, em atendimento ao Art. 25 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 37 do Decreto Estadual nº 47.154/17, com mandato até junho de 2024; Brenda Felícia Vieira da Silveira, com mandato até julho de 2025, e Marcelo Souza Monteiro, Membro representante do Conselho de Administração, na qualidade de Coordenador do COAUDI, com mandato até abril de 2024.

O COAUDI é um órgão estatutário, de natureza colegiada, de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e da auditoria externa.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na análise, avaliação e verificação de sua efetividade, recomendações e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A KPMG foi a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2023 e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também obteve entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do COAUDI no exercício

Pandemia - COVID 19

O COAUDI manteve, no transcorrer de 2023, o acompanhamento dos desdobramentos residuais da pandemia aplicáveis ao ambiente interno e externo de atuação da Companhia, principalmente relacionados com os impactos no relacionamento com os funcionários e colaboradores e seus efeitos distintos, entre aqueles que continuaram a atuar presencialmente na operação e aqueles envolvidos com atividades administrativas e de suporte, passíveis de atuação remota e com potenciais desdobramentos nas receitas e nos níveis de inadimplência.

Segurança Hídrica

O acidente ocorrido com a barragem Mina Corrego do Feijão, da companhia Vale, em Brumadinho, gerou diversos desdobramentos no processo operacional de captação de água da Copasa, principalmente nos complexos relacionados com as bacias do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba, que consistem nos principais provedores para suprimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os esforços desenvolvidos em várias frentes para superar os problemas inerentes a este acidente foram colimados com um acordo geral pactuado em 4 de fevereiro de 2021, entre a Vale, Governo de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, Ministério Público Federal - MPF, Defensoria Pública de MG e mediação do Tribunal de Justiça de MG. A Copasa integra a frente de Segurança Hídrica, envolvendo a integração dos Sistemas Paraopeba e das Velhas e de universalização do saneamento básico nos municípios atingidos e em outras ações de compensação ambiental.

Dado a significativa importância deste assunto para as operações da Companhia, o COAUDI manteve estreito acompanhamento das tratativas entre a Administração da Copasa e seu acionista controlador, o Governo do Estado de Minas Gerais, as quais culminaram com a formalização, através do Ofício SEDE/SUBINVEST nº 9/2023, de 27 de fevereiro de 2023, o qual também foi objeto da edição de Fato Relevante ao mercado.

Consoante tais entendimentos, os valores a serem repassados para execução das obras que potencializarão a resiliência hídrica das bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas serão feitos de forma não onerosa para a Copasa, não resultando, consequentemente, em aumento de seu capital.

Outros assuntos recorrentes - O COAUDI deu sequência, no transcorrer do exercício, de um intenso processo para aprofundamento do conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2023 foram mantidos encontros mensais ou bimensais com diversos Administradores da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de Governança, Controladoria e Contabilidade, Auditoria Interna, Desenvolvimento Sustentável e de Gestão de Riscos. Adicionalmente, o COAUDI também se reuniu com o Conselho de Administração.

Também foram conduzidas reuniões com os Administradores da Fundação Libertas e seus auditores externos, com a COPASS Saúde, com a controlada Copanor e com os responsáveis técnicos da KPMG Auditores Independentes.

Nessas reuniões foram abordados, dentre outros, assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos, transações envolvendo partes relacionadas, acompanhamento das iniciativas relacionadas a ESG, atividades relacionadas à segurança cibernética e governança de dados/respostas a incidentes e relatos do canal de denúncias encaminhadas ao COAUDI.

Outras atividades desenvolvidas pelo COAUDI consistiram no acompanhamento dos requisitos de elegibilidade do Conselho Fiscal e dos Administradores, conforme disposto no artigo 36, parágrafo 1º, incisos IX e X, do Decreto Estadual nº 47.154/17 e no acompanhamento da adequação da Companhia às exigências da Lei nº 13.709/2019 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Em janeiro de 2024, o COAUDI manifestou não haver óbice quanto a contratação da empresa Grant Thornton Brasil como responsável pelos serviços de auditoria independente para Copasa e Copanor, com vigência a partir do ITR relativo ao primeiro trimestre de 2024.

Nos diálogos dos Membros do COAUDI com as auditorias interna e externa foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. As revisões das Demonstrações Contábeis trimestrais, bem como a anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2023 foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Finalmente, o COAUDI também registra a participação de seus membros no Programa de Treinamento e Reciclagem para Administradores, realizado no transcorrer do exercício de 2023.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do COAUDI repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua controlada Copanor, da Fundação Libertas, da COPASS Saúde e Auditoria Externa.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o COAUDI considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2023 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Com relação à Auditoria Externa, o COAUDI não identificou situação que pudesse afetar sua independência e não tem conhecimento de divergências técnicas significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio COAUDI.

Guardadas as limitações e peculiaridades de seu âmbito de atuação, o COAUDI considera que todos os assuntos relevantes e pertinentes foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

Artemio Bertholini
Coordenador do COAUDI

Brenda Felícia Vieira da Silveira
Membro do COAUDI

Marcelo Souza Monteiro
Membro do COAUDI



QUARTA-FEIRA, 17 de Abril de 2024



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



24 de 24

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia de Saneamento de Minas Gerais –
COPASA MG

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos da auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Receita de prestação de serviço de água e esgoto a faturar

Veja as notas 3.14, 4 (item b - Incertezas sobre premissas e estimativas) e 28 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. Assim, ao reconhecimento da receita é necessário um ambiente de tecnologia da informação com estrutura robusta capaz de suportar o número de transações relacionadas ao faturamento desde a leitura do consumo e processamento até a emissão da nota.

O reconhecimento da receita de prestação de serviços de água e esgoto inclui a estimativa de volumes consumidos e ainda não faturados, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o fim de cada período.

Portanto, existe o risco significativo que a receita a faturar esteja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento ou sem que haja um racional ou justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia.

Devido à complexidade, aos riscos inerentes e ao ambiente de tecnologia da informação associado ao alto nível de dependência do processo de receitas e contas a receber, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes existentes relacionados ao processo de faturamento e contas a receber; e
 - Com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia da informação, efetuamos o entendimento e testes dos controles gerais do ambiente de tecnologia relacionados, principalmente, aos aspectos de segurança, mudança em sistemas e monitoramento dos processamentos que suportam o sistema de faturamento da Companhia.
- Nossos testes revelaram deficiências no desenho e efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos controles gerais do ambiente de tecnologia. Em função disso, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada:
- Realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis das receitas de prestação de serviços de água e esgoto com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimentos subsequentes, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de faturas selecionadas no contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2023;
 - Adicionalmente, realizamos teste de conferência das matrículas de clientes ativas e inativas e se as mesmas possuíam faturamento no ano de 2023 e avaliamos as exceções identificadas, se existentes; e
 - Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, avaliamos os dados e critérios adotados pela Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e realizamos o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2023, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês, bem como realizamos teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame da fatura e da liquidação subsequente da receita a faturar avaliando a competência de cada registro.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as receitas a faturar são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Gastos com ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro

Veja as notas 3.4, 3.6, 05, 10 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 nas rubricas de ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro das concessões, os montantes individuais de R\$2.511.680 mil, R\$5.570.519 mil e R\$999.639 mil, respectivamente, e consolidados de R\$2.609.114 mil, R\$5.684.772 mil e R\$1.016.635 mil, respectivamente. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes requerem que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como, ativo de contrato, ativo intangível ou ativo financeiro da concessão.

Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, que são os gastos com obras em andamento vinculados a concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) custos capitalizados ao ativo financeiro da concessão, quando há o direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e, ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo de contrato, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização;
 - Com base em amostragem, para adições ocorridas durante o exercício, avaliamos a natureza desses investimentos e consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo de contrato da concessão, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e gastos com manutenção, esse último a ser reconhecido no resultado do exercício.
- Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos custos em ativo de contrato para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização por meio de base amostral; e
- Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia e sua controlada sobre as suas políticas de capitalização e transferência.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o ativo de contrato, ativo intangível e o ativo financeiro das concessões, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 20 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG
Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3



QUARTA-FEIRA, 17 de Abril de 2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária (AGO) e Assembleia Geral Extraordinária (AGE)
O Presidente da COOTRANS PAR COOPERATIVA DE TRANSPORTES PARAISO, empresa constituída sob registro NIRE 31400054260 e CNPJ 18.105.195/0001-08, pelo presente edital, convoca os senhores Cooperados, com a antecedência legal da publicação do presente Edital Convocatório superior a 10 dias do ato, bem como afixado o presente ato convocatório nos locais de maior circulação da COOTRANS PAR, para a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, que ocorrerá em suas dependências para a reunião, com início no dia 28 de Abril de 2024, na sede da Cooperativa, na AV MINAS GERAIS, 948, Loja 02, bairro Veraneio, Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais, CEP 35.179-000. Em primeira convocação, às 09h00min, com presença de 2/3 (dois terços) dos seus Cooperados, em segunda convocação, às 10h00min, com a presença de metade mais um dos Cooperados, em terceira e última convocação, às 11h00min, com a presença de no mínimo 10 (dez) Cooperados, com a seguinte ordem do dia:

Pauta da AGO:

I – Prestação de Contas do exercício de 2023 compreendendo:

- Relatório de Gestão;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Sobras ou Perdas de demais Demonstrativos;
- Parecer do Conselho Fiscal;

II – Eleição dos componentes do Conselho de Administração, conforme regras estatutárias;

III – Eleição dos componentes do Conselho Fiscal;

IV – Outros assuntos de interesse da Cooperativa sem deliberação;

Pauta da AGE:

I – Reforma Estatutária;

II – Alteração de endereço da Cootranspar;

III – Outros assuntos de interesse da Cooperativa sem deliberação;

Os membros da Cooperativa interessados em se candidatar aos cargos de conselho fiscal, ou a cargos de liderança, devem submeter os documentos necessários, conforme estabelecido no artigo 30 da legislação referida, até 72 horas antes do início da Assembleia programada, por meio de uma carta enviada ao endereço da sede da Cooperativa. Ressalta-se que as candidaturas serão aceitas com a maioria simples dos votos dos participantes da assembleia, conforme o artigo 33 da Lei 5764/71. Aqueles cooperados que quiserem revisar antecipadamente os documentos financeiros da Cooperativa podem fazer um pedido à administração da Cooperativa por qualquer meio de comunicação disponível.

Weberton de Moraes Vieira
DIR PRESIDENTE

GREEN SLATE MINING LTDA
CNPJ: 86.533.957/0001-19

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA REUNIÃO DE SÓCIOS**

Na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária limitada **GREEN SLATE MINING LTDA.**, cadastrada no CNPJ sob o n. 86.533.957/0001-19, convoco todos os seus respectivos sócios para a Reunião Extraordinária de Sócios, a ocorrer no dia 25 de abril de 2024, às 13 horas, em seu escritório administrativo localizado à R. José Cipriano de Campos, 264 - Pompéu, MG, 35640-000. A reunião versará sobre o seguinte ponto: - análise e aprovação do balanço anual contábil e prestação de contas da administração de 2023. Em obediência aos arts. 1.074 e 1.079 do Código Civil, a Reunião de Sócios instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos por meio da outorga de mandato com especificação dos poderes específicos e atos autorizados. Contando com a presença e participação de V. S.as, subscrevo-me.

Pompéu - MG, 15 de abril de 2024.
Leonel Campos Reis
Sócio Administrador

BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 41.874.264/0001-51

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA REUNIÃO DE SÓCIOS**

Na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária limitada **BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**, cadastrada no CNPJ sob o n. 41.874.264/0001-51, convoco todos os seus respectivos sócios para a Reunião Extraordinária de Sócios, a ocorrer no dia 25 de abril de 2024, às 14 horas, em seu escritório administrativo localizado à R. José Cipriano de Campos, 264 - Pompéu, MG, 35640-000. A reunião versará sobre o seguinte ponto: - análise e aprovação do balanço anual contábil e prestação de contas da administração de 2023. Em obediência aos arts. 1.074 e 1.079 do Código Civil, a Reunião de Sócios instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos por meio da outorga de mandato com especificação dos poderes específicos e atos autorizados. Contando com a presença e participação de V. S.as, subscrevo-me.

Pompéu - MG, 15 de abril de 2024.
Leonel Campos Reis
Sócio Administrador

MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA
CNPJ: 23.836.620/0001-60

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA REUNIÃO DE SÓCIOS**

Na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária limitada **MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA.**, cadastrada no CNPJ sob o n. 23.836.620/0001-60, convoco todos os seus respectivos sócios para a Reunião Extraordinária de Sócios, a ocorrer no dia 25 de abril de 2024, às 13 horas, em seu escritório administrativo localizado à R. José Cipriano de Campos, 264 - Pompéu, MG, 35640-000. A reunião versará sobre o seguinte ponto: - análise e aprovação do balanço anual contábil e prestação de contas da administração de 2023. Em obediência aos arts. 1.074 e 1.079 do Código Civil, a Reunião de Sócios instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos por meio da outorga de mandato com especificação dos poderes específicos e atos autorizados. Contando com a presença e participação de V. S.as, subscrevo-me.

Pompéu - MG, 15 de abril de 2024.
Alvimar de Oliveira Gonçalves
Sócio Administrador

Publicidade Legal Digital - 17 de Abril de 2024 pdf
Código do documento 7c0b2ddd-668d-498d-9ec2-1d24c5d4812c



Assinaturas



SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484
Certificado Digital
sarah.silva@otempo.com.br
Assinou

Eventos do documento

17 Apr 2024, 10:09:06

Documento 7c0b2ddd-668d-498d-9ec2-1d24c5d4812c **criado** por FERNANDA CARVALHO GUIDO DE LIMA (af97b150-2548-4046-a079-85ff8e5b4f59). Email:fernanda.guido@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-17T10:09:06-03:00

17 Apr 2024, 10:09:44

Assinaturas **iniciadas** por FERNANDA CARVALHO GUIDO DE LIMA (af97b150-2548-4046-a079-85ff8e5b4f59). Email: fernanda.guido@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-17T10:09:44-03:00

17 Apr 2024, 10:19:34

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484 **Assinou**
Email: sarah.silva@otempo.com.br. IP: 187.94.66.171 (187-94-66-171.centurytelecom.net.br porta: 4772). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=Autoridade Certificadora SERPRORFBv5,OU=A1,CN=SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484. - DATE_ATOM: 2024-04-17T10:19:34-03:00

Hash do documento original

(SHA256):63b7cc497d1c6b27efe4872ceea7df0d1920da26aeaaa4422b826320dfa1e94e
(SHA512):dd9bc7b85e08fbd75d9ddb1c3d8cb2531eb2885df36068c2c412aaf15ebb25265b52ea4809f4d655b0901316a593c1e5163b597fe82e3e640d91a18f951e73e3

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign